



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELAINNE LOBO GONÇALVES DE OLIVEIRA

**Os Servidores do Sistema Penitenciário e a Luta pela Saúde no Contexto
das Instituições Prisionais no Pará**

BELÉM-PA

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELAINNE LOBO GONÇALVES DE OLIVEIRA

**Os Servidores do Sistema Penitenciário e a Luta pela Saúde no Contexto das
Instituições Prisionais no Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para Obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

BELÉM-PA

2012

ELAINNE LOBO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Os Servidores do Sistema Penitenciário e a Luta pela Saúde no Contexto das Instituições Prisionais no Pará

Projeto de dissertação de mestrado apresentado como requisito para exame de qualificação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará.

Data da defesa: 04/10/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (UFPA) – Orientador

Prof^a. Dra. Regina Feio Barroso (PPGO/UFPA) - Membro

Prof. Dr. Alcindo Antonio Ferla (UFRGS) – Membro

Prof^a. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA) - Membro

Prof. Dr. Paulo Sérgio Weyl A. Costa (UFPA) – Membro Suplente

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFPA- Belém- PA**

Oliveira , Elaine Lobo Gonçalves de

Os Servidores do Sistema Penitenciário e a Luta pela Saúde no Contexto das Instituições Prisionais no Pará/ Elaine Lobo Gonçalves de Oliveira. – 2012.

Orientador : Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

1. Trabalho- aspectos psicológicos – Pará (PA). 2. Saúde e trabalho. 3. Estress ocupacional. I.Título.

CDD 22. ed.: 158.7

À Deus, sempre presente em minha vida me guiando, protegendo e amparando.

À meu marido Charley Carneiro, a quem devo o incentivo imprescindível para chegar a esse momento.

À minha família, em especial aos meus pais responsáveis pela minha formação moral e ética e pela contribuição pela minha formação acadêmica, fatores esses que contribuíram para mais uma conquista.

A todos os Servidores Penitenciários do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao professor, orientador e amigo Paulo de Tarso Oliveira, pela confiança, incentivo e compromisso em compartilhar seus conhecimentos, mesmo com tantas atribuições.

À Professora Flávia Lemos pelo carinho, atenção e pelas contribuições, demonstrando sempre disposição em compartilhar seus conhecimentos.

Ao meu marido Charley Carneiro pelo carinho, apoio e compreensão pelos períodos de ausência.

A minha família pais, irmão, sobrinho, cunhada, tios e primos pela torcida (ainda que a distância) para consolidação desta conquista.

Aos amigos do CRCAST, em especial a Telma Rebelo e Síria Brito, que compreenderam e acolheram minhas necessidades e angústias; contribuíram com estímulo e solidariedade nos momentos de dificuldade.

Ao funcionário Ney, do PPGP, pelo apoio e atenção, sempre disponíveis a nos auxiliar.

Aos Meus ex-Diretores do CRCAST Márcio Costa e Rafaela Campos, pela compreensão e incentivo nesse percurso, viabilizando essa conquista.

As minhas amigas de mestrado pela amizade, carinho, acolhimento e troca de experiências, em especial a Sheyla Rocha, Alessandra Moura e Larissa Mendes.

As minhas amigas Priscila Albuquerque, Roberta Guzzo, Inara Arruda, Simony Guimarães, Rosecleide Ramos, Siaty Gomes e Nilma Maria, pela presença constante (ainda que à distância) em minha vida; em especial a minha querida e inesquecível amiga Melissa Albuquerque (in memoriam), que foi um exemplo de luta pela vida.

Aos Servidores Penitenciários do CRCAST pela coragem de enfrentar o desafio de trabalhar em uma instituição prisional, principalmente os que aceitaram participar desse estudo.

“As urgências postas pela brutalidade dos sistemas penais contemporâneos fazem do presente o centro da gravidade do trabalho, e isso deixa sinais na predominância do presente histórico na narrativa. Pouco dessa história foi, quase tudo ainda é”.

Nilo Batista

“Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que ela seja venha a ser ou possa ter sido”.

Hannah Arendt

RESUMO

A Saúde do trabalhador pode ser entendida como uma condição concreta e dinâmica da qual o trabalhador dispõe para traçar e perseguir seus objetivos em direção ao bem-estar físico, psíquico e social, sendo influenciada pelas condições e organização do trabalho no contexto ao qual está inserido. Este estudo teve como objetivo verificar e analisar o processo de trabalho no sistema Prisional e de que forma podem estar influenciando nos modos de subjetivação dos trabalhadores prisionais do Pará, possibilitando a ocorrência de sofrimento psíquico. Constitui-se em um estudo de caso com abordagem qualitativa que teve como instrumento de pesquisa a observação participante ou direta com entrevistas semi-estruturadas com os servidores prisionais selecionados. A análise do processo de trabalho e as formas que podem influenciar nos modos de subjetivação do servidor prisional para que este se mantenha saudável ou doente, foram baseados na interpretação dos resultados, que foram consubstanciados nos dados coletados na entrevista e na observação participante, na escuta e na interpretação das falas dos trabalhadores do Centro de Recuperação de Castanhal de acordo com a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, por ser uma clínica que busca desenvolver o campo da saúde mental e trabalho. Os principais resultados foram: (I) que o estabelecimento penal apresentou condições de infra-estrutura inadequadas e precárias, necessitando de reformas constantes, falta de equipamentos para desenvolver o trabalho, o número insuficiente de recursos humanos e a convivência com a superlotação prisional, que não difere do restante das prisões brasileiras. (II) o processo de trabalho observado é exaustivo, pelo número insuficiente de recursos humanos, carga horária exaustiva e cobrança para desenvolver um bom trabalho mesmo diante das condições encontradas. (III) servidores penitenciários vulneráveis e expostos ao sofrimento psíquico pela condição do trabalho; pelo tipo de vínculo trabalhista temporário que a grande maioria se encontra; pelo estigma e desvalorização neste tipo de trabalho. Onde estes para manterem-se saudáveis diante das ameaças do meio utilizam-se de estratégias defensivas, como o afastamento subjetivo, em que o servidor deixa de pensar e falar sobre o trabalho. (IV) Diante do exposto sobre a condição e dinâmica do trabalho vejo um otimismo por parte dos servidores, quanto à possibilidade de construir-se um processo de saúde do trabalhador no sistema carcerário brasileiro, acreditando na implementação de políticas públicas viáveis, para o sistema penitenciário, proporcionando ao trabalhador melhores condições de saúde.

Palavras-chave: psicodinâmica do trabalho, saúde do trabalhador, sistema prisional, sofrimento psíquico.

ABSTRACT

The worker's health can be understood as a concrete and dynamic condition of which the workers have to design and pursue their goals towards good physical, mental and social, conditions and organization being influenced of work in wich it inserted. This study aims at identifying and analyzing the work process within the prison system and how it may be influencing the modes of subjectification prison workers of Pará, which might cause psychological distress or Psychopathological disease. It constitutes a case study with a qualitative approach that has as a research tool the direct and participant observation with semi-structured interviews with selected prison servers. The analysis of the work process and the ways that may influence the modes of subjectification prison server, so that it stays healthy or sick, will be based on the interpretation of results that will be embodied in the data collected in the interview in the participant observation, in the listening and in the interpretation of the speech of the employees in accordance with the approach of the Psychodynamics of the Work. Listening and interpreting the speech of workers in the Recovery Center of Castanhal ("Centro de Recuperação Castanhal") in accordance with the Psychodynamics of Work approach, a clinic that seeks to develop the field of mental health and work. The main results were: (I) that the prison conditions had inadequate and precarious infrastructure, requiring constant renovation, lack of equipment, insufficient human resources and prison overcrowding, which do not differ from the rest of the Brazilian prisons. (II) the observed working process is exhausting, due to insufficient human resources, heavy workload and exhaustive working hours in order to develop a good job even under the existing conditions. (III) the prison staff is vulnerable and exposed to psychological distress by the working conditions, by type of temporary employment contract that the vast majority has; by the stigma and devaluation present in this type of work. To stay healthy in the face of environmental threats, they use defensive strategies, such as subjective exclusion, in which the servant stops thinking and talking about work. (IV) Seen in this light on the condition and dynamics of work I see optimism on the part of servants, as to the possibility of constructing a process of occupational health in the Brazilian prison system, believing in the implementation of viable policies for the prison system, providing the worker better health conditions.

Keywords: Psychodynamics of work, occupational health, prison system, Psychological distress.

LISTA DE SIGLAS

ALEPA- Assembléia Legislativa do estado do Pará

BPOP- Batalhão Penitenciário

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CRCAST – Centro de Recuperação de Castanhal

DAS – Divisão de assistência ao Servidor

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

INFOPEN- Sistema de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de execução Penal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização mundial de saúde

PM – Polícia Militar

PNSST- Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador

SUSIPE – Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará

TCLE – Termo de compromisso livre e esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1-O SURGIMENTO DAS PRISÕES	16
1.1-O Sistema Carcerário no Brasil	19
1.2- O Passado na Atualidade do Sistema Carcerário Brasileiro	22
1.2.1- Controle Social e Políticas Penitenciárias.....	23
1.3-A Situação Carcerária no Pará	28
1.4- O Conceito de Prisões na Perspectiva de Goffman e Foucault	31
2- O CONTEXTO DO TRABALHO PRISIONAL, A RELAÇÃO COM O SOFRIMENTO PSÍQUICO E OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS TRABALHADORES PENITENCIÁRIOS	38
3- A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ORIGINANDO O SOFRIMENTO PSÍQUICO	45
3.1- O Sofrimento e o Prazer no Trabalho.....	47
3.2 -A Falta de Reconhecimento no Trabalho e o Estigma do Servidor Penitenciário, Contribuindo para o Sofrimento Psíquico	49
4- A CONDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA INTERFACE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR	53
4.1- Saúde, Trabalho, Adoecimento e Sofrimento Psíquico dos Trabalhadores do Sistema Penitenciário.....	55
5- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: REFAZENDO OS PASSOS DA PESQUISA	61
5.1-Pesquisa Qualitativa: Pressupostos Teóricos	61
5.2- Passos da Pesquisa	64
5.3- Personagens da Pesquisa	66
5.4- O Campo da Pesquisa	66
5.4.1- Questões norteadoras do trabalho de Campo	68
5.4.2- Instrumentos	68

5.5- Recolhendo as Informações	69
5.5.1- Diário de Campo	69
5.5.2- Coleta de Dados	71
6- SORE O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE CASTANHAL	73
7- O TRABALHO NO CONTEXTO PRISIONAL.....	77
7.1- a Infra Estrutura e a Condição de trabalho	78
7.1.1- A Condição Trabalhista da SUSIPE	82
7.2- O Sofrimento Psíquico e a Luta Pela saúde dos Trabalhadores Penitenciários.....	84
7.3- As Causas do Adoecimento na Perspectiva do Servidor Penitenciário	84
7.4- O Sofrimento Psíquico e as Estratégias de Enfrentamento Diante das Condições de Trabalho	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Ao considerar os aspectos do trabalho vivenciados pelo Servidor Penitenciário, assim como as limitações impostas pelo ambiente físico e condição emocional que desencadeia o adoecimento, é, o que se propõe estudar nesta dissertação de que forma os servidores do sistema penitenciário do Pará podem estar vivenciando situações que podem estar provocando sofrimento psíquico tendo como fatores relevantes as condições de trabalho e a relação com os sujeitos privados de liberdade. Os Servidores do Sistema Penitenciário e a luta pela saúde no contexto das instituições prisionais no Pará.

A opção por esta investigação busca relacionar o sofrimento psíquico ao Servidor Penitenciário no contexto do trabalho ao qual este desenvolve suas atividades laborais e de que forma são utilizados para que se mantenham saudáveis e no âmbito da normalidade mesmo diante das exigências do trabalho. Assumimos desde o início que as reflexões feitas aqui são parte das inquietações vivenciadas como psicóloga do sistema prisional do Pará.

No contexto geral, observou-se que cada estabelecimento penal tem suas especificidades, mas a problemática é semelhante; convivem com a superlotação e estabelecimentos penitenciários inadequados, onde foi analisado a organização do trabalho, a infra-estrutura física, os fatores ambientais, etc. Onde esta análise e interpretação dos resultados tiveram como teoria preponderante a Psicodinâmica do Trabalho.

O aumento da população carcerária é fenômeno que vem sendo observado em numerosos países industrializados ou não, inclusive no Brasil. Condições precárias de higiene, celas mal ventiladas e superpopulosas são efeitos da organização do Sistema Penitenciário na atualidade. Essa situação contribui para o agravamento da condição de saúde dessa população que é oriunda, na maioria das vezes, de comunidades desfavorecidas, já apresentam estado de saúde precário antes mesmo do encarceramento (DIUANA, 2008).

No recinto das prisões, observou-se constrangimento, repressão, insegurança e medo, agravado pela arquitetura dos presídios mais antigos, em que há confinamento de vários presos em celas pequenas, úmidas, de escassa luminosidade e ventilação de doenças. (DIUANA, 2008).

A salubridade é visto como base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível sendo correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde (FOUCAULT, 1979).

A partir de então, temos um ambiente carcerário desviado de sua função, que segundo o parágrafo único, art. 88, a, da lei de execução penal “são requisitos básicos: o condenado ser alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavabo. Salubridade do ambiente pela ocorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado a existência humana.”

É neste contexto que os profissionais das instituições penais desenvolvem o seu trabalho, tentando fazer cumprir o que determina a lei de execução penal (LEP), mesmo enfrentando as dificuldades estruturais, déficit pessoal e dificuldades cotidianas.

O desejo de analisar os aspectos relacionados aos servidores penitenciários e a luta pela saúde diante do contexto prisional ao qual estão inseridos, surgiu a partir de minha inserção como Psicóloga da Superintendência do Sistema do Pará (SUSIPE), visto que todos nós estávamos cuidando de uma clientela estigmatizada, indisciplinada e marginalizada pela sociedade, além das queixas dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, que pela avaliação profissional que fazia, poderia estar relacionada ao sofrimento psíquico dos trabalhadores e a sua condição de adoecer. Este projeto de pesquisa é fruto desta experiência e se propõe a indagar de que forma as condições de trabalho e as exigências da organização do sistema penitenciário interferem na saúde psíquica dos seus trabalhadores?

As minhas primeiras experiências com o Sistema Prisional se deram a partir da atividade enquanto psicóloga Jurídica de uma Instituição Penitenciária, onde se realizam atendimentos psicológicos e avaliações para fins de benefícios aos encarcerados como: progressão de regime de pena, livramento condicional, saída temporária e exame criminológico. Observando que aos poucos foi surgindo uma demanda que não era de internos e sim de funcionários que buscavam o Setor de Psicologia para expor as angústias relacionadas ao trabalho. Na época, ano de 2003 encontrava-me lotada na Colônia Agrícola Heleno Fragoso, uma casa penal de regime de pena semi-aberto. Com a nova demanda foram realizadas atividades em grupo com os Servidores Penitenciários com o objetivo de promover a escuta e a reflexão sobre a dinâmica do trabalho. No ano de 2008 fui transferida para uma casa penal de regime de pena fechado, a qual faço parte até hoje e deparo-me com a mesma problemática e desafios. Apesar de uma estrutura física diferenciada as dificuldades encontradas eram semelhantes, causando nos Servidores Penitenciários insatisfação com a condição do trabalho¹ dentro do contexto penitenciário.

¹As instituições prisionais, segundo o entendimento moderno, têm como características os estabelecimentos penais, e sua tipificação não são de natureza do trabalho, mas suas condições gerais, que configuram e substanciam os diversos regimes de execução das sanções. O trabalho, o estilo arquitetônico do estabelecimento,

Reconhecendo que o processo de adoecimento acarreta limitações físicas, emocionais e envolve aspectos subjetivos, o que pode fazer que o servidor penitenciário vivencie sofrimento psíquico. Neste sentido algumas questões se interpõem como necessárias para análise do objeto dessa pesquisa, quais sejam. É possível construir um processo de saúde do trabalhador dada às condições do sistema carcerário Brasileiro? Quais as estratégias realizadas pelos trabalhadores do sistema penitenciário que possibilita que enfrentem às exigências da organização e/ou processo de trabalho prescrito?

Em resumo, minha trajetória como Psicóloga da SUSIPE despertou-me para inquietações que me conduziram para o objeto desta dissertação: verificar os fatores que compõem o processo de trabalho do sistema prisional podem estar influenciando nos modos de subjetivação dos trabalhadores penitenciários do Pará e, possibilitando a ocorrência de sofrimento psíquico.

De forma mais específica: identificar as estratégias defensivas, que são mecanismos utilizados para conter e ocultar a ansiedade, que contribuem para que os trabalhadores do sistema prisional continuem desenvolvendo o seu trabalho no âmbito da normalidade, mesmo diante das adversidades e das exigências impostas pelo trabalho e qual ocorrência de sofrimento psíquico no trabalho do servidor penitenciário do Pará.

Para dar sequência à análise do objeto desta pesquisa foi feito a contextualização histórica do surgimento das prisões até os dias de hoje no Brasil e no estado do Pará, visto que a prisão é o ambiente de trabalho onde os servidores penitenciários desenvolvem suas atividades profissionais; também utilizei os aportes teóricos envolvendo concepções das

a disciplina interna, as possibilidades de contato com o exterior são as condições que conduzem à classificação dos regimes penitenciários. Firmou-se assim a trilogia, obtida com a evolução do direito penitenciário: estabelecimento fechado, estabelecimento semi-aberto e estabelecimento aberto. (MIRABETE, 2007)

O regime fechado caracteriza-se por uma limitação das atividades em comum dos presos e por maior controle e vigilância sobre eles. Devem cumprir pena neste regime os presos de periculosidade extrema, de acordo com sentença estabelecida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais.

Nos termos legais, considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média. (Art.33, alínea a, do Código Penal).

Segundo Mirabete (2007), os estabelecimentos de regime semi-aberto têm a configuração arquitetônica, mais simples, uma vez que as preocupações de segurança são menores que as previstas para as penitenciárias. Funda-se o regime principalmente na capacidade de senso de responsabilidade do condenado, estimulando e valorizando, através do trabalho em colônia agrícola, industrial ou similar; visando cumprir o dever de trabalhar, submeter-se a disciplina e não fugir.

O regime aberto, nos termos legais funda-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, (Art.36, caput, do Código Penal). Este deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga, (Art.36, § 1º, do Código Penal).

Em síntese, no regime aberto o condenado trabalha, estuda ou dedica-se a outras atividades lícitas fora do estabelecimento, durante o dia, sem escolta ou vigilância e recolhe-se a casa do albergado à noite e nos dias que não exercer tais atividades.

prisões na perspectiva de Foucault, Goffman e outros autores que dialogam com o tema para retratar os modelos de prisões e as relações estabelecidas dentro da instituição penitenciária.

No segundo capítulo, a aproximação, com o Contexto ao qual os Servidores penitenciários desenvolvem suas atividades relacionando com o sofrimento Psíquico e os modos de subjetivação, que nos proporcionou desenvolver uma análise sócio-psíquica do trabalho, tendo como ponto de partida a organização do trabalho, para que possamos compreender as vivências subjetivas dos Servidores penitenciários.

No terceiro capítulo realizou-se uma análise sobre a relação do servidor penitenciário com a organização do trabalho ao qual se origina o sofrimento psíquico. Foi discutido de que forma a psicodinâmica do trabalho, que tem Christophe Dejours como seu maior formulador pode contribuir para a análise das relações entre as condições e exigências do trabalho e os modos de subjetivação diante das ameaças do meio que contribuem para sofrimento psíquico.

No quarto capítulo fazemos uma discussão sobre a condição e organização do trabalho na interface da Política Nacional de Saúde do Trabalhador que se concretiza com a regulamentação no ano de 2004 e vem sendo inserida gradativamente no país. Por fim, para garantir a apropriação correta dos conceitos de cuidado em saúde e das tecnologias utilizadas pelos serviços e das estratégias políticas utilizadas pelo Sistema Único de Saúde utilizei os conceitos de autores que lidam com esses eixos temáticos, especialmente, Dejours, Canguilhem e Merhy.

A metodologia que foi utilizada é a abordagem qualitativa para dar conta dos processos subjetivos vivenciados no trabalho pelos trabalhadores do sistema penitenciário. Esta pesquisa se fundamenta na Psicodinâmica do trabalho, que tem como objetivo de estudo as relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação que se manifestam nas vivências de prazer e sofrimento, nas estratégias de ação para mediar às contradições da organização de trabalho, na saúde e no adoecimento, na perspectiva de indicar condições que contribuam para a promoção da saúde do trabalhador. Esta abordagem permite aos trabalhadores reconstruírem a capacidade de pensar e desenvolver estratégias de ação individuais e coletivas para confrontar com as situações provocadoras de sofrimento, buscando o prazer e conseqüentemente a saúde.

1- O SURGIMENTO DAS PRISÕES

Ao discorrer sobre a história das prisões, nos situamos acerca da construção histórica e da representação de um modelo institucional da sociedade disciplinar ao longo do tempo.

A história tem início na Idade Média e vai até os dias de hoje. Começa no interior das comunidades religiosas até difundir-se na sociedade. As ordens religiosas têm um severo regulamento regulador, onde a disciplina do corpo é a característica fundamental da disciplina: trabalhar e orar; enquanto mais gestos cotidianos, mas se mostrava a subordinação ao poder divino (FOUCAULT, 2010).

Toda disciplina do corpo passou pela marca no corpo, dependendo da ordem religiosa; os joelhos, os pés, os sacrifícios impostos, como jejuns e autoflagelos. O poder disciplinar deixa marcado no corpo, em especial as cicatrizes, como medalhas do mau comportamento.

No século XIX, o poder político e o corpo individual, foram o ponto de partida desse processo panóptico, que são as organizações que visam à vigilância dos corpos individuais para o seu controle.

A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço, para isso utiliza diversas técnicas. A disciplina às vezes exige a especificação de um local heterogêneo a todos e fechados em si mesmo, como: os colégios com modelo de convento, os quartéis, as prisões, com um conjunto cercado por muralha, para manter a ordem e a disciplina. (FOUCAULT, 2010).

Segundo Rauter (2003) A disciplina constitui-se como uma rede que atravessa o espaço social, ela não tem como fonte única o estado, mas se organiza em dispositivos celulares, nas instituições, nos métodos de vigilância e controle da população. Por outro lado, o modo de funcionamento deste dispositivo não se caracteriza apenas pela repressão, pela violência, mas também pela produção de saberes que instrumentam táticas de controle, fixação e adestramento dos corpos.

Ainda encontramos um velho procedimento arquitetural e religioso: a cela dos conventos. O espaço disciplinar é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, onde se deve por momentos, defrontar-se a sós com a tentação e talvez com a serenidade de Deus. A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. As disciplinas organizadas em “celas”, os lugares e as fileiras criam espaços complexos, ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos (FOUCAULT, 2010).

Prisão local de execução da pena é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos, onde o servidor penitenciário realiza o trabalho de vigilância, conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva melhora.

Estes profissionais estão implicados em desenvolver o seu trabalho através de dispositivos essenciais. É preciso que sejam contabilizadas todas as anotações que se possam tomar sobre eles. É o panóptico que se tornou, por volta de 1830-1840, o programa arquitetural da maior parte do projeto das prisões. O qual era a maneira mais direta de tornar a arquitetura transparente a gestão do poder; de permitir que a força ou as coações violentas fossem substituídas pela eficácia suave de uma vigilância sem falha, de ordenar o espaço segundo a recente humanização dos códigos e a nova teoria penitenciária (FOUCAULT, 2010).

A prisão é menos recente do que se diz, quando se faz datar seu nascimento nos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los especialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de forças, treinarem seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, construir sobre eles um saber que se acumula e centraliza (FOUCAULT, 2010).

Segundo Foucault (2010) a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XIX dá-se a passagem a uma penalidade de detenção. Mas era na verdade abertura de penalidade a mecanismos de coerção já elaborados em outros lugares.

As relações entre saber e poder são, em nossa concepção intrínsecas. Lançando mão da noção de “poder disciplinar”, podemos compreender os saberes enquanto partes de estratégias de poder. Neste sentido, as ciências humanas (Psicologia, criminologia e outras) surgem historicamente como ponto de apoio para novas técnicas de gestão das massas humanas, capazes de controlá-las, fixá-las e de produzir indivíduos úteis do ponto de vista da produção e dóceis do ponto de vista político. (RAUTER, 2003).

Para Wacquant (2003) se as prisões do século XIII e XIX foram projetadas como fábricas de disciplina, hoje são planejadas como fábricas de exclusão; visto que a sociedade industrial europeia proletarizou os camponeses e impôs nas cidades a disciplina do trabalho,

como pode impor agora a disciplina do emprego? Se há multidões crescentes que não tem emprego, a resposta está na fabricação de um gigantesco sistema penal.

A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da Justiça Penal, seu acesso a humanidade. Na passagem dos dois séculos foram exercidas da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igual representado; mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação características de um tipo particular de poder. (FOUCAULT, 2010).

Com o desenvolvimento da sociedade burguesa, desenvolveram-se também a medicina social, a escolarização em massa, a polícia, os métodos de reorganização da produção, os sistemas carcerários. O espaço social foi reorganizado no sentido de impedir que as massas populares, ao invés de serem obedientes ao “contrato”, descambassem para as ilegalidades, para o desrespeito à propriedade privada, para o não pagamento dos impostos cobrados pelo estado, etc. A não observância das leis do estado vem a ser um problema combatido não apenas pela punição, mas, preventivamente, haverá uma tentativa de se formar, pelos dispositivos disciplinares, gerações de indivíduos obedientes à lei (RAUTER, 2003)

Para Foucault (2010), o encarceramento nunca se confunde com a simples privação de liberdade, é, ou deve ser em todo caso, mecanismo diferenciado e finalizado. Diferenciado, pois não deve ter a mesma forma, consoante se trate de um indiciado ou condenado, de um contraventor ou de um criminoso: cadeia, casa de correção, penitenciária devem em princípio corresponder mais ou menos às diferenças, e realizar não só graduado em intensidade, mas diversificado em seus objetivos.

A revolução tecnológica do século XX abre caminho a uma nova etapa do poder mundial (a globalização), em que condutas tradicionais criminalizadas tendem ser monopolizadas pelo poder econômico e pelas agências políticos nacionais. A luta pela hegemonia do discurso criminológico se dá na esfera das comunicações, e o que se observou foi à subordinação do discurso político às agências de comunicação. (WACQUANT, 2003).

A prisão sempre compôs um campo ativo onde abundaram os projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos. Ao tornar-se punição legal, ela carregou a velha questão jurídico-política do direito de punir com todos os problemas, todas as agitações; que surgiram em torno das tecnologias corretivas dos indivíduos (FOUCAULT, 2010).

Segundo Wacquant (2003), o sistema penal surgiu como uma espécie de território sagrado da nova ordem socioeconômica global. Tudo aquilo que rompe com o senso político e

social do momento, serve de instrumento de apreensão da sociedade e tem todas as chances de ser percebido como uma agressão ou simplesmente não percebido.

Wacquant (2003), descreveu que os cortes financeiros nos programas sociais dos Estados Unidos, contrastam com os investimentos maciços no sistema penal, que tem sua clientela recrutada no exército de jovens negros e/ou pobres.

E lado a lado com a desconfiguração, mutilação e aniquilamento das garantias sociais e trabalhistas foi delineando-se a política de contenção repressiva dos pobres. Taxas de encarceramento subiram rapidamente nos últimos 20 anos nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo aumenta a seletividade do sistema; os que perderam orçamento social vão lotar as cadeias locais, estaduais e federais. (WACQUANT, 2003).

Como no Brasil, a prisão Norte-Americana traz às marcas da escravidão, a nova ordem pós-industrial do capital financeiro, as estratégias de contenção social de classes perigosas se deslocam dos guetos para as prisões. Para Wacquant (2003), as duas organizações têm sido historicamente instituições de confinamento forçado: o gueto como prisão social e a prisão como gueto Judiciário. Transformando o gueto e a prisão em uma espécie de destino da população negra e jovem. As semelhanças com a favela-prisão, se pensarmos na maneira com que a juventude no Brasil, em especial do Rio de Janeiro, é atirada à criminalização, através de sobrevivência do comércio varejista de drogas.

Nessa perspectiva demonstra que o sistema carcerário é um instrumento a serviço da manutenção da desigualdade social e da dominação política, onde se faz necessário políticas públicas que sejam capazes de dialogar com essa realidade.

1.1- O sistema carcerário no Brasil

No Brasil, a prisão carrega em sua história características sociais, econômicas e étnicas, vindo nos mostrar que o nosso Sistema Penal constitui-se como um dos mais perversos instrumentos de desigualdades sociais e de dominação política em nosso país (RELATÓRIO CFP, 2008).

Na primeira República, no ano de 1912, no Rio de Janeiro, as prisões ocorriam pela infração de “vadiagem”. Os homens eram presos por cometerem o crime de não fazer nada, onde esperavam o julgamento e, os menos afortunados eram removidos a uma colônia

marítima penal, onde dividiam o espaço abarrotado da prisão com uma variedade de detentos, de diferentes idades e cores, presos devido razões desconhecidas. (MAIA, ET al; 2009).

Nos anos posteriores à Independência do Brasil, em 1822, o país havia alcançado avanços na área da Legislação criminal. O código criminal de 1830 e o código do Processo criminal de 1832 serviram de modelo para todo o hemisfério, e a casa de correção do Rio de Janeiro esteve entre as primeiras da América Latina. (MAIA, et al; 2009).

A prisão era frequentemente resultado do caráter tendencioso da polícia, em vez de decorrer da aplicação direta da lei codificada. A maioria das pessoas presas no Rio de Janeiro podia ser encontrada na casa de detenção da cidade após a abolição final da escravidão (1888) e ao fim do Império (1822-1889). Onde o sistema penal em geral desempenhou um papel relevante na geração e perpetuação da lógica extralegal do sistema judiciário na formação do estado e seus cidadãos (MAIA, et al; 2009).

A casa de detenção tornou-se um espaço de educação cívica, caracterizado pela circulação de informações cruciais entre estado e os cidadãos, a respeito dos aspectos práticos de um sistema tendencioso e arbitrário, era uma verdadeira lição sobre ser pobre e brasileiro. Estudos sobre o Sistema brasileiro de justiça criminal documentaram a extra legalidade por meio do quais cidadãos e oficiais percorriam o espaço entre o código e a prática, assim como a recusa de direitos e a violência dirigida às camadas pobres e afro-descendentes.

A casa de detenção durante as últimas décadas do século XIX eram constituídas por réus não escravos, o que a transformava numa instituição penal peculiar e a predispunha à extra legalidade e à ambiguidade de procedimentos que a caracterizam no período pós-abolição. A considerável quantidade de escravos forros que povoou intermitentemente a casa de detenção revela os caprichos da legislação criminal (e civil) num regime escravista. Eles pertenciam em custódia do estado mesmo que não tivessem sido indicados por crime nenhum e eram compelidos a trabalhar para o governo, principalmente nos serviços e projetos de infraestrutura pública (MAIA, et al; 2009).

No início do século XX, a questão social acabou tornando-se “Caso de Polícia”. As divergências que existiam no sistema brasileiro de Justiça criminal, na prática das garantias universais de proteção e direitos iguais reforçavam as desigualdades sociais, não apenas ao perseguir aqueles mais vulneráveis às dificuldades legais, econômicas e mesmo físicas do encarceramento. Eram foco das prisões, especialmente os pobres, de cor escura e desempregados.

Na década de 1930 foi que se concebeu a elaboração das ideias que geraram o Código Penal de 1940. Sendo o “novo Código” que incorporou a noção de periculosidade, como resultado de décadas de discussões nos meios Jurídicos brasileiros em torno da redefinição de modos de julgar e punir (RAUTER, 2003).

A Constituição histórica do saber voltado à criminologia está ligada a instauração de novas formas de julgamento, à reforma das instituições penais, enfim, à implementação de novas estratégias de controle social de que se arma o Judiciário para realizar o que a própria criminologia vai definir como defesa da sociedade (RAUTER, 2003).

Estas transformações correspondem a um processo de normalização da sociedade brasileira, que não se dá apenas no nível das práticas Judiciárias, mas pela escolarização, pela medicalização, etc.

No Brasil, o Judiciário incorporou o que poderíamos chamar de uma tecnologia penal normalizadora, com o advento e expansão do discurso da criminologia. No entanto, no nível das práticas sociais, este processo não pôde se dar sem um ônus de violência que aparentemente o contradiz. Até certo ponto a norma e repressão, talvez seja peculiaridade presente no processo de normalidade da sociedade brasileira. As operações conhecidas como de “reeducação”, “cura” ou “ressocialização”, etc. não podem dar-se sem um nível de violência mais ou menos explícito que todo tempo as denuncia (RAUTER, 2003).

Os historiadores do Direito Penal costumam referir-se a um processo de humanização das leis e dos métodos punitivos que caracterizaria as sociedades “civilizadas”. E este processo coincidiria mais ou menos com o desenvolvimento industrial na Europa. Mas a verdade que ocorre é que, se de um lado não se tem as formas claramente violentas de punição, como o açoite, os suplícios, as fogueiras ou os métodos de intimidação exercidos diretamente sobre o corpo, surgem, de par com este aparente abrandamento das penas, novas tecnologias de poder capazes de, com diferentes métodos, conseguir a sujeição e a docilidade dos indivíduos. A disciplina é esta nova tecnologia de poder que age, de certo modo, como prolongamento da lei, preenchendo os espaços vazios deixados pelo judiciário (RAUTER, 2003).

Diante das considerações sobre o Sistema Carcerário no Brasil, as transformações correspondentes ao processo de normatização da sociedade através das práticas jurídicas, marcam a institucionalização de um novo arcabouço que será definido pela criminologia como defesa da sociedade. Deve-se acrescentar que poucos estudos relacionados a essa temática foram encontrados, porém ocorrem evidências sobre as inapropriadas condições de

trabalho e o sofrimento psíquico que trabalhadores do sistema penitenciário estão propícios a apresentar.

1.2- O passado na atualidade do sistema carcerário brasileiro

O modo como o sistema carcerário brasileiro se encontra, trata-se de uma pesada herança que ainda se faz presente na vida social e política do país. Esse cenário se aplica em três países da América Latina: Brasil, Chile e Argentina, por apresentarem condições políticas e econômicas internas peculiares, associadas a sua trajetória de formação histórica, onde tiveram regimes autoritários que marcaram profundamente a organização e funcionamento dos aparatos de segurança pública. Esses países foram e continuam sendo influenciados pelas mudanças no contexto mundial tanto em termos de arranjos econômicos e políticos como também em relação às novas percepções de política penal que emergiram nas últimas décadas (SALLA, F; BALLESTEROS, P, R; ET AL).

A Confluência desses processos históricos internos e de tendências recentes nas políticas penais em escala mundial é responsável pela adoção em cada um dos três países citados, de legislação cada vez mais severa para o enfrentamento do crime e na imposição do tratamento ao criminoso. São esses processos responsáveis pelo extraordinário crescimento da população encarcerada nas duas últimas décadas e que vem acompanhado de um agravamento das condições de encarceramento (SALLA, F; BALLESTEROS, P, R; ET AL).

A segurança da sociedade surgiu como o principal requisito à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, estabelecidos nos ordenamentos jurídicos. A segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. As instituições ou órgãos estatais, incumbidos de adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, denominam-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico, a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delimitados em planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva (CARVALHO; SILVA, 2011).

Nesse processo, a gestão política de segurança pública como suporte para o enfrentamento da violência e da criminalidade, representa um desafio tanto para o estado quanto para a sociedade; visto que no âmbito do processo de constituição da política de segurança pública, são elaborados os mecanismos e as estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade que afeta o meio social (CARVALHO; SILVA, 2011).

No Brasil, o processo de democratização do estado, após duas décadas de ditadura militar, pouco modificou o Estado penalizador, fundado na institucionalização da criminalização. No aspecto teórico, constitucional, tem-se um Estado democrático. Porém, no campo prático, ainda vive-se em um Estado autoritário, principalmente nas questões relacionadas à segurança pública (CARVALHO; SILVA, 2011).

O processo de transição para a democracia, das últimas décadas, enfrentou o desafio de manter a ordem pública em contexto afetado pela insegurança dos órgãos de segurança pública, estruturados sob a influência de resquícios autoritários, mas com responsabilidade de atuar de acordo com os princípios democráticos, impostos pela sociedade por meio dos movimentos sociais (CARVALHO; SILVA, 2011).

1.2.1- Controle Social e Políticas Penitenciárias

O três países latino-americanos retomaram a vida democrática por meio de processos de transição que tiveram arranjos políticos específicos em cada país e que por certo contribuem para compreender como a área de segurança pública foi mantida ou não sob forte influencia dos padrões constituídos durante os regimes autoritários. A conquista da democracia em diversos países não deixou de ser acompanhada de uma contradição central para as tradições liberais e se manifesta de modo particular na área da segurança pública, entre as liberdades individuais e o crescimento de instrumentos de controle social e repressivo (SALLA, F; BALLESTEROS, R; ET AL).

Isso ocorreu proporcionalmente inverso à liberalização da economia, ao fortalecimento do mercado como paradigma regulador das relações econômicas e sociais; avançaram os controles sociais sobre os cidadão de um modo geral, mas sobretudo os seguimentos mais afetados pelo desemprego, pela nova economia centrada na elevação de produtividade com baixa assimilação de mão-de-obra. Uma concepção secundária se estende por todos os campos de atividades e direciona as ações para a redução dos riscos. No terreno da segurança pública essas propostas de controles sociais mais rígidos se converte nas propostas de controles sociais mais rígidos e consequentemente em políticas penais mais severas (SALLA, F; BALLESTEROS, R; ET AL).

A Constituição de 1988, promulgada no Brasil, representa não apenas um conjunto de normas a serem obedecidas e sim um estado democrático, assegurando os direitos sociais e a liberdade dos cidadãos. No Capítulo III, artigo 144 da Constituição de 1988 “A segurança

pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

A Constituição de 1988 demonstra o avanço que se conquistou desde então, porém, apesar de toda a legalidade estabelecida, as condições carcerárias do passado continuam presentes na atualidade. Para Souza (2011) os problemas da segurança pública são reflexos da estrutura social historicamente conivente com a violência privada, desigualdade social, econômica e jurídica e os “déficits de cidadania” de grande parte da população.

Atualmente o medo derivado da violência urbana somado à desconfiança nas instituições do poder público encarregados da implementação e execução das políticas de segurança produzem uma evidente diminuição da coesão social, o que implica, entre outros problemas, na diminuição do acesso dos cidadãos aos espaços públicos; na criminalização da pobreza (à medida que determinados setores da opinião pública estigmatizam os moradores dos aglomerados urbanos das grandes cidades como responsáveis pela criminalidade e violência) e na desconfiança generalizada entre as pessoas (SOUZA, 2011).

Outra consequência do aumento dos crimes é que as agências encarregadas pela aplicação da lei (o Sistema de Justiça Criminal) não se prepararam para o recrudescimento da criminalidade, agindo quase que exclusivamente de modo reativo. E toda uma ordem político-institucional e cultural geradora da exclusão e do afastamento de grandes parcelas da população dos direitos a cidadania, o período ditatorial (1964-1985) acentuou o esfacelamento de uma cultura democrática em construção ao enfatizar o controle do Estado em relação às chamadas “classes perigosas” (SOUZA, 2011).

O conceito da “doutrina de segurança nacional” criado durante a Ditadura Militar continuou vigorando na estrutura de nossos sistemas estaduais e federal de segurança. Em meados da década de 1990, o modelo e as ações de segurança pública limitavam-se à contenção social, a partir do preceito de que a “lei e ordem” públicas derivariam no uso da força, das armas e das ações policiais pela exclusiva via da repressão (SOUZA, 2011).

O autoritarismo, característico desse período, conjugou-se com práticas que remontam da formação social e política nacional, na conformação de um sistema público de segurança claramente a serviço de determinadas classes sociais, com o aval da legalidade dada por parte do estado. Tal situação vem perdurando mesmo depois da promulgação da constituição Federal de 1988 (SOUZA, 2011).

Para Souza (2011) os impasses institucionais, principalmente aqueles relativos às alterações substantivas não efetuadas nas estruturas organizacionais das agências responsáveis

pela execução das políticas de segurança (Polícia, Sistema Prisional, Judiciário, etc.), emperram a possibilidade de mudanças estruturais, que seriam fundamentais para superação dos velhos paradigmas que sustentam a política de segurança pública brasileira.

O Brasil tem assistido, nas três últimas décadas, a um agravamento extraordinário da crise já vivida pelo Sistema penitenciário nacional desde os seus primórdios. Os indicadores disponíveis a respeito da vida nas prisões brasileiras demonstram, de maneira inconstante, um agravamento extraordinário de problemas já muito antigos, como a superpopulação carcerária, a escalada da violência entre os internos, as práticas de abusos, maus tratos e torturas em relação a eles, a inexistência de garantias mínimas para os condenados e o desrespeito sistemático e institucional à legislação ordinária e aos princípios dos direitos humanos (RELATÓRIO CFP, 2008).

Tal fato redundou em um aumento expressivo da população carcerária brasileira o que não assegurou ao país melhores indicadores em segurança pública. Pelo contrário há razões de sobra para concluir que a política criminal praticada no país, seja uma entre as condições mais significativas da criminogênese (a origem do crime) na modernidade (RELATÓRIO CFP, 2008).

Os termos dessa crise estão em dimensões fundamentais: a primeira em que pesem os investimentos realizados na ampliação e reforma do Sistema penitenciário brasileiro e a ampliação das possibilidades legais de substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos, nossos estabelecimentos prisionais encontram-se superlotados, e a demanda por encarceramento em todo país segue ampliando-se em escala massiva. As condições de vida nas prisões brasileiras situam-se entre as piores em todo o mundo, e afirmam como regra, um perfil de execução de penal produtor de sofrimento e proponente de violência (RELATÓRIO CFP, 2008).

É preciso que o processo histórico de consolidação da democracia no Brasil e o subsequente protagonismo da sociedade civil possam abrir espaço para uma ampla reforma das leis penais e para um novo caminho de política criminal que envolva, também, um compromisso efetivo de reforma prisional orientado pelos princípios civilizatórios (RELATÓRIO CFP, 2008).

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Em 1995, tínhamos segundo dados do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), 148.760 mil presos no país. Em dezembro de 2006, os indicadores oficiais já apontavam uma população de 401,2 mil presos. Antes do final de 2008, mantidas as taxas médias de elevação da massa

carcerária observada nos últimos anos, o Brasil está se aproximando da marca de meio milhão de pessoas presas.

Do ponto de vista prisional constatou-se que o aumento da população carcerária deu-se no Brasil a partir do ano de 1990, período que coincide com a promulgação da Lei de crimes Hediondos (Lei n 8.072/1990) em suas duas edições, onde tal legislação foi produzida como resposta simbólica à demanda punitiva presente na opinião pública, além de aumentar a gravidade das penas para um conjunto muito amplo de delitos, impedindo na sua primeira edição a concessão de benefício de progressão de regime de pena. (RELATÓRIO CFP, 2008).

Essa constatação não nos permite afirmar que a lei tenha sido a única responsável pelo aumento das prisões, mas não há como relacionar a ideologia de maior rigidez nas penalidades, trazida em respostas penais mais severas para todos os tipos de crime em geral, com a superpopulação carcerária identificada. Dessa forma, é possível afirmar que o endurecimento penal, não interferiu na criminalidade registrada, mas concorreu para o agravamento de um problema sério que é a superpopulação prisional. (RELATÓRIO CFP, 2008).

O rigor penal no Brasil está tanto mais presente quanto o perfil dos delitos praticados vindo envolverem pessoas marginalizadas socialmente ou excluídas. Vem produzindo um sistema de encarceramento massivo, cujo à lógica elege os despossuídos naturalmente.

A situação carcerária nacional é preocupante, o Brasil fechou o ano de 2011 com um total de 514.582 presos (números atualizados do Departamento Penitenciário Nacional) São 270 para cada 100 mil habitantes, mantendo-se no quarto lugar dentre os mais encarceradores do mundo (dados do International Center For Prison Studies), atrás apenas dos estados Unidos, da China e da Rússia.

Só na última década o número de presos cresceu 120% já em 2011, o país possuía 233.859 detentos. No mesmo período, o número de presos provisórios dobrou, chegando a 173.818 detentos (antes eram 78.437) e o de mulheres presas aumentou 245% (em 2011 eram 9.873). Em razão desse crescimento desenfreado, hoje o país carece de 208.085 vagas em seus estabelecimentos penais, havendo 68% mais presos do que vagas (GOMES, 2012).

Esses dados diferem dos países europeus, em especial a Inglaterra, sabe-se que, a cada 100 crimes cometidos (estimado por pesquisas anuais de vitimização), apenas três acabam se transformando em condenações Judiciais, a maioria das sentenças é em penas alternativas, deixando as políticas de segurança europeias entre as melhores do mundo (RELATÓRIO CFP, 2008).

Os Estados Unidos é o país que mais encarcera no mundo, por ter uma política estatal de criminalização da miséria de Estado. Opera segundo duas modalidades. A primeira e menos visível, exceto para os interessados, que consiste em transformar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e de controle das novas “classes perigosas”. O segundo componente da política de “contenção repressiva” dos pobres é o recurso maciço e sistemático ao encarceramento; na década de 1970 a população carcerária explodiu, tendo um crescimento nunca visto em uma sociedade democrática. O encarceramento atinge prioritariamente os negros, as taxas de encarceramento afro-americano triplicaram em doze anos (WACQUANT, 2001).

A causa mestra deste crescimento astronômico da população carcerária é a política de “guerra contra a droga”, que designa na verdade uma guerrilha de perseguição penal aos vendedores de rua, dirigida contra a juventude dos guetos para quem o comércio a varejo é a fonte de emprego mais diretamente acessível (WACQUANT, 2001).

Na literatura internacional que analisa as políticas penais nos últimos vinte cinco anos e em particular as questões prisionais (David Garland, 2001; Loic Wacquante, 1999; Zygmunt Bauman, 1999; Guilles Chantraine, 2006), a constatação é de que o encarceramento em massa presente nesse período é uma decorrência dessa nova concepção de que os riscos devem ser reduzidos, as políticas de prevenção ao crime devem ser mais amplas, e que os criminosos devem ser mais severamente punidos e controlados (SALLA, F; BALLESTEROS, P; ET AL).

O resultado é que as taxas de encarceramento se elevam em todo mundo desde o início dos anos 1980. Acompanha essa tendência a adoção de formas mais severas de organização e funcionamento do aparato repressivo. Especialmente nas últimas décadas as prisões passaram a ter regimes disciplinares mais duros e que de certo modo confrontam as disposições até então predominantes de imposição de um tratamento penitenciário voltado para reinserção social dos presos, ao impor-lhes uma verdadeira imobilização nas prisões (SALLA, F; BALLESTEROS, P; ET AL).

Diante de todos esses dados observamos que a instituição prisional é tomada como um dos componentes do dispositivo da criminalidade. Esse dispositivo de controle social é analisado como central do capitalismo contemporâneo, engendrando múltiplos efeitos mortificadores, onde os trabalhadores são atingidos cotidianamente por esses efeitos. No trabalho desenvolvido nas prisões, temos a ocorrência da decadência do discurso de

recuperação e o fortalecimento de práticas coercivas e punitivas, comum a todos os estabelecimentos penais.

1.3- A situação carcerária no Pará

O Pará tem a 12ª maior população carcerária do país e é o primeiro colocado da Região Norte, segundo dados do Ministério da Justiça, de junho 2011. Os números da Superintendência do sistema Penitenciário do Pará- SUSIPE revelam uma diferença tão expressiva, onde quase todas as unidades penitenciárias estão operando superlotadas. Em 2011 eram 6.712 vagas para 12.308 detentos, um déficit de 5.596 vagas. O excesso de detentos por cela, além de colocar os presos em situação degradante, também é combustível para que ocorram rebelião e motim (diariodopara.diarioonline.com.br).

No Pará a população carcerária é crescente, nos últimos anos aumentou cerca de 43% nos últimos quatro anos. Em 2007, havia sete mil presidiários sob a guarda da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE). Em 2011, foram 11 mil encarcerados e este número continua crescendo em nosso estado. Neste mesmo ano, havia apenas 6.500 vagas nas 37 unidades prisionais da SUSIPE, número muito inferior a demanda de internos, ocasionando a superlotação das unidades (O LIBERAL, 10.04.2011, pág. 8 atualidades).

O problema agravou-se nos últimos anos, segundo o Tenente-Coronel André Cunha, Superintendente da SUSIPE, que refere que a população carcerária quase dobrou em relação ao número de vagas nos presídios. De 2007 a 2010, apenas 410 novas vagas nos presídios foram criadas. Somente em 2011, a população carcerária do Pará teria aumentado 12%, o dobro da média nacional (diariodopara.diarioonline.com.br).

O déficit de vagas nas unidades da SUSIPE em abril de 2011 era de 55% e 80% se fossem incluído os presos custodiados pela polícia civil. Segundo o Superintendente da época, o Major Bernardes: o aumento do número de presos evolui conforme o crescimento da população brasileira e nos índices da criminalidade; o número crescente de presos é resultado do combate mais efetivo ao crime, onde o trabalho é totalmente integrado, o que permite uma resposta mais rápida e um maior número de prisões. (O LIBERAL, 10.04.2011, pág. 8 Atualidades).

Entre os centros de detenção que já estão em construção e os que aguardam o início das obras, a SUSIPE deve criar 3.805 vagas. A expectativa é que até 2014 a superlotação nos

presídios caia para pelo menos 15%. Esse investimento, segundo o Superintendente da SUSIPE, André Cunha, vai ser oneroso, o custo médio de apenas uma vaga chega a R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais). Foram realizadas análises técnicas e estudos para identificar onde a população carcerária está crescendo antes de criar novas vagas, que são realmente necessárias ([diariodopara.diarioonline.com.br/ 15/04/2012](http://diariodopara.diarioonline.com.br/15/04/2012)).

Para o atual Superintendente da SUSIPE, não existe solução a curto prazo, é preciso reduzir o volume de entrada, liberar os detentos que devem ser liberados e criar novas vagas. É preciso que o executivo crie mais vagas, que o Judiciário agilize os processos para reduzir a população carcerária, que haja investimento em políticas públicas, para que ocorra a prevenção e sejam realizadas ações de reinserção para quem sai da prisão, visto que aproximadamente 55% dos presos do estado do Pará que terminam de cumprir pena voltam a reincidir ([diariodopara.diarioonline.com.br/ 15/04/2012](http://diariodopara.diarioonline.com.br/15/04/2012)).

Segundo o Juiz da Vara de Execução Penal Cláudio Rendeiro, existem 10 mil processos esperando para serem julgados nas prateleiras e mais de 12 mil no computador. O tramite processual demorado é a realidade de todo Judiciário nacional. Dados do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, através do último levantamento divulgado pelo Programa Justiça em Números, revela que em 2010, cerca de 83,4 milhões de processos tramitaram pelo Judiciário brasileiro com uma taxa de congestionamento de 70%. No Pará, o Juiz da vara de Execução Penal, Cláudio Rendeiro, vem tomando medidas para agilizar os processos, onde os mutirões carcerários planejados são uma boa forma de tornar o tramite processual mais rápido (diariodopara.diarioonline.com.br/15/04/2012).

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Pará, em 2010, presidida pelo então deputado estadual Arnaldo Jordy, fez algumas recomendações no relatório sobre o Sistema Carcerário no Pará. As quais eram: a ampliação do número de Defensores Públicos na área criminal; construção de novas casas penais para receber com dignidade pessoas condenadas; mais veículos nas unidades prisionais para que presos provisórios não sofram adiamento de suas audiências e investimento na ressocialização dos infratores (WWW.alepa.pa.gov.br/lernoticia.php?dnoticia=4053).

As condições encontradas, segundo a Comissão, foram as mais trágicas possíveis: celas superlotadas, detentos dormindo no chão, denúncias de maus tratos, ratos convivendo com os internos e demora no julgamento dos casos. Os números levantados pela comissão de Direitos Humanos da ALEPA mostram que a população Carcerária do Pará é formada por jovens entre 18 e 24 anos e que segundo dados do INFOPEN- Sistema de Informações

Penitenciárias, 58% dos presos do estado do Pará são provisórios. Em números absolutos, significa que 8.611 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário do Pará, onde 5.064 não foram julgadas. Devido à gravidade dos casos encontrados, a comissão de monitoramento propôs a elaboração do relatório para ser encaminhado às autoridades locais, nacionais e até internacionais com pedido de providências e alerta à situação a que os detentos são submetidos no Pará. (WWW.alepa.pa.gov.br)

A situação carcerária no estado do Pará não difere da situação carcerária do País, que é de superpopulação prisional, onde segundo Assis (2007) informa que 95% do contingente carcerário, ou seja, sua esmagadora maioria é oriunda da classe dos excluídos sociais, pobres, desempregados e analfabetos.

O contexto contemporâneo, caracterizado pela globalização, principalmente no âmbito econômico, tem provocado transformações na estrutura do Estado e redefinição de seu papel enquanto organização política. Diferente da redução do papel do Estado no âmbito econômico e social, no que se refere à segurança pública, tem ocorrido uma ampliação dos instrumentos de controle social (CARVALHO; SILVA, 2011).

Estamos diante de um processo contraditório no que se refere ao papel do estado. Temos, assim, um “Estado para os pobres”, com menos assistência e mais controle e vigilância e um “estado para os ricos”, que possibilita menos controle sobre a reprodução econômica. Com isso as formas de penalização são apontadas para o sujeito de forma diferenciada (CARVALHO; SILVA, 2011).

Estado e sociedade devem exercer papéis cruciais na definição de estratégias políticas e de poder que legitimam o processo pelo qual se desenvolve a política pública. Neste embate, os interesses e as contradições, inerentes à dinâmica das relações entre governantes e governados, constituem o fundamento da construção política (CARVALHO; SILVA, 2011).

E o sistema de segurança pública brasileiro em vigor, desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Entretanto no Brasil em regra, as políticas de segurança pública tem servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial (CARVALHO; SILVA, 2011).

1.4- Conceitos de prisões na perspectiva de Goffman e Foucault

O presente trabalho traz os autores Erving Goffman e Michel Foucault, com o intuito de interpretar a formulação teórica dos dois estudiosos, a fim de entender suas diferenças e mesmo, principalmente, a sua importância na atualidade, uma vez que seus estudos permitiram uma compreensão consistente do que se entende por instituições. Além disso, apesar de considerar importantes diferenças nas duas abordagens, é possível encontrar pontos de contato entre as formulações, ajudando-nos a interpretar o sentido dos conceitos.

Foucault faz reflexões sobre as instituições disciplinares e Goffman sobre as instituições totais. Respeitando a diferença entre as formulações teóricas, temos a relevância dos dois autores para o campo da psicologia social e das transformações ocorridas, através das instituições, da concepção que tem de si mesmo nas sociedades em que foram inventadas as instituições disciplinares e totais (FERREIRA, 2012).

A grande contribuição de Erving Goffman é de considerar que em nossa vida civil, formulamos aspectos paulatinos de nossa individualidade que é objeto de deterioração nas instituições totais e estando mais próximo da revelação do modo de funcionamento das instituições do que de uma natureza do processo do adoecimento psíquico. O autor declara sua herança funcionalista de investigação, apresentando a intervenção exaustiva que se faz sobre o “eu” em instituições totais, indicando a dualidade de status no interior das instituições totais e acontecimentos institucionais em que a hierarquia pode ser provisoriamente colocada à prova, ou seja, membros da equipe dirigente podem sofrer com situações vividas no interior das instituições totais. Michel Foucault apresentará uma exaustiva reflexão sobre a formação das instituições disciplinares, interrogando o contexto histórico e político que permitiu que prisões, escolas e hospitais emergissem como formas de controle das coletividades e locais de produção de individualidade (FERREIRA, 2012).

As sociedades contemporâneas não romperam definitivamente, com os processos de individualização que se descrevem nas escolas, nos hospitais, nas fabricas, nas empresas, nas prisões e nos quartéis. Indivíduos de seguimentos sociais mais pobres costumam ser objetos

de instituições extremamente violentas e dotadas de aparente racionalidade no investimento que fazem sobre os agrupamentos humanos (FERREIRA, 2012).

Os presídios fazem parte das instituições totais, ou seja, instituições fechadas, onde seu caráter total é simbolizado pela barreira com o mundo externo. As instituições totais têm a função de proteger a comunidade e o bem-estar das pessoas, retirando do meio social e isolando quem possa vir a proporcionar perigo de forma intencional a esta comunidade. (GOFFMAN, 1987).

As proibições à saída estão em sua maioria incluídas no plano físico e arquitetônico da mesma. Seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer e descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente (BENELLI, 2002).

Para Goffman (1987) a instituição total é como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla, por um período considerável de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

As instituições totais podem ser categorizadas para cuidar das pessoas que são consideradas incapazes e inofensivas como, asilos para idosos. Também existem as instituições totais criadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem importar-se muito com o bem estar das pessoas segregadas, onde se insere as cadeias e as penitenciárias (BENELLI, 2002).

As instituições fechadas por muros que delimitam seu território apresentam algumas características definitivas: os indivíduos internados têm como parte de suas obrigações uma participação visível, em momentos adequados nas atividades do estabelecimento. Isso exige deles uma mobilização da atenção e do esforço muscular, além de certa submissão pessoal à atividade em questão. Esta participação obrigatória na atividade da instituição é considerada como um símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo, implicando também na aceitação por ele das consequências da participação para uma definição de sua natureza, do papel e da posição do internado. Os problemas da adesão visíveis nas atividades programadas da instituição são indicadores do modo como os indivíduos se adaptam ou não ao papel e a definição que o estabelecimento lhe impõe (BENELLI, 2002).

Esta adesão acaba sendo uma imposição pela instituição total, não tem margem para negociação, é uma forma de ocupação e de manter a ordem no local que o internado está inserido; visto que, o objetivo de adaptá-lo a rotina da instituição é excluí-lo do mundo

originário, a fim de que o internado absorva totalmente as regras internas, evitando comparações prejudiciais ao seu processo de “aprendizagem”. Ao aderir à nova rotina, tem como ganho os benefícios regidos pela Lei de Execução Penal, no caso da Instituição total ser uma prisão. Sendo a LEP que normatiza o funcionamento do Sistema penitenciário, regendo as condutas compatíveis com os preceitos jurídicos do Código Penal Brasileiro.

O controle e a vigilância sobre o conjunto dos internados sob a responsabilidade do grupo dirigente faz com que estes sejam obrigados a cumprir as normas estabelecidas pela instituição. Existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado (os internados) e uma pequena equipe dirigente que os supervisiona. O grupo de internados vive na instituição e tem contato restrito com o mundo externo. A equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia, ou em plantões e pode estar integrado com um mundo externo (GOFFMAN, 1987).

A instituição total é um híbrido social, constituído parcialmente enquanto grupo residencial e parcialmente como organização formal. Ela é um viveiro com uma estufa que funciona como instrumento para modelar, mudar e transformar pessoas. Cada instituição total é, assim, um experimento natural de como se pode produzir subjetividade (BENELLI, 2002).

Para Foucault (1999) nas instituições modernas existe o funcionamento do poder disciplinar, que surgiu em outras épocas, nos conventos, no exército, nas oficinas. Mas as disciplinas tornam-se no decorrer do século XVII E XVIII formas gerais de dominação. Elas seriam uma satisfação da tecnologia conventual monástica que, apesar de implicar na obediência a um superior, tinham como objetivo principal o aumento do autodomínio.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais é útil, e inversamente (FOUCAULT, 2010, p.133).

Inicialmente, a tecnologia disciplinar promove a distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando diversos procedimentos: o enclaustramento (baseado no modelo conventual); o quadriculamento celular e individualizante (cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar, um indivíduo); a regra das localizações funcionais (vigiando ao mesmo tempo em que cria um espaço útil); a classificação e a serialização (individualizando os corpos ao distribuí-los e fazê-los circular numa rede de relações), (BENELLI, 2002).

A tecnologia que organiza celas e lugares cria espaços altamente complexos, incidindo nos planos arquitetônico, funcional e hierárquico. Esses são espaços que realizam a fixação e

permitem a circulação, recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias, marcam lugares, indicam valores e garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 1999).

A tecnologia disciplinar, aperfeiçoada, sobretudo a partir da matriz conceitual tende a atravessar as diversas instituições que compõem o corpo social incidindo num nível propriamente capilar e microfísico do tecido social. O poder disciplinar constrói uma sociedade disciplinar, adestrando, produzindo coletivamente corpos individualizantes e dóceis (BENELLI, 2009).

A arquitetura passou a ser um operador que visa à transformação dos indivíduos: sua incidência sobre aqueles que abriga produz um domínio sobre seu comportamento, propaga até eles efeito de poder expõem-nos ao saber e ao conhecimento, há uma objetivação progressiva e um quadriculamento detalhado dos comportamentos individuais (BENELLI, 2002).

As instituições disciplinares produziam uma maquinaria de controle que funciona com um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por ela realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento (FOUCAULT, 2010).

Para Foucault (2010) o Panóptico de Bentham que é um estabelecimento circular, uma figura arquitetural que capacitaria perfeitamente que o olho do poder vigiasse efetiva e permanentemente tudo. Esse aparelho arquitetural é uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce. Isto é, o Panóptico é uma máquina de dissociar o par: ver e ser visto, no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver. Na torre central vê-se tudo, sem nunca ser visto. É um dispositivo importante, pois automatiza e coletiviza o poder. A estrutura piramidal tem a função de permitir a organização de uma vigilância mais escalonada e de torná-la mais funcional, nas diversas instituições disciplinares.

O panóptico é um sistema arquitetural e funciona como uma espécie de laboratório do poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes de poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça, de forma que possa fazer a vigilância dos corpos individuais para seu controle. (FOUCAULT, 2010, p.194).

O presídio sob a perspectiva de Goffman (1987) e Foucault (2010) pode ser pensado como uma instituição típica das sociedades disciplinares, sua técnica principal constitui-se no confinamento e no seu modo de funcionamento, baseando-se na lógica do “Panóptico”, que permite visibilidade, vigilância, exame e sanção normalizadora.

Segundo Goffman (2005), as instituições totais, incluindo os presídios, afirmam frequentemente sua preocupação com a reabilitação e com o restabelecimento dos mecanismos auto-reguladores do internato, ou do preso, de forma que, depois de sair, o preso manterá espontaneamente os padrões do estabelecimento.

O conceito das prisões como instituição total no presídio moderno, na atualidade difere-se por atravessamentos ao longo da história das prisões, visto que a equipe dirigente não tem mais o total controle sobre o internado. Constatamos essa realidade quando acontecem rebeliões, motins e o surgimento do crime organizado em algumas capitais do país. No estado do Pará, cito como exemplo o caso ocorrido no mês de setembro de 2011 na Colônia Agrícola Heleno Fragoso, onde internos abusaram sexualmente de menores, consumiam drogas e bebidas alcoólicas no interior da casa penal, fugindo totalmente do controle da equipe dirigente. Para Foucault (2001) as relações de poder são relações de força e não se prendem aos muros dos estabelecimentos, havendo um deslocamento de posições, jogos de poder, onde em um determinado momento você posiciona-se como vítima do poder e em outro momento você detém o poder.

Na representação do presídio moderno, o modelo Panóptico deixa de ser válido, visto que se preocupa apenas em exercer a vigilância para o controle dos indivíduos encarcerados. Neste modelo Panóptico não há espaço físico para atividades sócio-educativas e nem para atendimentos técnicos, atualmente em virtude da necessidade criaram-se esses espaços de forma improvisada e inadequada.

O modelo Panóptico de confinamento não reabilita o preso para o convívio social, o ideal de mudança e transformação de pessoas acaba por ser utópico, porque ao se conhecer de fato o cotidiano dos presídios, a função exercida por ele é inversa ao que ele propõe-se fazer. Atividades como trabalho e projetos voltados para ressocialização são insuficientes para demanda de encarcerados pouco favorecendo a reintegração social.

Ainda assim, há muito do que Goffman relatou nas instituições totais quando pensamos nos presídios brasileiros. Esses têm sido comumente conhecidos por ser um lugar sombrio, cabuloso, pelo qual indivíduos ficam a maior parte do tempo, ou o tempo inteiro, sem participar de algum processo que traga a reintegração social, a ressocialização, tanto pela

insuficiência de programas de reabilitação, quanto pelo crescimento acelerado da população carcerária tornando difícil o planejamento e a execução de tais programas (JUNIOR PEREIRA, 2008).

Toda instituição total pode ser vista como uma espécie de “mar morto”, em que aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes. Essas atividades podem ajudar o indivíduo a suportar a tensão Psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu. (GOFFMAN, 2005, p.66)

Na realidade, a dimensão humana é um dos aspectos importantes de uma prisão, uma vez que as prisões são instituições essencialmente voltadas para as pessoas. Os dois grupos de pessoas mais importantes em uma prisão são os presos e os servidores penitenciários que cuidam, guardam e garantem os direitos fundamentais das pessoas ali inseridas em situação de cárcere. O segredo para uma prisão bem administrada é a natureza entre esses dois grupos (COYLE, 2002).

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que são denominados internados, e uma pequena equipe de supervisão. Os participantes das equipes dirigentes tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN, 1987).

Nas instituições penais observamos as relações existentes entre os internos (detentos) e os servidores penitenciários na qual segundo Foucault (1975) constituem-se subjetividades onde são criadas relações de poder e saber. O poder é uma prática social, que se compreende numa estrutura histórico-discursiva sobre aquela prática, sendo expresso por meio da conduta que é o ato de conduzir os outros de acordo com os mecanismos de coerção.

Para Goffman (1987), as exigências especiais do trabalho com pessoas estabelecem a rotina diária para a equipe dirigente; o trabalho é realizado num clima moral específico. O pessoal da equipe dirigente precisa enfrentar a hostilidade e as exigências dos internados, e geralmente precisa apresentar aos internados a perspectiva racional defendida pela instituição.

As pessoas da direção que estão em contato direto com o internado podem pensar que elas estão diante de uma tarefa contraditória, pois precisam impor obediência aos internados e, ao mesmo tempo, dar a impressão de que os padrões humanitários estão sendo mantidos e os objetivos racionais da instituição estão sendo realizados (GOFFMAN, 1987).

No interior da prisão processam-se complexos dispositivos subjetivos que irão como que “formar” aqueles que exercerão o poder de mando e controle na instituição penal. Como se dá o estranho processo através do qual aqueles que provêm do mesmo meio social, da mesma vizinhança, passam ocupar posições opostas, uns passando a ser a autoridade

encarregada da custódia, da disciplina e outros encarnando o lugar da obediência, do erro, o lugar do “vagabundo”, como costumam serem chamados os apenados pelos agentes penitenciários. Entre custodiadores e custodiados, todos estão imersos na problemática da criminalidade contemporânea, que deve ser vista na sua condição de sintoma contemporâneo.

Os autores fazem um apanhado da Instituição prisão esclarecendo sobre o modelo infra-estrutural no qual se estabelece o trabalho, local onde se encontram as organizações do trabalho e as relações interpessoais entre servidores penitenciários e a clientela custodiada. As proximidades entre o pensamento de Goffman e Foucault referem-se aos efeitos mortificadores da prisão, instituição total que se propõe a regular todos os aspectos da vida do que a ela estão submetidos. Como demonstrou Foucault ao descrever as disciplinas, os lugares de poder no panoptismo são intercambiáveis, podem ser ocupados por diferentes atores institucionais, não se inscrevem mais na lógica binária do tipo opressor/oprimido. Ora sem o estabelecimento de tais redes horizontais, a maquinaria prisional não poderia produzir-se. Não se pode supor um pequeno número de agentes penitenciários, aproximadamente de vinte, podem controlar uma penitenciária com cerca de 800 homens sem o auxílio dessas redes horizontais de acordos e favores. Fazemos essas afirmações não no sentido de dizer que se trata de um abrandamento do poder, mas justamente, de um exercício de poder diante do qual não se pode estar a salvo, e por outro lado, que admite múltiplas estratégias de resistência. (RAUTER, 2007).

Os estudos de Goffman e Foucault se mantêm na atualidade, servindo de material para a compreensão dos processos históricos que trouxeram até o presente momento, sem se tornarem prescritos. O trabalho e a intervenção de Psicólogos e demais profissionais do campo das ciências humanas não podem se isentar de uma interrogação histórica sobre seus objetos. Neste sentido, as pesquisas destes autores nos auxiliam a problematizar quando, historicamente, se produziram os processos sociais de individualização a que ainda estamos submetidos, mesmo que implicitamente (FERREIRA, 2012).

No próximo capítulo, buscaremos compreender o contexto do trabalho dos servidores penitenciários e os fatores geradores de sofrimento psíquico, assim como analisar os modos de subjetivação destes profissionais para se manterem saudáveis diante do contexto apresentado.

2- O CONTEXTO DO TRABALHO PRISIONAL, A RELAÇÃO COM O SOFRIMENTO PSÍQUICO E OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS TRABALHADORES PENITENCIÁRIOS.

Concluimos o capítulo anterior tendo a compreensão histórica das prisões, que com o seu surgimento deu origem a sociedade disciplinar, preservada até os dias atuais. Neste capítulo pretendemos seguir analisando o contexto do servidor penitenciário, a fim de adquirir conhecimento à cerca de como ele se subjetiva para afastar o sofrimento diante das condições desfavoráveis do trabalho.

Dejours (2004), afirma que a partir do fracasso da prescrição e da imposição sobre ela, o sujeito vive efetivamente, no corpo físico e subjetivo, o atravessamento desse real, “numa relação primordial de sofrimento” por meio do trabalho.

O enfoque da Psicodinâmica do trabalho dá ao trabalho uma definição precisa para os objetivos dessa pesquisa. Trabalho é a atividade coordenada executada por homens e mulheres que trabalham para promover o que não está previsto na organização do trabalho; significa defrontar-se com prescrições, procedimentos materiais ou instrumentos a serem manipulados; defrontar-se com pessoas para acolher ou cuidar, porém trabalhar pressupõe também colaborar com uma hierarquia organizacional e com colegas, os quais será preciso aprender a conhecer e com os quais será preciso poder interagir para atingir o objetivo de produção de um bem ou de um serviço (BENDASSOLI, SOBOLL, 2011).

Referente à labuta destes profissionais, principalmente os ligados a área de segurança, visualiza-se que no cotidiano das instituições penais ao servidor penitenciário é designada a tarefa de cuidar, guardar e garantir os direitos fundamentais da pessoa humana ali inserida em situação de cárcere. Não se pode escapar desta incumbência ao considerar que os estabelecimentos penais são rígidos dentro dos parâmetros da lei.

Contudo, o principal vínculo de ligação entre o encarcerado e a sociedade, é o próprio servidor prisional, uma vez que é ele que está em contato direto com o detento, sendo o responsável por providências que sejam garantidos todos os seus direitos: alimentação, moradia, o contato com a família, assistência médica, psicológica, social e jurídica.

Segundo Diuana (2008), o papel profissional de cada servidor penitenciário é bem definido, mas não é fácil de trabalhar diante das condições que são impostas e dos próprios conflitos internos, visto que em seu trabalho tem que garantir uma relação favorável, de troca, respeito e consideração por pessoas que tiram o direito a vida e transgridem as normas sociais,

tornando o mundo mais injusto, cruel e desumano; pessoas que são contra os valores e princípios morais.

Há de se considerar que o trabalho desenvolvido nas prisões, dado o cotidiano vivenciado pelos trabalhadores do sistema carcerário, pode estar interferindo nas condições de sofrimento psíquico, influenciando na qualidade do desempenho do conjunto de suas atividades. De modo que, as pressões resultantes do contato diário com a delinquência encarcerada, ao longo dos anos contribuíram para que o servidor apresente alterações comportamentais, sofrimento psíquico e ou transtornos psicopatológicos.

Em trabalho de Moura (2011), que procurou analisar o sofrimento psíquico de pacientes portadores de câncer gástrico, ao analisar a relação que os trabalhadores de saúde estabeleciam com o cuidado constatou que características humanas como mobilização da inteligência; habilidades; engajamento do corpo; capacidade de sentir; de criar; refletir; reagir diante de situações e pressões. Porém ainda que existam prescrições que definam o processo e a organização do trabalho, durante seu exercício sempre irão surgir situações no dia a dia que impeçam que tais prescrições, sejam cumpridas de forma rigorosa, estabelecendo o que chama de discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

Segundo Dejours (1989), a ansiedade contribui para o esgotamento progressivo e ao desgaste dos trabalhadores. É também da ordem do psíquico a dor resultante das ameaças a integridade física, como também o risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo. As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo, risco de acidentes, doenças profissionais, doenças psicossomáticas e diminuição do período de vida.

Nos estabelecimentos penais existe perigo iminente, tornando o nível de sofrimento e ou carga psíquica e física elevado, devido os servidores penitenciários conviverem diariamente com a possibilidade de rebeliões, motins, tentativa de resgate de presos, tentativa de fugas, etc. Essas situações estão relacionadas ao trabalho desses profissionais, principalmente do agente de segurança por trabalhar em contato direto com os apenados.

Para Dejours (1989), o medo, seja proveniente de ritmos de trabalho ou risco originários das más condições de trabalho, destrói a saúde psíquica dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável. Ao lado do medo no ambiente de trabalho encontram-se os riscos a integridade física do trabalhador, implicados nas condições físicas, químicas e biológicas de seu trabalho.

A Psicopatologia do Trabalho X Psicodinâmica do Trabalho demonstraram uma relação direta entre o sofrimento psíquico e a possibilidade de doenças psicopatológicas

estarem relacionadas com as condições de trabalho e às exigências impostas ao trabalhador pela organização e pelo modelo de acumulação vigente.

A Psicopatologia do trabalho como Clínica dos Distúrbios individuais do sujeito frente a sua tarefa têm como noções a capacidade de adaptação ao meio e de equilíbrio da personalidade, assim comprovam a importância concedida aos dados de ordem individual relativamente às características do trabalho. É também dessa perspectiva que podemos abordar as neuroses do trabalho, entendidas como má adaptação: as neuroses têm como nascedouro principal as situações de insegurança e as situações de conflito. As neuroses do trabalho distinguem-se por um mesmo quadro clínico evolutivo como: fenômenos de inibição, de intolerância, alcoolismo de defesa crise de angústia, entre outros (BENDASSOLLI, SABOLL, 2011).

A Psicodinâmica do Trabalho concebe que o sujeito é dividido por conflitos intrapsíquicos, mas que também não pode constituir-se fora da relação com o outro. Pressupõe o trabalho como constituinte do sujeito e, portanto, central nos processos de subjetivação. A Psicodinâmica desenvolve uma análise sócio-psíquica do trabalho, tendo como ponto de partida a organização deste último, para então compreender as vivências subjetivas, dentre elas o prazer, o sofrimento, o processo saúde-adoecimento e os mecanismos de defesa e de mediação do sofrimento (BENDASSOLLI, SOBOLL, 2011).

Nos presídios a causa material do dano físico pode ser um incêndio no bloco carcerário, com queima de colchões proveniente de motim ou rebelião; funcionários como reféns, ferimentos ou morte por armas de fogo ou “estoques” (armas confeccionadas pelos detentos). Este risco é diário, individual e coletivo e permanente na dimensão subjetiva dos trabalhadores.

A Psicodinâmica do Trabalho, ao tentar entender a ação de um determinado sujeito em um contexto determinado de trabalho, sabe que todo comportamento é motivado, tem um sentido. Se uma conduta é insólita, isso se deve ao sofrimento Subjetivo e as estratégias defensivas contra esse sofrimento (DEJOURS, 2004).

Ao estudar sobre o adoecimento provocado pelo trabalho Dejours (2004) propõe-se, por meio da Psicodinâmica do trabalho, a tentar compreender os aspectos psíquicos e subjetivos, que, são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho, buscando investigar principalmente “o conteúdo simbólico do trabalho, as relações subjetivas do trabalhador com sua atividade, o sofrimento e o desgaste gerado pelo trabalho e seus efeitos sobre a saúde física e mental dos indivíduos” (HELOANI, LANCMAN, 2004).

A subjetividade situa-se em todos os processos de produção social e material, está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos. O modo como os sujeitos vivem essa subjetividade, pode ser, a partir de uma relação de modelização e opressão onde simplesmente se submetem a esta da forma como recebem, ou uma relação de expressão e criação, onde se reapropriam destes componentes, produzindo um processo que seria de singularização (RUFFEIL, 2002).

Para Guattari e Rolnik (1986) a singularidade de um sujeito, de um grupo ou de uma instituição, diz respeito menos à identidade e mais à singularidade, isto é, a possibilidade de viver a existência de forma única, no entrecruzamento de diversos vetores de subjetivação.

A subjetividade pensada enquanto produção não é uma coisa em si e imutável, mas sim depende de agenciamentos de enunciação, ou seja, de formas de pensar, sentir, perceber a si e ao mundo produzidos por diferentes dispositivos sociais, culturais, políticos etc. A produção de subjetividade funciona no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos de trabalho (RUFFEIL, 2002).

Ao relacionar Subjetividade, sujeito e corpo Dejours (2004), esclarece, que o corpo convocado a experiência do trabalho não é o corpo da biologia, mas o corpo subjetivo, que ele denomina de “segundo corpo”, constituído a partir do chamado “primeiro corpo” o biológico, que é o corpo habitado e constituído pela subjetividade do sujeito, aquele que se relaciona com o outro, que experimenta afetivamente.

Essa subjetividade implica em uma singularidade, expressa através de uma coletividade que é própria do trabalho: a experiência é individual, mas a manifestação desta ocorre de modo coletivo, diante das relações sociais estabelecidas, que podem ser observadas por meio da hierarquia funcional, dos grupos de trabalho. Diante de inevitabilidade da relação social, fatores como desigualdade, poder e dominação, além da precarização das condições de trabalho, também far-se-ão presentes determinado sofrimento e conseqüente adoecimento (MOURA, 2011).

Os processos de subjetivação não são centrados nos agentes individuais, funcionam de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais; nem agentes estritamente grupais. São processos que apontam para o campo da multiplicidade e heterogeneidade. A subjetividade individua-se em alguns momentos, em outras condições faz-se coletiva, o que não significa ser exclusivamente social, e também a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos, mas do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos. A subjetividade é produzida

então por instâncias individuais, coletivas e institucionais não havendo hierarquia entre elas, dá-se por diferentes registros semióticos (RUFFEIL, 2002).

Foucault (1999), ao abordar sobre o conceito de subjetivação afirma que as práticas sociais produzem domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novas técnicas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento, onde estes têm uma história. Assim, o termo modos de subjetivação proposto por Foucault, problematiza as formas como os indivíduos constituem-se e reconhecem-se como sujeitos individuais, mostrando ser esta, uma construção histórica e não algo dado como natural.

Desta forma, as identificações remetem os servidores penitenciários a um passado, enquanto as forças dos dispositivos disciplinares agem no presente, gerando práticas sociais e sustentando discursos que adquirem estatuto de verdade.

No modo de subjetivação as coisas se estabelecem no ponto de vista do poder, onde se expressam por meio da conduta dos indivíduos envolvidos nesta relação. Todo poder produz uma resistência por menor que ela seja, mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir e que pertence à penalidade disciplinar, é a inobservância, tudo aquilo que se afasta dela, os desvios (FOUCAULT, 1975).

Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre a história individual e a organização do trabalho que os ignora. A forma que se reveste o sofrimento varia com o tipo de organização do trabalho (DEJOURS, 1980).

Nas instituições prisionais pelas características do contexto ao qual estão inseridas tornam-se locais suscetíveis para gerar sofrimento psíquico nos servidores penitenciários. Para Dejours (1980), o sofrimento psíquico, resulta por organização do trabalho, designado pela divisão do trabalho, conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade e etc. E por condições de trabalho, é preciso entender, o ambiente físico, ambiente químico, o ambiente biológico, as condições de segurança, condições psicossociais e características antropométricas do posto de trabalho.

Os modos de subjetivação são estratégias defensivas para que os trabalhadores possam enfrentar as adversidades do trabalho que provocam o sofrimento psíquico, tendo como objetivo, mascarar, conter e ocultar uma ansiedade; sendo um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, para que essa ansiedade não se torne patológica (DEJOURS, 1980).

Diante do contexto do trabalho no Sistema Penitenciário, onde a condição do trabalho e a infra-estrutura das prisões fazem com que os trabalhadores penitenciários busquem

estratégias defensivas para enfrentar as adversidades do trabalho que proporcionam o sofrimento psíquico, contribuindo assim para trabalhos mais saudáveis. Segundo Dejours (1980), o sofrimento é razoavelmente bem controlado pelas estratégias defensivas, para impedir que se transformem em patologia.

Para Dejours (1980), essa ideologia defensiva tem a finalidade de ser um sistema defensivo que consiste em manter a distância, o risco de afastamento do corpo ao trabalho e, conseqüentemente a miséria e a morte. Tem por objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, tornando-se um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular que devemos procurar uma especificidade. Neste caso, os caracteres específicos deverão ser relacionados à natureza da organização do trabalho.

No estudo que realizamos junto aos trabalhadores penitenciários diante do contexto em que esses trabalhadores desenvolvem suas atividades, situações de perigo particularmente evidentes, emergem uma considerável ansiedade persecutória, em decorrência da vivência de ameaças à integridade física e à própria vida. Para Seligmann Silva (2011), o termo “defeso” no sentido de defesa contra o sofrimento, realizada através de mecanismos psicológicos ou de conduta. Incluem-se os mecanismos psicológicos de defesa inconsciente, mas também mecanismos psicológicos conscientes.

É importante distinguir os termos: defesa e resistência. Utiliza-se resistência para o enfrentamento das situações ou condições determinantes de sofrimento. A diferença essencial entre defesas e resistências é que as primeiras, então voltadas basicamente para evitar ou tornar suportável o sofrimento, em geral, não propiciam transformações. O contrário ocorre com as resistências, que estão voltadas diretamente para obter a transformação das situações que originam o sofrimento; tanto as defesas quanto as resistências podem apresentar caráter individual e caráter coletivo (SELIGMANN SILVA, 2011).

A Psicanálise estuda os conflitos intra-psíquicos e a maneira como eles provocam o surgimento de mecanismos defensivos. A ansiedade suscita o aparecimento dos mecanismos defensivos, assim, nas situações de trabalho em que adultos defrontam-se com circunstâncias ansiógenas que não podem controlar sua mente, sem meios de proteção objetiva, recorrem a esses mecanismos (SELIGMANN SILVA, 2011).

Segundo Seligmann Silva (2011), no cotidiano de trabalho, ocorrem também defesas que correspondem principalmente à necessidade de aguentar e de sobreviver a situações penosas e perigosas. Temos nesse grupo, defesas contra o medo que assumem diferentes modalidades, podendo apresentar-se como mecanismos inconscientes (negação do perigo;

repressão do medo) que, como já dissemos, podem servir à manutenção e ao fortalecimento da dominação. Visto que, ao mesmo tempo em que “apagam” o medo, impedem a visão objetiva dos riscos reais e, por consequência, a organização de ações coletivas capazes de levar a transformações positivas para os empregados.

Os processos vivenciados nas instituições penitenciárias, compartilhados pelos trabalhadores ao longo da atuação profissional, nos fazem compreender que apesar de toda a ansiedade vivida no trabalho pela dinâmica cotidiana das prisões, tem nas estratégias defensivas a possibilidade de desenvolverem suas atividades profissionais, lutando contra os perigos e riscos reais, contribuindo para um trabalho saudável impedindo que o sofrimento psíquico se transforme em patologia.

3- A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ORIGINANDO O SOFRIMENTO PSÍQUICO.

A organização do trabalho inscreve-se numa inter-subjetividade em que o sujeito envolve-se com a dinâmica de construção do coletivo de trabalho e da sua identidade social, considerando sua história passada, presente e futura, em que esse coletivo foi estabelecido baseado na fala compartilhada sobre a organização do trabalho e o possível sofrimento originado no confronto com seus elementos (atividade, processo de trabalho e relação de trabalho) (VIEIRA, 2011).

A relação do homem com a organização do trabalho foi a origem da carga psíquica do trabalho. Uma organização de trabalho autoritária, com características de postos de trabalho em condições físicas, de higiene e segurança impróprias, não oferece uma saída apropriada à energia pulsional o que pode conduzir a um aumento da carga Psíquica (DEJOURS, 1980).

Para Dejours (1980) A noção de sofrimento é central e implica em um estado de luta do sujeito contra forças que o estão empurrando em direção à doença mental. É quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos homens, quando estão bloqueados todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos, que pode emergir um sofrimento patogênico.

No âmbito do trabalho o sofrimento psíquico é abordado como constitutivo do sujeito e parte intrínseca do mundo do trabalho, não submetendo o sofrimento psíquico a uma categorização nosológica, ancorada na psicopatologia e na psiquiatria clássica, mas sim com a compreensão do sujeito que vive, relaciona-se, trabalha, reage e se mantém vivo; que busca manter-se no âmbito da normalidade, diante das ameaças do meio, inclusive do trabalho, o que não ocorre sem sofrimento (OLIVEIRA E MOREIRA, 2006).

O trabalho possui um papel fundamental na constituição da identidade do indivíduo, atravessando e interferindo nas suas diversas formas de inserção social, logo, ocupando um lugar na “constituição de redes de relações sociais e de trocas afetivas e econômicas”, definidas como a “base da vida cotidiana das pessoas” (HELOANI, LANCMAN, 2004).

Heloani e Lancman (2004); as regras, normas, desafios e valores do mundo externo, objetivo, onde se encontram localizadas as organizações de trabalho, chocam-se com a subjetividade dos trabalhadores nelas inseridos, refletindo o sofrimento psíquico desencadeado a partir desse confronto, mas também podem trazer a possibilidade de crescimento psicossocial estimulado pela situação de conflito estabelecida por esse choque.

O sentimento de sofrimento psíquico dos trabalhadores pode ser entendido como um sinalizador de que as práticas instituídas no processo de trabalho precisam ser rediscutidas e redimensionadas, a fim de diminuir a carga de sofrimento relacionada, transformando o espaço do trabalho em um lugar de potência criativa (HELOANI, LANCMAN, 2004).

O sofrimento no trabalho vai além do espaço profissional; o sofrimento não implica só em processos que ocorrem no interior da empresa/instituição, também se acrescentam os processos que ocorrem fora dela, no espaço doméstico e na economia familiar do trabalhador. O Indivíduo é visto como portador de uma história passada e de experiências subjetivas que estabelecem um compromisso entre a história passada e seu presente, para transformar ou escolher o futuro. É neste ponto que surge a angústia. O que faz as pessoas viverem é seu desejo, esperança e objetivos. Quando o desejo não é possível e não há como vencer a angústia é que estamos diante do perigo, do sofrimento e da doença mental. (GUIMARÃES, GRUBTS, 1999).

Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre a história individual e uma organização do trabalho que os ignora. A forma que se reveste o sofrimento varia com o tipo de organização do trabalho. As tarefas perigosas, executadas na maioria das vezes em grupo, deram origem a um medo específico. Contra a angústia do trabalho, assim como contra a insatisfação, os indivíduos tendem a elaborar estratégias defensivas, de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável. Assim, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma uma sintomatologia (DEJOURS, 1980).

Sobre as estratégias defensivas frente à ansiedade concreta da morte Dejours (1992) refere várias entre elas: o alcoolismo, que atinge certo número de indivíduos, sendo uma saída individual e gravemente condenada pelo grupo social. Outra saída é representada pela emergência de atos de violência “anti-social”. A terceira saída seria a loucura com todas as formas de descompensação psicóticas e depressivas.

A ideologia defensiva é caracterizada pelo fato de ser dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intra-psíquicos de natureza mental, e sim, ser destinado a lutar contra um perigo e risco reais.

As prisões contam com profissionais que desenvolvem seu trabalho em um ambiente hostil, pelas características da instituição que custodia indivíduos privados de liberdade e que são provenientes de grupos marginalizados da sociedade e com poucas habilidades sociais e

educacionais. Este servidor penitenciário em seu cotidiano lida neste ambiente com uma tensão de constante, no qual há o desencadeamento de sofrimento psíquico.

Os indivíduos encarcerados possuem singularidades diversas, alguns representaram ameaça ao público, alguns serão perigosos e agressivos, outros por sua vez, tentarão fugir com muita persistência. É preciso ter muita habilidade para desempenhar esse trabalho de maneira profissional, visto que os servidores penitenciários em geral trabalham em um ambiente fechado e isolado, o que, com o passar do tempo pode torná-los limitados e inflexíveis, vindo a apresentar sofrimento psíquico, por sentirem em função do trabalho desenvolvido: medo, insegurança, irritabilidade, agressividade, ansiedade, baixo limiar de tolerância a frustração, senso de perigo iminente, alterações somáticas, psicológicas e etc.

O exercício do trabalho vem inevitavelmente acompanhado da confrontação com o real, isto é, com algo que se dá a conhecer para quem trabalha por meio de sua resistência, e leva o sujeito a pensar e agir de forma diversa daquela prevista pela organização do trabalho. Os conhecimentos e o saber-fazer apreendidos são consideravelmente, remanejados no curso mesmo da atividade do trabalho, e desvendam assim a parcela subjetiva do trabalho e seu caráter “vivo”. O trabalho real não pode, por conseguinte, ser apreendido como uma coisa ou um objeto separado daquele que realiza (BENDASSOLLI, SOBOLL, 2011).

O sofrimento Psíquico neste trabalho, não pode ser entendido como doença mental, mas de acordo com a ideia de Canguilhem (1995), de sentido de vida do sujeito frente ao adoecimento; como uma reação do sujeito frente às infidelidades do meio. Não é doença mental, são o medo, a angústia e a ansiedade frente a uma situação que pode ser interpretada como de perigo e ameaça para a pessoa, no nosso caso, o Servidor Penitenciário.

O sentido de sofrimento psíquico dos trabalhadores pode ser compreendidas como um sinalizador de que as práticas instituídas no processo de trabalho precisam ser rediscutidas e redimensionadas, a fim de diminuir a carga de sofrimento relacionada, transformando o espaço de trabalho em um lugar de potência criativa (MERHY, 2007), produtor de saberes, de prazer, mas principalmente de saúde e cuidado.

3.1- Sofrimento e prazer no trabalho

Este tópico vai nos informar sobre pressupostos teóricos que permitem determinar o significado e a importância das condições e da organização do trabalho sobre o sofrimento e prazer experimentados pelos indivíduos no trabalho.

As atividades laborais realizadas por indivíduos, sob condições insalubres ou irregulares, exercem influência direta sobre a saúde física e mental dos trabalhadores, razão pela qual são realizados estudos vinculados ao tema saúde e trabalho, investigando as formas peculiares pelas quais o trabalho atua sobre o funcionamento psíquico do indivíduo.

A Psicopatologia do trabalho parte da premissa de que as pressões potencialmente capazes de colocar em risco o equilíbrio psíquico e a saúde mental das pessoas resultam da forma como o trabalho está organizado. Desse modo, a organização do trabalho coloca-se como pano de fundo para a discussão do sofrimento e do prazer no seu contexto, à proporção que possibilita investigar, nas vivências dos trabalhadores, os elementos do cotidiano de trabalho, considerando insatisfatórias ou satisfatórias, que possam causar sofrimento ou prazer, com reflexos na saúde mental (DEJOURS, 1996).

As peculiaridades específicas do trabalho, bem como a forma que está organizada, concorrem diretamente para o sofrimento ou prazer psíquico experimentado individualmente pelo trabalhador. A noção de prazer está estreitamente vinculada à de sofrimento, que para a psicopatologia do trabalho figura como ponto central da relação psíquica estabelecida entre o homem e o trabalho (DEJOURS, 1996).

Em linhas gerais, segundo Dejours (1992), o sofrimento decorre do conflito entre projeto de vida individual e uma forma de organização do trabalho apartada dessas pretensões pessoais.

Para Dejours apud Seligmann Silva (1994), o sofrimento designa então uma primeira abordagem, o campo que separa a doença da saúde. Dentro de uma segunda acepção, o sofrimento designa um campo pouco restritivo. Ele é concebido como uma noção específica válida em psicopatologia do trabalho, mas certamente não transferível a outras disciplinas como a Psicanálise. Entre o homem e a organização prescrita para a realização do trabalho, existe, às vezes, um espaço de liberdade que autoriza uma negociação, invenções e ações de modulação de modo operatório, isto é, uma invenção do operador sobre a própria organização do trabalho, para adaptá-la as suas necessidades e mesmo para torná-la mais congruente com seu desejo. Logo que esta negociação é conduzida a seu último limite, e que a relação homem-organização do trabalho fica bloqueada, começa o domínio do sofrimento e da luta contra o sofrimento.

A partir deste conceito, percebe-se que o prazer ou o sofrimento no trabalho está associado à extensão do limite de liberdade oferecido pela organização do trabalho à ação psíquica do trabalhador.

Portanto, para Dejours (1992), o trabalho que se coloca em oposição à liberdade, afastando-se do controle e da vontade individual do trabalhador sendo aquele que desgosta e determina o estranhamento e a despersonalização dos indivíduos que o realizam.

Mas por outro lado, o trabalho às vezes pode ser favorável ao equilíbrio mental e a saúde do corpo, quando possibilita, de alguma forma, que o indivíduo possa por ele reconciliar-se com os seus desejos e aspirações individuais mais profundas, alcançando a sua realização. Esse fenômeno é denominado Poe Dejours (1996), como ressonância simbólica e consiste na condição em que o sujeito aborda a situação concreta sem ter que deixar sua história, seu passado e sua memória no “vestuário”. Ao contrário, confere ele a situação de trabalho, o poder de engajamento para realizar através do trabalho sua curiosidade e sua epistemofilia, ou seja, o impulso humano natural de querer conhecer, compreender.

Verifica-se, que o sentimento de sofrimento ou de prazer experimentado pelo indivíduo é determinado pela amplitude de espaço de liberdade existente entre organização prescrita e o que realmente ocorre na execução do trabalho.

Deste modo, a maior ou menor rigidez da organização do trabalho permite um maior ou menor esforço de liberdade de ação ao trabalhador, para que este possa interagir com maior ou menor intensidade na reorganização dos modos operatórios prescritos.

O trabalho realizado nas instituições prisionais é mais propício ao sofrimento do que ao prazer no trabalho, visto as condições desfavoráveis ao qual esses profissionais desenvolvem o seu trabalho. No item abaixo abordaremos a falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Servidor penitenciário e o estigma das prisões que acompanham esses profissionais.

3.2 Falta de reconhecimento no trabalho e o estigma do servidor penitenciário, contribuindo para o sofrimento psíquico

Bendassolli e Soboll (2011) referem que a validação do trabalho constitui-se em uma forma de reconhecimento conferido pelos outros. Contribui de maneira considerável para a construção do sentido do trabalho. Sem o reconhecimento, o sofrimento gerado pelo encontro com o trabalho segue, com efeito, desprovido de significação. O reconhecimento permite dar ao sofrimento uma significação, podendo permitir a transformação de sofrimento em prazer.

No entanto, nem todas as situações de trabalho equivalem-se no tocante à dinâmica de seu reconhecimento. Há, de fato, profissões de prestígio e valorizadas e outras injustiçadas ou

desvalorizadas. O trabalho antes de tudo é atravessado e estruturado pelas relações sociais de dominação que pesam sobre a subjetividade dos indivíduos que trabalham (BENDASSOLLI, SABOLL, 2011).

No contexto prisional Coyle (2002), aborda que embora a sociedade de um modo geral reconheça o valor intrínseco dos servidores penitenciários, sabe-se que na realidade, estes profissionais são considerados inferiores a outros servidores que trabalham na área da Justiça Penal, visto que, desenvolvem o seu trabalho em um ambiente hostil e cuidam da clientela marginalizada e excluída da sociedade.

Esta opinião é similar ao conceito de estigma que segundo Goffman (1963), resume que a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas, que tem a probabilidade de serem neles encontradas. Entretanto, um atributo que torna diferente de outros que se encontra numa categoria na qual pudesse ser incluído, deixando de ser considerada criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa “estragada” e diminuída. Tal característica é considerada um estigma, especialmente quando o seu descrédito é muito grande; algumas vezes é considerado um defeito, uma fraqueza e uma desvantagem. O termo estigma, portanto, foi usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, que em quase toda nossa sociedade levam ao descrédito.

A estigmatização do indivíduo, também está associada com a admissão a uma instituição de custódia como prisão. Onde os profissionais que trabalham nestas instituições são considerados um tipo de pessoa “informada que é aquela cuja informação vem de seu trabalho num lugar que cuida não só das necessidades daqueles que tem um estigma particular quanto das ações empreendidas pela sociedade em relação a eles” (GOFFMAN, 1963).

Esta relação de pessoa “informada” com o indivíduo estigmatizado leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim todos estão obrigados a compartilhar um pouco do descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam. Em geral, a tendência para a difusão de um estigma do indivíduo marcado para suas relações mais próximas explica por que tais relações tendem a ser evitadas ou terminar, caso já existam (GOFFMAN, 1963).

Essa proximidade com os indivíduos estigmatizados faz parte do cotidiano do servidor penitenciário, fato observado e relatado pelos próprios servidores, ao absorverem a linguagem dos presos, fato este que faz parte da cultura prisional, principalmente os que têm contato

mais próximo aos encarcerados como os Agentes Penitenciários, que fazem parte da segurança da Casa Penal.

O Trabalho, com populações marginalizadas e excluídas em nossa sociedade, vem necessitando de eficácia das políticas para contemplar ações mais comprometidas com a inclusão social e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Neste sentido, acreditamos na necessidade de estabelecer estratégias que favoreçam a promoção da autoestima das categorias marginalizadas e estigmatizada favorecendo a inserção no espaço social e coletivo, garantindo a sua participação nas discussões e tomadas de decisão da sociedade como um todo. (SOUZA, SABATINE, MAGALHÃES (ORG), 2011).

A esse exercício de participação social nas tomadas de decisão da nossa sociedade damos o nome de cidadania. Do ponto de vista subjetivo e individual, as ações que promovem também a cidadania e estimulam as pessoas a serem agentes de sua vida integral, sujeitos que escolhem e decidem, adaptam os guias e propostas à sua realidade e são apoiadas nesse caminho, permitem às pessoas a refletirem e modificarem modos de vida, uma atitude ou um comportamento, consciente da teia que engendra sua vulnerabilidade. (SOUZA, SEBASTINE, MAGALHÃES (ORG), 2011).

No Sistema Penitenciário do Pará, este exercício de cidadania, da busca por melhorias na categoria a partir da organização dos servidores com suas necessidades comuns, que se agrupam para conversar, problematizar e criar estratégias de empoderamento e enfrentamento, de modo a participar das discussões e tomadas de decisões sobre a categoria de trabalhadores penitenciários, vem caminhando de forma lenta; visto que a grande maioria dos servidores da SUSIPE tem vínculo de trabalho temporário, gerando insegurança e medo do desemprego, optando por não problematizar sobre suas reais necessidades.

Seligmann silva (1995), comenta sobre os processos de desgaste no trabalho, com suas expressões psíquicas e somáticas. A invisibilidade do que ocorre no plano subjetivo faz com que muitas vezes só a face somática do sofrimento manifeste-se e motive a busca de cuidados médicos após um tempo considerável de evolução mórbida.

Souza, Sebastine e Magalhães (Org) (2011), referem que somente através da organização social e política que as categorias estigmatizadas podem dar início a discussão sobre seus direitos, de modo a contribuir para que a sociedade possa se tornar mais solidária. Sendo que só podem ter questões para debater por intermédio de lutas políticas, de modo a solicitar a revisão permanente sobre valor e significados, para que possam ser criados novos direitos, assim como a promoção do sentimento de presença a um determinado grupo, para

que os mesmos fortaleçam-se para o enfrentamento dos processos de estigmatização e de exclusão social.

Os esforços organizados na conscientização das pessoas estigmatizadas, marginalizadas e excluídas, através das estratégias de enfrentamento destes processos, poderão colaborar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, de modo a construir novas formas de relações sociais, em uma perspectiva inclusiva e democrática. (SOUZA, SEBASTINE, MAGALHÃES (ORG), 2011).

No próximo capítulo é problematizada a condição e organização do trabalho diante da política de saúde do trabalhador.

4- A CONDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PENITENCIÁRIO NA INTERFACE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Neste capítulo abordamos conceitos relacionados à condição de trabalho na instituição a qual foi proposta a investigação, fazendo um paralelo com a política atual de saúde do trabalhador no Brasil, obtendo assim esclarecimentos sobre a efetivação dos mesmos no ambiente de trabalho penitenciário.

Dejours (1992) estabelece uma clara distinção entre condições de trabalho, ao qual alia fatores que se relacionam à saúde do corpo e à organização do trabalho, a qual vincula as questões relativas à saúde mental.

Por condição de trabalho é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc.), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaça etc.), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho. E por organização do trabalho designa a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc. (DEJOURS, 1992).

Seligmann Silva (1994) reforça esta ideia de relação mútua entre as condições e a organização do trabalho, ao destacar que as repercussões dos aspectos do ambiente físico, químico e biológico do local de trabalho na esfera mental, se materializam de duas formas: ou diretamente ou pela mediação da organização do trabalho sempre que imposições de maior tempo de exposição às condições desfavoráveis, intensificação de ritmos de trabalho e outros fatores organizacionais atuam determinando, inter-relacionadamente, a dimensão dos agravos.

Levando em consideração às influências do trabalho sobre a saúde física e especialmente psíquica do trabalhador, determinados pela multiplicidade de manifestações que se desvelam, não somente na dimensão psíquica, mas também nos seus aspectos psicossomáticos e comportamentais, entende-se que as investigações realizadas neste campo devem ter um caráter ampliado, contemplando tanto quanto possível a sua diversidade biopsicossocial.

No sistema penitenciário, em especial nas casas penais observamos essa mudança no comportamento do servidor, tornando-os mais ansiosos e às vezes demonstram agressividade

no discurso, ocasionado pelo sofrimento psíquico gerado no cotidiano pela condição e organização do trabalho em que esse profissional está inserido.

Este campo da saúde e segurança no trabalho é constituído por políticas públicas, que constituem ações implementadas pelo Estado visando garantir que o trabalho, base da organização social e direito humano fundamental, seja realizado em condições que contribuam para melhoria da qualidade de vida, a realização tanto pessoal como social dos trabalhadores, sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental. Influem aqui aspectos gerais, como a garantia de trabalho, a natureza e relações de trabalho, a distribuição da renda, as questões diretamente relacionadas às condições e ambientes de trabalho, com o objetivo da promoção, proteção e recuperação da saúde e reabilitação profissional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

A política de saúde do trabalhador apresenta interfaces com as políticas econômicas, da indústria e comércio, agricultura, ciência e tecnologia, educação e justiça, além de estar diretamente relacionada às políticas do trabalho, previdência social e meio ambiente. A mesma deve estar articulada com as organizações de trabalhadores e as estruturas organizadas da sociedade civil, de modo a garantir participação e dar subsídios para todos os trabalhadores (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador teve sua regulamentação, com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080 de 1990), onde o Sistema Único de Saúde- SUS passa a ter competência e atribuição legal sobre o processo de saúde-doença relacionado ao trabalho. Desde então o Ministério da Saúde, por meio da Área Técnica de Saúde do trabalhador- COSAT, tem buscado formular uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador- PNST. Entre 1998 e 2000 foi desenvolvido um processo participativo para elaboração de uma proposta para a PNST, jamais implementado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

O percurso relacionado à questão da saúde do trabalhador foi emergindo, sendo objetivado por diversas práticas, tornando-se algo cada vez mais discutido e suscitado pelos movimentos sindicais e pró-trabalhadores, gerando diferentes repercussões no âmbito das relações de trabalho contemporâneas. Para compreendermos o processo pelo qual a saúde dos trabalhadores atua nos processos contemporâneos de subjetivação é necessário dar visibilidade para as estratégias da gestão da saúde em diferentes feições, através do desenvolvimento de políticas públicas (CRUZ, 2011)

No Brasil, isto se concretiza com a regulamentação da Política nacional de Segurança e Saúde do trabalhador (PNSST) de 2004, que vem sendo inserida gradativamente no país. No Pará esta política ainda encontra-se em desenvolvimento, uma vez que há intensos debates e organizações que procuram articular a PNSST com as peculiaridades do Estado, produzindo uma emergente Política Estadual de Saúde do Trabalhador (CRUZ, 2011).

Observamos que as políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador existem, porém quanto a implementação ainda está em “passos graduais”, principalmente nas instituições penitenciária, as quais perceberam estar ausente, visto que a condição que os servidores penitenciários trabalham desvirtua-se do que é proposto pela política de saúde do trabalhador; principalmente no item referente ao trabalho: “que seja realizado em condições que contribuam à qualidade de vida, realização pessoal, sem prejuízo para saúde, integridade física e mental”.

A ausência de uma política nacional de saúde do trabalhador para a área de segurança pública tem colaborado para que ações de saúde nesta área sejam desenvolvidas de forma fragmentada e dissociada das demais ações no campo da atenção à saúde, inclusive as ações de vigilância. Fica evidente a necessidade de incorporar um conjunto de decisões e ações coerentes, que contemplem os aspectos necessários a questão da Saúde do trabalhador no Sistema Penitenciário Nacional.

Segundo Ministério da Saúde (2004), o acúmulo representado pelo desenvolvimento do conhecimento científico e pelas conquistas resultantes das lutas dos trabalhadores por saúde no Brasil e em todos os países do mundo, é à base do processo de constituição da área de saúde do trabalhador. Coerente com a continuidade deste processo e com os atores sociais no atual momento histórico. A PNST visa ampliar o espaço, para uma participação ativa desses atores e da sociedade, na formulação e implementação de políticas públicas e modelos de desenvolvimento sustentável, que incluam a preservação do ambiente e contemplem a promoção da saúde dos trabalhadores entre os seus objetivos.

4.1- Saúde, trabalho, adoecimento e sofrimento psíquico dos trabalhadores do sistema penitenciário

A compreensão do contexto acima nos mostra que as prisões funcionam como operadoras do processo de adoecer, visto que as condições de trabalho dos profissionais são inadequadas e insalubres, pela estruturação física das prisões, pela dinâmica do trabalho e

pelo grande contingente da população carcerária; deixando de contemplar os fatores que compõe a política nacional de saúde do trabalhador.

A Psicodinâmica do trabalho, conforme Dejours (2003) descreve é o campo do sofrimento e do conteúdo da significação e das formas de sofrimento no âmbito pré-patológico. O sofrimento mental é compreendido em uma perspectiva dinâmica, onde tanto pode proporcionar um ambiente favorável a saúde quanto ao processo de adoecimento dos trabalhadores (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

O trabalho é o mediador insubstituível de realização pessoal no campo social, sendo fundamental para a identidade e para a saúde do sujeito, como é evidenciado pela desestruturação de que são vítimas os trabalhadores desempregados, tendo ainda, como evidência, as novas patologias sociais do trabalho, relacionadas às suas novas formas de organização derivadas de acumulação flexível do capital (DEJOURS, 2007).

Na Psicodinâmica e na perspectiva do cuidado, a maior relevância é dada ao trabalhador a partir de suas experiências e vivências adquiridas no mundo do trabalho. O trabalho deve ser compreendido onde ele acontece, no âmbito da atividade. (SILVA-JUNIOR, PONTES e HENRIQUES, 2005).

O conceito de sofrimento, introduzido por Dejours é concebido como a vivência subjetiva intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto ou bem estar psíquico (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994, p.127).

A concepção de saúde varia muito entre as diferentes culturas, assim como as crenças sobre o que traz ou retira a saúde, e a articulação entre as concepções de saúde e de doença dependem intimamente do entendimento de vida, morte, sofrimento em cada contexto sócio-cultural (LE GOFF, 1997).

Para Organização Mundial de Saúde (OMS) a definição: saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. O “completo bem-estar” é um ideal válido enquanto meta, porém inatingível enquanto realidade, concretamente as pessoas apresentam limitações da saúde física, psíquica e social. Sendo difícil definir e alcançar o completo bem-estar, ocorre o estabelecimento de parâmetros de normalidade, por comparação com os que estão próximos, embora o “normal” não signifique “saudável”. Além disso, o próprio sofrimento e a busca de superação do mesmo podem ser considerados inerentes à condição humana (DEJOURS, 2007).

Os conceitos de normal e patológico, em sua dimensão histórica possibilitam a construção de aportes teóricos importantes para a compreensão das atividades no setor saúde.

Segundo Canguilhem (2006), a definição entre normal e o patológico corresponde a determinados arbítrios, no caso da medicina, ao consenso científico que esse estabelece no seio da comunidade, inclusive está sujeita a paradigmas divergentes.

Canguilhem (2006) distingue patologia e anormalidade e conceitua saúde não restritamente à ausência de doença, fundamentando as teorias em subjetividade e trabalho. Para ele, o normal saudável teria que se sentir capaz de adoecer e de afastar a doença. Se a possibilidade de testar a saúde através da doença lhe fosse eliminada, o ser humano não teria mais a segurança de ser normal de poder enfrentar qualquer doença que viesse a surgir.

Outro aspecto que aproxima Canguilhem (2006) aos postulados da Psicodinâmica do Trabalho é que não privilegiam os aspectos psicopatológicos e utilizam o mesmo conceito de vivência. A normalidade, nesse contexto deve ser entendida como equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre sofrimento e as defesas contra o sofrimento. Assim, o normal não deve ser tomado como sinônimo de saudável, mas como o que não entrou em um quadro de descompensação psíquica ou somática.

Para Canguilhem (2006), a discussão sobre normal e patológico propõe ao autor o conceito de normatividade da vida, onde a norma seria sempre individual, ou seja, ela não seria média, mas sim uma noção- limite que definiria o máximo da capacidade de um ser. Cada indivíduo teria a sua própria concepção do que seria o normal para si mesmo.

Para a Psicodinâmica, o medo, a ansiedade e a angústia recolocam a questão da normalidade para o sujeito e para o trabalhador. A questão é qual trabalho e como cada coletivo ou indivíduo reage frente às exigências da organização. Como nos informa Canguilhem, é necessário não objetivar o conhecimento no trabalho, há a necessidade de compreender-se o adoecimento fora do biológico, por isso, ele nos fala de uma doença sem órgãos. Aqui emerge claramente a potência dos aspectos subjetivos no que se refere ao marco explicativo do adoecimento.

Merhy, Franco e Magalhães Júnior (2003), apontam para o “cuidado” como dimensão epistemológica. Ao realizar o cuidado, o trabalhador opera um núcleo tecnológico no seu processo de trabalho, composto por trabalho morto (Instrumental) e trabalho vivo em ato. A mudança do modelo assistencial pressupõe impactar o núcleo do cuidado, compondo uma hegemonia do trabalho vivo sobre o trabalho morto. Essa transição tecnológica significa a produção da saúde, com base nas tecnologias leves, relacionais e a produção do cuidado de forma integralizada, centrada nas necessidades dos usuários (FRANCO e MERHY, 1999).

A mudança do modelo tecnoassistencial para a saúde depende menos de normas gerais, e mais da produção da saúde que se dá no espaço da micropolítica de organização dos processos de trabalho. Os estudos que tem dedicado-se a observar e analisar a forma como se produz saúde, indicam que esse é um lugar onde os sujeitos trabalhadores, individuais e coletivos, agem de forma interessada, isto é, de acordo com projetos próprios, sejam estes de uma dada corporação, ou mesmo da pessoa que ocupa certo espaço de trabalho. É um lugar de permanente tensão na medida em que os interesses podem ser diversos e como é um espaço de produção, em que, há o encontro de diferentes vontades, como os dos próprios trabalhadores, dos usuários, do governo instituído, que se entrecruzam na esfera da saúde, entre outros (FRANCO e MERHY, 1999).

Para Franco e Merhy (1999), compreender os modelos assistenciais, como formas de organização da produção de serviços, está associada, portanto, aos processos e tecnologias de trabalho, a um específico modo de agir no sentido de ofertar certos produtos e dele obter resultados capazes de melhorar a situação de saúde do usuário, individual e coletivo.

Segundo Merhy (2002), além dos instrumentos e conhecimentos técnicos, outro aspecto é fundamental para a produção do cuidado, o das relações, visto que se inicia do pressuposto que o trabalho em saúde é sempre relacional, por depender de trabalho vivo em ato, isto é, o trabalho no momento em que este está produzindo. A este chamamos de tecnologias leves, pelo seu caráter relacional, que a coloca como forma de agir entre sujeitos trabalhadores e usuários, individuais e coletivos, implicando com a produção de cuidado.

Tecnologia é o termo que vem frequentemente substituir o termo técnico, o qual designa o conjunto dos procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados considerados úteis... São tradições que se legam de geração em geração, pelo ensino individual, pela aprendizagem, pela transmissão oral dos segredos do ofício e de processos (LALANDE,1993,p.1109).

O fazer cotidiano de um trabalhador do Sistema penitenciário, no seu micro-espaço de trabalho, em especial a micro-política que ali se desenvolve, ao realizar-se o cuidado, ele opera no seu processo de trabalho um núcleo tecnológico composto de trabalho vivo, que é trabalho em ato, onde ocorre uma produção de cuidado centrada nas tecnologias leves. Este trabalhador utiliza um projeto terapêutico mais relacional com o usuário, trazendo consigo certa origem social, relações sociais, e familiares, uma dada subjetividade que expressa sua história.

O adoecimento dos trabalhadores do Sistema Penitenciário acometidos por doenças relacionadas ao trabalho nos traz a discussão entre sofrimento e prazer como indicadores de saúde psíquica, que pressupõe a necessidade de uma compreensão mais ampla das condições de trabalho, da saúde dos trabalhadores na contemporaneidade, considerando as condições sócio-históricas, no qual o trabalho está inserido.

Partindo deste contexto, observamos que as instituições prisionais em sua forma de estruturação e organização do trabalho têm um ambiente propício para o adoecimento de seus trabalhadores. Neste sentido, por meio da psicologia estudaram-se formas de minimizar o sofrimento psíquico visando promover a reflexão das condições de trabalho e o conhecimento dos modos de subjetivação para buscar a compreensão das suas práticas de saúde.

Neste contexto, a prisão configura-se enquanto espaço não só de controle vigilância através da disciplina e das relações de poder, sobre a população de encarcerados, a qual tem a função de custodiar. Mas visualizando além destes, encontramos as condições e a organização do trabalho no processo psicodinâmico vivenciado na organização prisional, que favorecem o surgimento do sofrimento psíquico, tentando assim, compreender a ação de um determinado grupo de trabalhadores, que carregam marcas por trabalharem em um lugar estigmatizado custodiando uma clientela marginalizada pela sociedade, havendo uma associação a estes, fazendo o servidor penitenciário compartilhar o descrédito do estigmatizado ao qual se relacionam.

No trabalho desenvolvido nas prisões, temos o processo saúde e doença os modos de subjetivação entre sofrimento psíquico e as práticas profissionais que se estruturam na realidade prisional. Onde há a possibilidade de fuga no enfrentamento do sofrimento psíquico e doenças psicopatológicas que podem acometer o servidor penitenciário.

Essa subjetividade implica em uma singularidade, expressa por meio de uma coletividade que é própria do trabalho: a experiência é individual, mas a manifestação desta ocorre de modo coletivo, diante das relações sociais estabelecidas, que podem ser observadas por meio da hierarquia do trabalho funcional, dos grupos de trabalho. Diante da inevitabilidade da relação social, fatores como desigualdade, poder e dominação, além da precarização das condições de trabalho, também se fazem presentes determinando sofrimento e conseqüente adoecimento (MOURA, 2011).

Doença e normalidade são então definidas a partir dos recursos individuais do sujeito para lidar com as agressões e desafios cotidianamente impostos pelo trabalho. Essa dinâmica gera necessidade de uma permanente normatização da saúde contextualizada às diferentes

realidades impostas pelo trabalho. Essa dinâmica gera a necessidade de uma permanente normatização da saúde contextualizada às diferentes realidades impostas pelo trabalho, já que este atravessa permanentemente a vida do sujeito (DEJOURS, 2004).

A transformação do que é normal em patológico vai depender da forma como a pessoa será atingida ou sofrerá, sob forma de consequência, uma incapacitação de qualquer ordem para realizar os atos que compõem a sua vida (CANGUILHEM, 1995).

Desse modo a saúde deve ser considerada a partir da subjetivação do próprio sujeito, do que signifique para ele restabelecer-se, reintegrar-se, ainda que para isso ele tenha que se reinventar ou descobrir-se a partir de novas possibilidades (MOURA, 2011).

O sofrimento psíquico dos servidores penitenciários, objeto do nosso estudo, remete o indivíduo/trabalhador a um confronto com essas adversidades e o coloca diante da necessidade de estabelecer novas normas e enfrentamento de desafios que tragam a possibilidade de ressignificação do sentido de normalidade, da retomada do curso da vida.

Os conceitos Psicodinâmicos do trabalho, contexto prisional, estigma e sofrimento psíquico estarão sempre mediatizados pela noção de que a saúde é definitivamente um campo de lutas e não um estado a ser alcançado. A prisão vem a ser um espaço dinâmico que abrigam o encontro e a relação entre custodiados e trabalhadores penitenciários que tem sua subjetividade atravessada pelas experiências compartilhadas no cotidiano do trabalho prisional. São essas dimensões que circunscrevem a prisão na atualidade.

5- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: REFAZENDO OS PASSOS DA PESQUISA

Na busca do entendimento dos fatores que compõe o processo de trabalho do Servidor Penitenciário do Pará, a abordagem metodológica escolhida que tomo como suporte a pesquisa, é de natureza qualitativa e descritiva, relacionando-a com os aportes da Psicodinâmica do trabalho visto que a pesquisa quantitativa, na perspectiva adotada não dá conta dos processos subjetivos, os quais foram investigados. Partindo desse pressuposto, buscar-se-á compreender os processos pelos quais se constroem diferentes significados e sentidos para tais eventos (TURATO, 2005).

5.1 Pesquisa quantitativa: Pressupostos teóricos

A história dos métodos qualitativos ou compreensivo-interpretativos é mais recente, pouco mais de um século, misturando-se com o início da ideia de criarem-se as ciências do homem, que surgem em contraponto às já estruturadas ciências da natureza. Assim ocorreu com a chamada sociologia matemática ou positivista, que recebeu contraposição, posteriormente, com o surgimento da sociologia denominada compreensiva ou interpretativa, cujas posições polarizadas ainda hoje mantêm relações de tensão acadêmicas. (TURATO, 2003).

Buscando diferenciar-se aos limites do positivismo e do método quantitativo para as ciências e para dar conta de responder a questões muito particulares dos fenômenos sociais, surgiu a abordagem qualitativa, que se propõe compreender a realidade em um nível que não pode ser quantificado. Fundamentalmente, busca a interpretação e o sentido dos fenômenos sociais, para compreender os padrões que regem suas dinâmicas. (MINAYO et al.,1996).

A pesquisa qualitativa é a análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão. Partindo de fenômenos aparentemente simples de fatos singulares, valorizando aspectos qualitativos dos fenômenos, expuseram a complexidade da vida humana e evidenciaram significados ignorados da vida social (CHIZZOTTI, 2003).

Para Minayo (1996), as metodologias de pesquisa qualitativas são entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intenção do indivíduo como inerente aos atos, as relações, e às estruturas sociais; contrapondo-se aos limites do positivismo e do método quantitativo para as ciências, de modo a dar conta de responder questões muito particulares, dos fenômenos sociais.

Nessa forma de pesquisa qualitativa, o objeto estudado é tratado como única representação particular da realidade. A compreensão singular de eventos, sejam eles quais forem, é o princípio básico do estudo de caso. O intuito desse tipo de pesquisa é estudar profundamente uma organização, um grupo de pessoas, uma família ou simplesmente uma única pessoa.

Segundo Teixeira (2007), na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. O social é visto como um mundo de significados possível de investigações e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa.

Por estarmos inseridos na Instituição a qual foi desenvolvido este projeto, foi utilizada a observação participante, que é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista. A observação participante visa experienciar e compreender as dinâmicas dos atos e eventos, recolhendo as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos (CHIZZOTTI, 2003).

O observador está face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida e coleta de dados. Logo, o observador é parte do contexto observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto (HAGUETTE, 2005).

Entender as Organizações do trabalho e seus reflexos na qualidade de vida, na saúde e no modo de adoecimento dos trabalhadores é de fundamental importância na compreensão e na intervenção em situações de trabalho que estejam gerando sofrimento e agravos à saúde (HELOANI; LANCMAN, 2004).

A precarização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo, a diminuição dos postos de trabalho, a sobrecarga e a exigência de polivalência dos que permanecem trabalhando tem ampliado e agravado o quadro de doenças e riscos de acidentes, causando

afastamento no trabalho e aposentadorias precoces com forte impacto nas contas do sistema previdenciário. A OIT estima que 160 milhões de trabalhadores contraem doenças ligadas ao trabalho todos os anos (HELOANI; LANCMAN, 2004).

Nesta pesquisa desenvolvida junto aos trabalhadores do Centro de Recuperação de Castanhal (CRCAST), adotamos como referência a Psicodinâmica do trabalho de Dejours (1992), optando pela abordagem qualitativa, que é consoante e essencial a escuta dos trabalhadores à observação direta do ambiente de trabalho. Aquela é privilegiada pelo aporte da psicodinâmica em que as vivências subjetivas dos trabalhadores servem de mediação entre o trabalho e as exigências da organização. A metodologia de pesquisa envolve uma abordagem interpretativa (compreensiva) do objeto de estudo.

O método da Psicodinâmica do trabalho é a base para a clínica do trabalho, que é um modo de revelar as mediações que ocorrem entre o sujeito real, traduzindo o real através da fala, tornando as situações de trabalho inteligíveis (BENDASSOLLI, SOBOLL, 2011).

A pesquisa no campo das clínicas do trabalho, especialmente no aporte da Psicodinâmica buscou identificar e analisar as mediações das ações dos trabalhadores sobre a organização do trabalho, desvelando as transformações do trabalho, a eficácia, a emancipação dos trabalhadores, a re-apropriação de si, do coletivo e das suas condições de poder das suas funções políticas e sociais (MENDES, 2007).

Baseado nestes conceitos deve-se salientar que o tema: “Os Servidores Penitenciários do Pará e a Luta pela Saúde no Contexto das Instituições Prisionais”, é o estudo do estabelecimento de relações entre a organização do trabalho e sofrimento psíquico.

Ressalta-se que o foco de interesse em Psicodinâmica do Trabalho é o acesso aos comentários verbais dos trabalhadores, e, à medida que a pesquisa foi desenvolvida, passa a ser o conteúdo formulado pelo grupo de trabalho. O objetivo, desde o início, é o de provocar reflexões que possibilitem gerar ações transformadoras. A escuta da qual se fala em Psicodinâmica do Trabalho deve ser realizada dentro deste processo de reflexão junto a um coletivo de trabalhadores (BENDASSOLLI, SOBOLL, 2011).

É importante ressaltar que a Psicodinâmica do Trabalho sendo uma Clínica, busca desenvolver o campo da saúde mental e trabalho, partindo do trabalho de campo e deslocando-se e retornando constantemente a ele. Visa intervir em situações concretas de trabalho, compreender os processos Psíquicos e formular avanços teóricos e metodológicos reproduzíveis a outros contextos.

A operacionalização da pesquisa foi realizada no local de trabalho, dentro da instituição, durante a jornada laboral. Aos pesquisadores couberam a sensibilidade e a capacidade de elaborar os aspectos psíquicos revelados na pesquisa. Deve ter clareza de que o objetivo da pesquisa é a postura do grupo de trabalho, do coletivo, neste ambiente, e o aparecimento ou não dos sistemas de defesa coletivos e como agem sobre o sofrimento. A proposta ainda envolveu a observação de como está organizado o trabalho na instituição, bem como seus efeitos e desdobramentos sobre o psiquismo dos sujeitos. (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011).

5.2- Passos da pesquisa

A fase exploratória contou com a revisão bibliográfica, levantamento da literatura especializada, consulta de artigos científicos relacionados com o tema; elaboração da fundamentação teórica do projeto estabelecendo os eixos temáticos que estruturam a discussão, para ser submetida à qualificação.

No exame de qualificação o projeto de pesquisa foi analisado pela banca examinadora e obteve a devida aprovação. Após a qualificação do projeto de pesquisa no Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP), da UFPA, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme Resolução 196-96 do Conselho Nacional de Saúde- Ministério da Saúde, que determina que todo e qualquer projeto de pesquisa que seja relativo à seres humanos (direta ou indiretamente) necessita ser submetido à apreciação.

Nesta Pesquisa são respeitados os aspectos legais, morais e éticos. Esta não causará riscos às pessoas envolvidas e será mantido sigilo sobre a identidade dos participantes e os resultados podem ser publicados, mas sendo garantido o total anonimato; não foram violadas as normas do consentimento informado, preservando assim a autonomia e o respeito aos indivíduos participantes da pesquisa e ao aceitarem voluntariamente participar desta, assinaram o termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a submissão ao CEP e a devida aprovação, foi enviado um ofício do PPGP para a Superintendente do Sistema Penitenciário do Pará, solicitando a autorização para o desenvolvimento da pesquisa no Centro de Recuperação de Castanhal (CRCAS).

Com a aprovação do CEP e a autorização da SUSIPE, o projeto de pesquisa foi iniciado, com a coleta de dados, através das entrevistas semi-estruturadas, abordando dados

acerca das condições de trabalho e os modos de subjetivação dos Servidores Penitenciários que trabalham no Regime Fechado.

As entrevistas com os trabalhadores do CRCAST foram realizadas individualmente durante o expediente de trabalho, onde os servidores foram escolhidos de forma aleatória pegando uma amostra de cada categoria da Instituição. A adesão foi muito satisfatória, porém a dificuldade encontrada foi à disponibilidade de tempo dos participantes, por ser realizada no horário de trabalho. Foi observado que o contingente de servidores penitenciários do CRCAST é reduzido e a dinâmica de trabalho contínua, tornando-se fatores que dificultaram o andamento da pesquisa.

A metodologia escolhida, observação participante me proporcionou fazer parte do cotidiano dos entrevistados, então durante a coleta de dados eu me encontrava desenvolvendo minhas atividades como Psicóloga da instituição, realizando minhas atividades cotidianas.

A análise das situações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores da SUSIPE, lotados no CRCAST; foi realizada no processo de observação participante, no qual se mantém a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O pesquisador observa e participa do cotidiano de trabalho dos trabalhadores observados e registra suas observações num diário de campo, para análise posterior. A observação do ambiente de trabalho mostrou-se necessária para a compreensão do trabalho no contexto prisional: organização do trabalho, espaços físicos e sociais, riscos ambientais, relações interpessoais, clima e cultura organizacional, etc.

O passo da aproximação com o público alvo fez-se através do convite para a participação no estudo o qual obtive satisfatória adesão. Após contato inicial houve esclarecimento sobre o estudo, a pesquisa em tela (problema e objetivos).

No início da entrevista o participante lia o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, assinava e previamente eram lidas as perguntas da entrevista, a estratégia foi utilizada para familiarizar os entrevistados, visto que foi observado que todos os participantes estavam tensos devido à gravação das entrevistas.

Ao iniciar a entrevista, os participantes nas primeiras perguntas eram mais restritos nas respostas por estarem tensos, mas é importante destacar que no decorrer da entrevista os participantes sentiram-se mais confiantes e a observação feita foi que passavam a responder as perguntas como forma de desabafo, tanto que o material colhido, em minha opinião, estava riquíssimo e retratando aspectos da subjetividade dos participantes quanto a Instituição ao qual trabalham.

A análise destas entrevistas foi centrada na escuta, na fala e na interpretação de dados coletados e interpretação dos resultados foram baseadas nos dados coletados na entrevista e na observação participante onde o pesquisador fez o registro, a transcrição e leitura dos dados coletados.

5.3-Personagens da pesquisa

Participaram desse estudo os Servidores Penitenciários que desenvolvam suas atividades no estabelecimento Penal de Regime Fechado CRCAS.

Os critérios de inclusão são: a) Ser Servidor Penitenciário; b) com qualquer escolaridade, podendo ser Técnico, Administrativo, Segurança e Direção; c) sem faixa etária delimitada; d) tenha disponibilidade para participar da pesquisa; e) assinatura do termo de consentimento. Vale ressaltar que a seleção desses Servidores Penitenciários será aleatória.

5.4 - O campo da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Casa Penal de Regime de Pena Fechado da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará. O Centro de Recuperação de Castanhal (CRCAS), localizado no município de Castanhal Pará, o qual foi escolhido por eu fazer parte do quadro funcional, visto que utilizei a observação participante em minha metodologia. A casa penal escolhida contém em sua estrutura física 02 blocos carcerários, área administrativa e uma população carcerária de aproximadamente 338 internos custodiados. (Dados do índice geral, Junho/2011).

No Bloco Administrativo temos o hall de entrada onde ficam as Agentes femininas, que são responsáveis pelo controle de entrada e saída de visitantes e funcionários na Casa Penal e nos dias de visita fazem a revista dos familiares dos internos. Próximo a esse hall de entrada temos uma sala de revista para os visitantes e outra área que serve para revistar os pertences trazidos pelos visitantes. Temos o refeitório dos funcionários e os alojamentos dos Agentes, sendo um feminino e o outro masculino. Tem um corredor onde estão localizadas as Salas: da Direção, Vice Direção, Secretaria, Defensoria Pública, Serviço Social e Psicologia.

Pelo lado de fora ainda no prédio administrativo fica o alojamento da guarda da Polícia Militar (PM).

No Bloco Carcerário I, é uma construção antiga que fazia parte da antiga delegacia que funcionou no prédio. Pelo lado de fora, logo atrás do bloco administrativo ficam os alojamentos dos internos do Regime Semi-aberto, onde tem uma pequena cozinha e um parlatório. Dentro deste bloco carcerário funciona o Regime fechado, com celas e área de banho de sol, somente com presos provisórios.

O Bloco Carcerário II é uma construção mais recente, com o objetivo de ampliar o número de vagas para custódia de presos. É um prédio construído caracterizado como contêiner, sua estrutura é toda em chapa metálica. Os funcionários fazem a vigilância pela parte de cima do bloco. Também consta uma quadra para o banho de sol. Neste bloco estão custodiados apenas presos sentenciados.

Em volta de todo CRCAST tem um muro de proteção, onde ficam guaritas sob a vigilância da Polícia militar, como forma de evitar as fugas. Dentro dos blocos carcerários ficam os servidores penitenciários que trabalham desarmados e do lado de fora contamos com o apoio da PM através do Batalhão Penitenciário (BPOP).

Historicamente o Centro de Recuperação de Castanhal foi criado no ano 2000, visando receber presos oriundos da área metropolitana de Belém e do interior do estado do Pará; custodiando internos provisórios e sentenciados (condenados). As instalações físicas foram adaptadas, visto que no prédio havia funcionado uma delegacia de polícia.

A população carcerária na época era de aproximadamente 56 internos de acordo com relatórios da época. Em 2004 foi construído um prédio anexo, em formato de contêiner com capacidade para custodiar 96 internos, sendo que a população já era de 105 internos. No ano de 2006, iniciou a reforma e ampliação do prédio administrativo e aumento no número de recursos humanos como Agentes Penitenciários plantonistas e Agentes Administrativos. Sendo que até os dias de hoje o CRCAST passou por algumas gestões e teve um acréscimo do número de Servidores Penitenciários, assim como de custodiados.

5.4.1 – Questões norteadoras do trabalho de campo

A casa penal a qual foi investigada conta com um corpo funcional com diversos profissionais: direção, vice-direção, setores técnicos, setor de segurança e setor administrativo. Os quais serão sujeitos ou pesquisados.

5.4.2-Instrumentos

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a observação participante e a entrevista semi- estruturada com os servidores penitenciários selecionados.

Segundo Turato (2003), a entrevista é um instrumento que propicia ao pesquisador criar um enquadramento face a face, valorizando as trocas afetivas mobilizadas e escutando a fala do sujeito, e também possibilita uma observação global de sua linguagem corporal vivências que tornaram-se possíveis durante a realização da entrevista.

- 1) Ficha de identificação dos Servidores Penitenciários, abordaram dados iniciais como seus nomes, sexo, idade, naturalidade, escolaridade, tempo de serviço na SUSIPE, entre outros de modo a preservar sua identidade.
- 2) Roteiro de entrevista semi-estruturado, abordaram dados acerca das condições de trabalho e os modos de subjetivação dos servidores penitenciários que trabalham no CRCAST.
- 3) Além do que foi utilizado diário de campo, como fonte de informações sobre o processo de trabalho dos trabalhadores penitenciários.

5.5 – Recolhendo as informações

5.5.1 – Diário de campo

As observações foram realizadas no período novembro de 2011 até maio de 2012 no Centro de Recuperação de Castanhal/ CRCAST. Observações do tipo participante, visto que trabalho no local ao qual foi realizada a pesquisa; no período da manhã, no meu horário de expediente. Observando os servidores penitenciários, grupo ao qual faço parte, foi verificado uma diferença do traje das pessoas que ali desenvolvem o seu trabalho.

Os servidores que trabalham no bloco administrativo se trajam formalmente, diferente dos servidores que trabalham nos blocos carcerários, que são os Agentes Penitenciários sendo obrigados a usar uma blusa uniforme, de cor preta e/ou colete com a logomarca da SUSIPE, o que diferencia as categorias de funcionários dentro da própria instituição. Nos setores técnicos e administrativo percebeu-se que os funcionários pouco saem de suas salas; o setor do Serviço Social e Psicologia sempre em atendimento, os funcionários da secretaria sentados a frente de seus computadores realizando tarefas administrativas, a Diretora da época em sua sala tentando administrar as dificuldades que a casa penal vinha enfrentando.

Nos blocos carcerários ficam num plantão de 24h os Agentes penitenciários, desenvolvendo atividades relacionadas à segurança da casa penal, o trabalho é voltado ao encarcerado, como: vigiar, manter a norma e disciplina da casa penal, encaminhar os internos para os atendimentos médicos, psicológico, Serviço social, Jurídico, acompanhar em audiências, consultas fora da casa penal. Isto é, o Agente Penitenciário está sempre em contato direto com a demanda de encarcerados.

Durante as visitas aos blocos carcerários foram escutados relatos que diziam que a diretora da época não dava apoio, não punia ou disciplinava os internos merecedores e que isso refletia nos funcionários, passando a gerar insegurança entre os agentes Penitenciários. Ao saber desses fatos procurei escutar os argumentos da Diretora do CRCAST, onde a mesma queixava-se de falta de apoio da SUSIPE para administrar a casa penal, mostrou-me inúmeros memorandos enviados a Superintendência, solicitando providências quanto às condições infra-estruturais, de transferência de presos para as penitenciárias de Americano, como forma de medida disciplinar; porém não recebia retorno ou o pedido era negado.

A manutenção, das prioridades da casa penal, estava sendo realizadas com recurso da cantina localizada nas dependências do CRCAST, com autorização da SUSIPE, visto que não era enviado o recurso mensal de suprimento de fundo, para suprir as necessidades de urgência da casa penal. Foi observado que essa falta de apoio da SUSIPE refletiu na relação interpessoal da diretora com o corpo funcional, principalmente com os agentes penitenciários, que referiam haver muitas cobranças para o desenvolvimento de um bom trabalho, porém as condições de trabalho eram desfavoráveis para o desenvolvimento do mesmo.

A Diretora Considerou que a falta de apoio poderia ser pela indicação de seu cargo ter sido política, pelo Município de Castanhal e não pela SUSIPE; referiu ter assumido o cargo de Direção sem nenhum treinamento ou orientação adequada e que estava aprendendo no dia-a-dia. Então, considerava não estar negligente com a situação que a casa penal se encontrava por comunicar a Superintendência através de documentos toda a condição do CRCAST, mas afirmava não ser atendida em suas solicitações.

Neste período o clima organizacional da casa penal estava de insegurança e de conflitos interpessoais. Havia um grupo de funcionários que ficaram ao lado da Diretora por compreenderem a situação a qual ela e por consequência a casa penal estava passando, e outro grupo de trabalhadores que contra a direção por achar que a mesma não tinha atitude para resolver os problemas que até então eram muitos, principalmente o risco de fuga que era frequente; em maio encontrou-se um túnel em uma revista no bloco carcerário I, evitando assim, a fuga de presos. Em dezembro de 2011, a Diretora do CRCAST conseguiu junto a SUSIPE a manutenção do bloco carcerário II, que é de estrutura metálica, chamado de contêiner, o qual estava deteriorado, por nunca ter passado por nenhuma reforma desde sua inauguração. Observei e escutei dos Agentes Penitenciários que não foi uma reforma no bloco II e sim uma manutenção, onde soldaram as chapas e grades quebradas que segundo os mesmos se deu com o objetivo de “fechar a cadeia”, visto que antes os internos ficavam soltos nas eclusas pelas grades estarem quebradas e com essa manutenção, os internos voltaram a ficar preso nas celas, dando mais segurança aos Agentes Penitenciários e a própria casa penal, porque dessa forma tem-se um maior controle sobre os internos. Trabalho no bloco administrativo e com minhas visitas aos blocos carcerários, observei que os trabalhadores que ali estão inseridos recebem uma carga maior de tensão do que os que trabalham no bloco administrativo. Nos blocos carcerários ouve-se um barulho constante, gritos, grades batendo e um odor característico da prisão. No bloco administrativo é mais silencioso, ouve-se apenas conversar formais e informais, de acordo com cada profissional. Os internos levados até esse

bloco, que fica localizado a frente da casa penal, são para resolver questões de procedimentos jurídicos, para procedimentos de triagem, para atendimentos da Psicologia, do Serviço Social, de Advogados Particulares ou Defensoria Pública.

Através destas observações percebi que os trabalhadores que desenvolvem suas atividades nos blocos carcerários estão mais suscetíveis ao sofrimento psíquico devido a tensão constante do ambiente de trabalho que é diferente dos servidores que trabalham no bloco administrativo.

As entrevistas para coleta de dados foram realizadas após a aprovação do Comitê de Ética em pesquisa e autorização da SUSIPE. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, buscando ter uma amostra de todos os setores de trabalho do CRCAST, não havendo nenhum aspecto que pudesse interferir na coleta de dados.

5.5.2 – Coletas de dados

A coleta de dados para pesquisa qualitativa consistiu em procurar compreender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos, considerando a coleta como um processo de aprendizagem, em que ficamos atentos à compreensão que o entrevistado demonstra a cerca do tema abordado, às possíveis distorções que possam ocorrer durante o processo e mesmo no grau de interesse ou confiança deste entrevistado em partilhar suas percepções (ZANELLI, 2002).

A obtenção dos dados da pesquisa, que teve início com a aplicação de entrevista semi-estruturada, junto aos servidores penitenciários dos diversos setores do CRCAST. A primeira parte formatou-se os dados de identificação do Público alvo e a segunda caracterizada pelo roteiro de entrevista elaborado de acordo com o objeto desse estudo.

O roteiro de entrevista serviu apenas como uma intenção de trajetória, um caminho a seguir, mas aprofundar o relacionamento foi prioritário: questionamentos que estimulem o livre discurso e a manifestações de opiniões pessoais costumam possibilitar verbalizações mais detalhadas e minuciosas (ZANELLI, 2002).

Os participantes foram escolhidos aleatoriamente e a aproximação inicial foi caracterizada pela minha apresentação enquanto pesquisadora e pelo esclarecimento da finalidade da pesquisa, buscando dar aos entrevistados compreensão sobre a importância do tema escolhido. As entrevistas foram gravadas eletronicamente, sempre com a prévia

autorização dos participantes e posteriormente foram transcritas e analisadas. O roteiro de entrevista consta nos anexos desta dissertação.

Os dados subjacentes à entrevista foram registrados em diário de campo, através da observação participante, visto que eu estava como pesquisadora, mas fazendo parte do cenário da pesquisa por ser Servidora penitenciária. No processo de observação participante mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador fica em uma relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe os dados. Assim, o observador é parte do contexto sob a observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto. A observação do ambiente de trabalho mostrou-se necessário para a compreensão do contexto penitenciário: organização do trabalho, espaços físicos e sociais, riscos ambientais, relações interpessoais, clima e cultura organizacional, etc.

A análise e interpretação dos resultados foram baseadas na Psicodinâmica do trabalho, conforme já mencionado, sendo dividido em eixos temáticos, que contemplam aspectos relevantes para compreensão do processo saúde/doença no trabalho do servidor prisional no estado do Pará.

6- SOBRE O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE CASTANHAL

O Centro de Recuperação de Castanhall- CRCAST/SUSIPE, local ao qual foi realizado o estudo, é uma amostra de como se encontra as condições de casa penais no Pará. As condições de infra-estrutura são precárias, por necessitarem por parte dos administradores reformas constante, o que não ocorre com a frequência devida. Este estabelecimento penal também convive com a superlotação, não diferente das condições das prisões brasileiras.

O CRCAST atualmente tem capacidade para custodiar 156 internos, porém conta com uma população carcerária de aproximadamente 315 internos, o que corresponde a 101% de excedente da população estimada.

Está localizado no Município de Castanhall-Pará, em área urbana, ladeado de residências, o que fragiliza a segurança da Unidade Penal, visto principalmente pela altura do muro se baixa. A parte posterior do CRCAST, onde funciona a administração é totalmente desprotegida uma vez que não apresenta grades em suas janelas. A estrutura física, elétrica e hidráulica é bastante crítica, comprometendo de sobremaneira a segurança do estabelecimento penitenciário, vejamos:

A parte elétrica do CRCAST está bastante prejudicada, em face do grupo gerador de energia elétrica da Casa Penal encontrar-se apresentando problemas de ordem técnica acarretando constantes falhas no abastecimento de energia elétrica.

O Bloco Carcerário I é remanescente da antiga delegacia que funcionava no prédio que foi adaptado para se tornar o Centro de recuperação de Castanhall. É um imóvel construído todo de alvenaria, sem concreto, o que permite aos internos quebrarem as paredes com frequência e muita facilidade. Vale ressaltar que a cela anexa onde ficam os internos do Regime Semi-aberto é separada das alas carcerárias do Bloco I, apenas por uma parede de simples alvenaria, o que causa certa instabilidade e preocupação da segurança nesta Instituição Penal. A estrutura hidráulica apresenta como problema o escoamento de água de chuveiros e torneiras que seguem diretamente para as fossas sépticas enchendo com frequência as mesmas, o que provoca a necessidade de constante esgotamento.

O Bloco Carcerário I tem capacidade de custodiar 60 internos distribuídos em 04 alas, sendo: ala A, com 03 celas tendo a capacidade para 120 presos; ala B, com 04 celas e capacidade para 21 presos; ala C, com 03 celas tem a capacidade para 18 presos; e a ala D, com 03 celas com a capacidade para 17 vagas. Atualmente apresenta aproximadamente 133

internos custodiados, inclusive com 14 internos do Regime Semi-aberto , que ficam em alojamentos anexo, de frente ao Bloco Administrativo.

TABELA I- Demonstração da população carcerária do Bloco I.

	Ala A		Ala B		Ala C		Ala D	
Atualmente	Cela 01	02	Cela 01	09	Cela 01	07	Cela 01	16
Capacidade		01		06		06		08
Atualmente	Cela 02	10	Cela 02	11	Cela 02	07	Cela 02	02
Capacidade		06		06		06		02
Atualmente	Cela 03	10	Cela 03	02	Cela 03	10	Cela 03	15
Capacidade		05		01		06		08
Atualmente			Cela 04	11				
Capacidade				08				

Fonte: Dados do CRCAST (2012).

O Bloco Carcerário II é um prédio anexo que foi construído em 2004, todo em estrutura metálica chamada de Contêiner, com a capacidade para custodiar 96 internos, atualmente apresenta 182 internos custodiados.

Este Bloco Carcerário construído todo em contêiner vem apresentando em sua estrutura física paredes enferrujadas, tanto pela parte interna quanto pela externa das celas, algumas bastante comprometidas pela ferrugem; ausência de tela de proteção (alambrado) na parte superior do bloco II, lado direito; portões empenados, alguns sem trilho; roldanas bastante gastas, umas travando; as alavancas das eclusas estão danificadas (quebradas e/ou empenadas), algumas alavancas inexistentes; piso com buracos devido o processo de oxidação.

A estrutura elétrica apresenta problemas como: a ausência de lâmpadas, bocais e tomadas em várias celas; ausência de fiação em diversos locais do bloco carcerário; refletores de emergência não funcionam e diversos reatores encontram-se queimados. A estrutura hidráulica apresenta problemas como: a ausência de torneiras, chuveiros e vasos sanitários em diversas celas; e vazamentos que comprometem ainda mais a estrutura metálica dos contêineres.

O Bloco carcerário II necessita de uma restauração completa, tendo em vista a deterioração do piso, das paredes e das eclusas. Em janeiro de 2012, houve uma pequena

reforma, na qual foi priorizado o conserto das partes mais precárias da estrutura metálica, mas a reforma geral que se esperava não aconteceu, apenas amenizou-se o problema da estrutura física do bloco II, visto que o mesmo encontrava-se sem qualquer reforma desde sua implantação, que ocorrera no ano de 2004.

TABELA II- Demonstração da população carcerária do Bloco II.

Presos	Ala A	Ala B	Triagem A	Triagem B
Atualmente	45	45	15	12
Capacidade	48	48	00	00
Não se destinava a moradia de presos	Área de Visita A		Área de Visita B	
	21		25	
Não se destinava a moradia de presos	Módulo íntimo			
	18			

Fonte: Dados do CRCAST (2012).

O Centro de Recuperação de Castanhal- CRCAST tem como necessidades urgentes o aumento do efetivo de Agentes penitenciários, sendo que o entendimento é que as equipes devem ser formadas de no mínimo 15 Agentes masculinos e 03 femininos, mas não é o que ocorre, a média por plantão é de 11 Agentes masculinos e isso contribui para um desgaste físico e mental do servidor, visto que a demanda da população carcerária é crescente e o contingente de servidores continua defasado, dificultando o desempenho e a organização do trabalho. O aumento do efetivo da Guarda da Polícia Militar que dá apoio na parte externa do CRCAST e na escolta de internos. O reduzido número de policiais tem dificultado a apresentação de presos em audiências, consultas médicas e outros; além de que causa sensação de insegurança face o perímetro urbano em que se localiza a Casa Penal. E a restauração urgente do grupo gerador de energia elétrica, visto que o mesmo vem apresentando constantes falhas no abastecimento elétrico acarretando em perdas de

eletroeletrônicos, tanto público quanto dos internos custodiados, trazendo diversos transtornos para o CRCAST.

Dentre os aspectos positivos encontrados no CRCAST estão à informatização de todos os setores de trabalho; a Viatura (VTR) que serve a Unidade Penal está em bom estado de funcionamento e conservação, os 02 carros celas tem facilitado as missões (Consultas, audiências e outros) no transporte de internos. No administrativo houve considerável melhora com a implantação de uma máquina de Xerox. A alimentação produzida fora da Casa Penal vem sendo entregue rigorosamente no horário previsto. O Setor de Saúde conta com um número adequado de profissionais. E apesar de todo o problema infra-estrutural do CRCAST, o índice de fuga é zero no Regime Fechado, em virtude das frequentes revistas realizadas durante esse ano (2012). Durante às revistas foram encontrados 02 túneis, além de estoques (armas confeccionadas pelos internos) e celulares, evitando assim fugas e rebeliões.

Em maio (2012) a Diretora do CRCAST foi exonerada e um Interventor da SUSIPE com sua equipe assumiu a Direção da Casa Penal com o intuito de impor disciplina aos internos e viabilizar junto a Superintendência a solução das dificuldades em que se encontra o CRCAST.

Este é o panorama atual de uma Unidade Penal no estado do Pará, ou seja, é uma amostra de como se encontra o Sistema Penitenciário em nosso estado. No contexto geral vem convivendo com a Superlotação e estabelecimentos penais inadequados, visto a condição infra-estrutural precária. E é nesse contexto que o Servidor penitenciário desenvolve sua função de custodiar os presos de Justiça, buscando fazer cumprir as determinações da Lei de Execução Penal- LEP.

A seguir as interpretações e análises dos conteúdos apresentados, foram construídas de acordo com os eixos temáticos estabelecidos ao longo desse estudo; a partir dos relatos dos personagens da pesquisa realizados no Centro de Recuperação de Castanhal.

O método de análise utilizado foi o de contraposição de trechos das verbalizações, obtidas através de entrevistas com os servidores Penitenciários de acordo com a literatura correspondente.

7- O TRABALHO NO CONTEXTO PRISIONAL

Embora a prisão seja considerada historicamente um espaço destinado ao confinamento e a disciplina, tendo a importância fundamental de defender a sociedade. A realidade atual do presídio moderno nos mostra que o objetivo do encarceramento continua sendo a defesa da sociedade contra ameaças e perigos intencionais, onde a disciplina faz-se presente para tornar os corpos dóceis, para serem submetido e transformado, para que a equipe dirigente, os servidores penitenciários possam ter o controle sobre os encarcerados.

Para Batista (2011) a função simbólica da pena e punição de “certos comportamentos”, sobre os quais a dor é infligida, apenas servem de cobertura ideológica para mecanismos de controle social duro sobre as classes perigosas, os pobres do mundo. A prisão na verdade reproduz a realidade social e aprofunda a desigualdade.

Ao analisar o presídio moderno, consideramos que vem deixando de ser uma Instituição total onde a equipe dirigente se sobrepõe aos internados, atualmente os internados também se sobrepõe a equipe dirigente, como forma de resistência ao poder, tentando constantemente infligir às normas impostas, desacatando os funcionários, elaborando fugas, fazendo motins etc.

No caso do Servidor Penitenciário, desenvolve seu trabalho em estabelecimentos penitenciários com infra-estrutura inadequada, convivem com a superlotação da população carcerária, etc. Na atualidade esses são os efeitos da redução do papel do Estado no âmbito econômico e social, no que se refere à segurança pública e por consequência encarecesse-se mais, superlotando o Sistema Penitenciário do Brasil.

Há de se considerar que o trabalho dos Servidores Penitenciários, dado o cotidiano das prisões, vem contribuindo para condições de sofrimento Psíquico entre os servidores, como nos diz Dejours (1989), que o ritmo de trabalho ou risco originário das más condições de trabalho, destrói a saúde psíquica dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável.

A compreensão do contexto das prisões vem demonstrando o funcionamento como operador do processo de adoecer, visto que as condições de trabalho dos profissionais são inadequadas e insalubres, pela estruturação física das prisões, pela dinâmica do trabalho e pelo grande contingente da população carcerária.

Para Dejours (1980), a relação do homem com a organização do trabalho é a origem da carga psíquica no trabalho. Uma organização de trabalho autoritária, com características de

postos de trabalho em condições físicas, de higiene e segurança impróprias, não oferece uma saída apropriada à energia pulsional o que pode conduzir a um aumento da carga psíquica.

Diante do contexto de trabalho do Servidor Penitenciário consideramos que é preciso ter habilidade e integridade pessoal para desempenhar esse trabalho de maneira profissional, visto que em geral, esses trabalhadores desenvolvem suas atividades em um ambiente fechado e isolado, o que, com o passar do tempo pode torná-los limitados e inflexíveis, vindo a apresentar doenças psicopatológicas e sofrimento psíquico.

A noção de sofrimento é central e implica em um estado de luta do sujeito contra forças que estão empurrando em direção à doença mental. É quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos homens, quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre organização do trabalho e o desejo do sujeito, que pode emergir um sofrimento patogênico (DEJOURS, 1980).

Os servidores penitenciários fazem uma análise do contexto do trabalho prisional e demonstram insatisfação diante das situações expostas.

O trabalho especificamente na casa penal está muito a quem das expectativas, eu acredito que pouco é feito para que haja um trabalho que socialize e possa reintegrar o interno a sociedade. Eu esperava muito mais e acredito que não seja culpa dos profissionais ou da direção e sim de vários fatores como: falta de recursos humanos, falta de infra-estrutura, até de espaço físico mesmo, para que o trabalho seja melhor desenvolvido. E a gente vê que há uma carência muito grande para que o trabalho flua do jeito, pelo menos com a expectativa de antes de eu vir para cá. (Técnica de nível superior, Feminina) (informação verbal)

7.1- A infra-estrutura e a condição do trabalho

As condições estruturais da prisão têm haver com a concepção panóptica que é definidora das relações de poder que fundaram a sociedade disciplinar entre os séculos XVII e XVIII. Esse modelo arquitetônico, o olhar que tudo vê, produziu um sistema com técnicas de vigilância hierarquização contínuas e funcionais. A prisão, do século XVIII para o Século XIX, tornou-se um aparelho disciplinar exaustivo. Até hoje os pobres amontoados em condições insalubres, sem luz, sem alimentação digna (BATISTA, 2011).

O aumento da população carcerária é fenômeno que vem sendo observado em numerosos países industrializados ou não, inclusive no Brasil. Condições precárias de higiene, celas mal ventiladas e super populosas são efeitos da organização do Sistema Penitenciário na atualidade. Essa situação contribui para o agravamento da condição de saúde dessa população

que é oriunda de comunidades desfavorecidas (DIUANA, 2008). Sendo neste ambiente, que o servidor penitenciário desenvolve o seu trabalho.

O Sistema penitenciário tinha que investir na infra-estrutura desse prédio, dessa cadeia, pra que a gente tivesse uma condição melhor, pro servidor se sentir melhor no local de trabalho. Falta muita coisa pra melhorar, por exemplo na portaria precisamos de um ventilador para deixar o ambiente melhor porque o que tem não ajuda e também se tivéssemos uma recepção para receber as pessoas que procuram informações sobre seus presos, que estão aqui; porque essas pessoas já chegam angustiadas devido a situação e ainda não são muito bem recepcionadas. Com relação aos blocos carcerários posso citar que são piores do que eu acabei de citar, sabemos que é terrível às condições, as grades estão precisando serem trocadas, às eclusas, enfim os agentes sofrem bastante pra poder fazer o trabalho deles por falta de infra-estrutura. (Agente Penitenciário, Feminino) (informação verbal)

A infra-estrutura é importante porque o funcionário necessita ter segurança onde ele tá desenvolvendo o trabalho dele, então se ele se sentir inseguro ele vai passar isso e o trabalho dele não vai render de forma positiva. Hoje a Infra-estrutura da casa penal é precária por exemplo nos temos o bloco I e o bloco II, pra quem não entende muito, o que é o bloco I? Existe não é uma diferença, existe uma separação de provisórios e sentenciados isso determinado pelo próprio Judiciário, que exigiu este tipo de condição ali dentro. Então o que acontece: o bloco I é um bloco de alvenaria, não é concreto, então por exemplo na rebelião que aconteceu em agosto de 2011, é que vimos que a tampa dos bueiros eram de concreto e as paredes das celas eram de alvenaria, de tijolo, foi aí que os presos ganharam o movimento e conseguiram quebrar a estrutura da cadeia. O bloco II é um bloco de contêiner, pra quem não entende o bloco II é uma estrutura metálica, então existe as eclusas de chapas de ferro, então eles quebram, eles danificam, eles arrancam as barras e fabricam armas. Então estamos passando por esse problema de falta de segurança. Os funcionários estavam inseguros, uns querendo desistir do trabalho. Então graças à Deus, depois de muitos relatórios enviados a SUSIPE, nos conseguimos dá uma melhorada no bloco II e aí nos sentimos que eles deram uma melhorada no trabalho deles. (Cargo de Gestão) (informação verbal)

O relato acima nos mostra a fragilidade da casa penal, visto que o prédio onde se encontra foi anteriormente uma delegacia de polícia, ao qual foi adaptado para ser o Centro de Recuperação de Castanhal. O bloco carcerário I ainda faz parte da estrutura antiga e não passou por nenhuma reforma. O bloco carcerário II foi construído pela SUSIPE em estrutura metálica, que com o tempo sem a devida manutenção vem se deteriorando. Mas em dezembro de 2011 a SUSIPE fez uma recuperação no bloco carcerário II, visto que estava muito danificado, causando insegurança aos funcionários que trabalhavam no local.

No bloco II, não foi bem uma reforma, foi uma recuperação do que estava quebrado lá atrás, entendeu. A gente esperava, mas não teve essa reforma, foi uma recuperação do que estava quebrado. Com isso melhorou o trabalho,

porque a gente já não trancava mais ninguém, eles ficavam liberados, só dependia do portão da frente. (Agente Penitenciário, Masculino) (informação verbal)

Ainda a respeito do contexto prisional, com relação às condições em que o Servidor Penitenciário desenvolve o seu trabalho, podemos verificar através dos relatos: a insalubridade do local e a falta de equipamentos de segurança.

Este presídio aqui está defasado, hoje se você for naquele bloco atrás, bloco II, você vai ver que se chegar uma inspeção do Ministério Público, ele fecha essa cadeia. Ali atrás é buraco pra tudo que é lado, é chapa cortada, é grade serrada. Você vê a imundice debaixo dos módulos, é barata, é rato, é sapo; tudo a noite quando a gente tá rachando hora, a gente vê tudo isso. Então nessa infra estrutura nenhum ser humano consegue viver na situação que está ali (Agente Penitenciário, Masculino) (Informação verbal)

A estrutura da cadeia tá deixando a desejar, as vezes algumas coisas a gente precisa e falta, como material: falta algema; essas coisas como lanterna; capa, o tempo chuvoso é ruim pra gente trabalhar sem capa de chuva; os blocos ficam todos inundados, deveria ter um pouco mais de estrutura pra gente desenvolver o nosso trabalho melhor. Eu sinto falta de equipamentos de segurança como rádio transmissor que está muito carente aqui na casa penal; botas; capas, essas coisas materiais. (Agente Penitenciário, masculino) (Informação verbal)

O relatório do Conselho Federal de Psicologia (2008) nos informou que o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, segundo dados do DEPEN. Antes de 2008 mantidas as taxas médias de elevação da massa carcerária observando nos últimos anos, o Brasil está se aproximando da marca de meio milhão de pessoas presas.

A realidade enfrentada nas prisões do Pará não são diferentes do restante do Brasil, também convive com a superlotação, fator este que dificulta o trabalho do Servidor Penitenciário. Segundo Diuana (2008), o papel profissional de cada servidor é bem definido, mas não é fácil trabalhar diante das condições impostas, que influenciam na qualidade do desempenho do conjunto de atividades. De modo que, as pressões resultantes do contato diário com a delinquência encarcerada, ao longo dos anos contribuem para que o servidor apresente alterações comportamentais, sofrimento psíquico e transtornos psicopatológicos.

Olha, atualmente, não só no CRCAST, mas no Sistema Penal como um todo é precário por conta da superlotação, então isso causa muitos transtornos pra

gente desenvolver um trabalho bem produtivo. A gente aqui tem que se sobressair. O Agente Prisional ele passa a ajudar na parte social, mesmo sem conhecimento, mas ele tende a tá ali agilizando isso. O espaço físico é inadequado também, porque onde é pra estar 156 presos tem mais de 300 presos, você não consegue classificar a questão carcerária do preso, tá todo mundo misturado. Hoje em dia fizeram a separação de provisório e sentenciado, mesmo assim você não consegue classificar por artigo, por exemplo: um cara que vem num furto se junta com um traficante, um homicida e aí vai gerando um ser humano mais comprometido. (Agente Prisional, masculino) (informação verbal)

Entendem-se por organização do trabalho a divisão do trabalho, o modo operatório e a divisão dos homens e as relações socioprofissionais. O modo operatório que envolve a tarefa prescrita e real, estimula o sentimento e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto a divisão de homens promove, sobretudo, as relações entre as pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor e o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança etc. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

A análise da relação do sujeito com o trabalho não é estritamente técnica, subjetiva ou física. A relação com as pressões técnicas aparecem na abordagem psicopatológica como fundamentalmente sujeita a um contexto intersubjetivo, sempre secundário e mediatizada pelas relações hierárquicas, de solidariedade, de subordinação, de formação, de reconhecimento, de luta e conflituais. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

Com relação a organização do trabalho nós achamos assim, carente. Precisava que as pessoas se reunissem e chegassem a um acordo pra trabalhar de ação coletiva, porque eu acho o trabalho muito individual. (Agente Penitenciário, feminino) (informação verbal)

[...] o nosso dia de trabalho se torna uma coisa estressante, você a noite não tem como descansar, nosso alojamento tem uma central de ar, mas que não gela nada, nossa carga horária é sugada 3x3, você trabalha de uma forma que não tem como contribuir. O ideal seria 2x4, no turno da noite, porque você teria 6 horas para descansar. O que alegam é que não tem funcionário suficiente, porque o ideal aqui pra gente seria de no mínimo 15 funcionários, nós trabalhamos com 9, 10, 11 funcionários [...] (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Os servidores penitenciários também estão subordinados a uma hierarquia em um espaço funcional que é a prisão. Neste espaço, segundo Foucault (2010), são estabelecidos um lugar para cada indivíduo, visando impedir comunicações indesejáveis, garantir a economia e o controle das condutas. Promovem o controle temporal dos gestos, onde cada movimento e

posição do corpo são antecipadamente determinados. As disciplinas, ainda, agenciam táticas, em que as forças são majoradas através da composição das forças individuais, articulando as diferentes competências.

Então, é o Diretor que determina a forma que os funcionários devem atuar sobre os indivíduos, que estão segmentados a fim de os gerirem nos mínimos detalhes. Para Foucault (2010), os indivíduos não são apenas os instrumentos das disciplinas, como também são fabricados por ela.

Porém as condições em que o trabalho é desenvolvido nas prisões dificultam o exercício da profissão de cada servidor penitenciário, os quais são cobrados a desenvolver um bom trabalho, mesmo diante das condições encontradas, dado o cotidiano experienciado por esse trabalhador.

Existe cobrança sem dá condições. Muitos realizam um bom trabalho por esforço pessoal, mas isso varia de pessoa pra pessoa. Tem funcionário que vai levando na manha, não tá mais nem aí e tal; mas tem uns que não fazem isso porque a índole dele não consegue. Eu não sei relaxar, não consigo ver as coisa do jeito que tá e fazer de conta que eu não estou vendo (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

O cotidiano que o servidor desenvolve o trabalho é recorrente, ele é desassistido, ele é desprotegido e isso tudo vai fazê-lo adoecer e com certeza influencia no desempenho desse trabalhador. Então a qualidade do trabalho está diretamente ligado a esse trabalho desenvolvido a essa falta de condições (Agente Administrativo) (informação verbal)

7.1.1 – A condição trabalhista da SUSIPE

A SUSIPE tem em seu quadro Profissional servidores estáveis estatutários, não estáveis estatutários, concursados, comissionados e a grande maioria de servidores com contratos temporários.

Mas foi partir do Decreto do Governador do estado nº 4371 de 19 de junho de 1986, que os servidores de contratos temporários acima de cinco anos de serviço, modificaram o seu vínculo de trabalho, passaram a ser estatutários estáveis e os que não atingiram este tempo passaram a ser estatutários não-estáveis.

No contexto histórico um marco foi registrado pela promulgação da Constituição Federal de 1998. Com a nova legislação em vigor, houve uma modernização da gestão

pública, onde a partir de seu início surgiu o papel do contrato temporário no setor. Essa modalidade foi contemplada na Constituição no artigo 37, onde é garantido e assegurado o direito de ingresso no quadro público. Sendo em seguida detalhado pela Lei 8.745/93, em que é observado todas as características e regulamentações para efetivação dessa contratação, reforçada pela Lei 8.647/93. Por fim, relacionam-se as principais vantagens e desvantagens decorrentes da análise da Legislação vigente embasada no contexto gerencial público. Sendo assim, possível apontar como principais vantagens: custo e mão de obra especializada. E as desvantagens são perda do conhecimento, clima organizacional, capital intelectual, rotatividade e motivação (AZEVEDO; BORGES, 2010).

Quanto ao artigo 37 da Constituição federal de 1988: “a administração pública direta, indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência”. O parágrafo II: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declaradas em lei de livre nomeação e exoneração”. No parágrafo IX, a lei estabelece os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

No ano de 1988 a SUSIPE realizou concurso público para os cargos de Agente Administrativo; técnicos de nível superior (Psicólogo, Médico, Assistente social, Terapeuta Ocupacional, Pedagogo); técnicos de nível médio (Técnico agrícola, Técnico de enfermagem) e Motorista; os quais foram empossados a partir de 2009. Porém mesmo com a entrada dos concursados, os contratos temporários permaneceram, para atender as necessidades da SUSIPE, de excepcional interesse público.

A maioria dos servidores lotados nas casas penais trabalha no cargo de Agente Penitenciário, para o qual ainda não teve concurso público, e passam pela experiência angustiante de terem contratos temporários, ou seja, a qualquer momento podem vir a ser destratados do serviço público.

O período de trabalho deveria variar de seis meses a seis anos, dependendo dos casos previstos no artigo 4 da Lei nº 8.745/93, contudo em virtude da necessidade de profissionais e falta de concursos públicos, os contratos temporários são mantidos por tempo indeterminado.

A SUSIPE é uma autarquia do Estado do Pará e os seus servidores têm os direitos e deveres regidos pelo Regime Jurídico Único. Porém não há plano de carreira, a progressão funcional ocorre por indicação do Gestor com o aval do Superintendente ou por indicação

política, que é a grande maioria. E quanto ao fator salarial, este é determinado por discussões entre o sindicato e o Governo do Estado.

Diante do contexto apresentado, sabemos que mesmo diante de um número significativo de contratos temporários, ainda há um déficit de recursos humanos, principalmente nas casas penas, dificultando o trabalho e gerando sofrimento psíquico ao servidor, em especial, ao Agente Penitenciário. Como visualizamos nos relatos a seguir:

[...] a maioria dos servidores penitenciários é temporário, então eles tem muito medo até de adoecer, com medo de ter redução de seu salário e ser demitido, então acho que uma das estratégias que a SUSIPE deveria tomar seria colocar esse funcionário mais estável dentro da própria situação de emprego (Técnica de nível Superior) (Informação verbal).

A infra estrutura é uma parte importante, precisa reduzir a superlotação e contratação de mais agentes para que se desempenhe um processo de trabalho mais saudável, um melhor trabalho (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal).

[...] teria que dar mais valor ao funcionário e a família, porque hoje em dia eu sei, se você chegar a morrer no trabalho no cárcere, como vai ficar sua família, porque você é temporário e eu acho que o concurso público vai dar mais segurança, no sentido que você vai ser estável [...] (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

7.2- O sofrimento psíquico e a luta pela saúde dos trabalhadores penitenciários

O contexto acima nos mostra que as prisões funcionam como operadoras do processo de adoecer, visto que as condições de trabalho dos profissionais são inadequadas e insalubres, pela estruturação física das prisões, pela dinâmica do trabalho e pelo grande contingente da população carcerária.

De acordo com Dejours; Abdoucheli (1994), o campo do sofrimento e do conteúdo das significações e das formas no âmbito pré-patológico, é compreendido em uma perspectiva dinâmica, onde tanto pode proporcionar um ambiente que favoreça a saúde quanto ao processo de adoecimento dos trabalhadores.

7.3- As causas do adoecimento na perspectiva do servidor penitenciário

No ambiente prisional a realidade cotidiana é de uma dinâmica de trabalho intensa, que requer atenção constante, visto que custodia a população que leva risco a sociedade, com o objetivo de controlar e regular essa população através dos dispositivos de segurança, em um

local com infra-estrutura precária e inadequada. Diante deste contexto os Servidores Penitenciários relatam sobre os motivos do adoecimento no trabalho:

Acredito que é do próprio processo e organização desse trabalho, no caso eu vejo mais esse adoecimento nos Agentes que trabalham diretamente com os internos. Então é claro que é um trabalho estressante e o agente não tem como se proteger de uma rebelião, de um ataque repentino, e também acredito que os horários de trabalho, os plantões. É acredito que tudo isso contribui sim para que o servidor adoença, ele chega na casa dele estressado e a dificuldade maior é esse contato direto com os internos, sem que ele possa se proteger, já que não usa nenhum dispositivo, trabalha com as mãos limpas (Técnico de nível superior) (informação verbal)

Eu acredito que é devido a rotina e a cobrança que existe, muito se cobra e pouco se dá assim na condição de trabalho. Pra ver por exemplo o pessoal trabalha 24h, a jornada de trabalho é de 24h e folga só de 48, quando a gente sabe que o normal seria folgar no mínimo 72h; além do que tem a questão das ameaças, é um trabalho que exige muito do psicológico do Agente. Os presos ameaçam, os presos não respeitam, a indisciplina impera; então tudo isso vai fazendo com que o Agente, absorva as coisas do cárcere; se torne as vezes uma pessoa ignorante, arrogante; leve as coisas do serviço pra casa, o estresse do serviço pra casa; desencadeia uma série de fatores, já com aquela carga negativa (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

É tá propício pra adoecer porque o estresse aqui também é muito grande a cadeia superlotada, na minha opinião acho que são poucos Agentes, são 314 presos pra 7 ou 8 agentes Prisionais tomar conta, de toda cadeia por plantão. Uma rotina de atendimento de Psicólogo, Social, enfermaria, audiências; então a gente tem que se desdobrar. Dessa forma então, o estresse acaba prejudicando um pouco a gente, vindo a tona (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Mais exemplos a fim de ilustrar as causas de adoecimento, na perspectiva dos Servidores Penitenciários:

Aqui há várias pessoas presas, juntas; então há proliferação de várias doenças e a gente não sabe o que eles tem e nós temos contato direto com os mesmos; então somos suscetíveis a ser contaminado e isso favorece; não só isso no contato com eles, mas o estresse do trabalho. Eu acho que a parte emocional é muito importante, o servidor sofre pressão psicológica, tipo assim: - eu vou te pegar lá fora; - vou te matar. A gente sempre passa e o preso diz isso (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Acho que os funcionários estão adoecendo pela carga horária de trabalho referente a essa casa penal, por ser sugado. Eu acho que também por falta de apoio da instituição, até a nossa farda a gente tem que comprar [...] Me estresso bastante, porque sei que a gente não tem apoio. Se acontecer uma fuga e a gente chegar lá em cima na corregedoria, ninguém quer saber se você tava sugado, se seu dia foi sugado. Eles vão querer o que? Explicação e você corre o risco sinceramente de ir pra rua. Eles não querem saber se o dia foi sugado, como foi a pressão? Você tem que evitar a fuga, mas condições pra você ter uma boa

qualidade de trabalho, de saúde; não tem [...] O funcionário se irrita fácil com bagunça de preso; batimento de grade; preso não respeita funcionário, xinga funcionário, sua mãe, sua esposa; o funcionário discute com preso. E isso acaba nos estressando, porque somos seres humanos, agente tem sangue nas veias. Isso faz mal em nosso cotidiano, porque a gente acaba levando prá dentro das nossas casas, mal tratando nossos filhos, maltratando esposa e isso é muito difícil, e você leva aquilo ali. Porque nesse tipo de trabalho o nível de estresse é muito alto (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

A condição do trabalho e as exigências da organização interferem, com certeza na saúde psíquica dos trabalhadores. Trabalhamos sobre pressão tanto da SUSIPE quanto dos internos e isso faz a gente ficar estressado, nervoso e as vezes acabamos descontando nossa insatisfação até com quem não tem nada haver com isso, as vezes com a nossa família (cargo de gestão) (informação verbal)

Estes fatos refletem sobre a rotina de trabalho do servidor penitenciário que aborda claramente a psicodinâmica do trabalho, onde o medo, a ansiedade e a angústia recolocam a questão da normalidade para o sujeito e para o trabalhador. A questão é qual trabalho e como cada coletivo ou indivíduo reage frente às exigências da organização. Como nos informa Canguilhem (1995), é necessário não objetivar o conhecimento no trabalho, há a necessidade de se compreender o adoecimento fora do biológico, por isso, ele nos fala de uma doença sem órgãos. Aqui emerge claramente a potência dos aspectos subjetivos no que se refere ao marco explicativo do adoecimento.

Nesses relatos observamos a singularidade dos indivíduos e o qual são as causas do adoecer para estes funcionários. Para Canguilhem (1995), a transformação do que é normal em patológico vai depender da forma como a pessoa será atingida ou sofrerá, sob forma de consequência, uma incapacitação de qualquer ordem para realizar atos que compõem a vida.

A saúde deve ser considerada a partir da própria subjetivação, do sujeito, do que signifique para ele se restabelecer, reintegrar-se, ainda que pra isso ele tenha que se reinventar ou redescobrir-se a partir de novas possibilidades. Aqui se estabelece o cuidado como categoria epistemológica, à medida que cuidar e buscar autonomia são a expansão da vida diante do adoecimento (MOURA, 2011).

Ser saudável significa, então, ser capaz de detectar, interpretar e reagir – enfim, de instituir normas (ser normativo, que é diferente de ser normal); é a possibilidade de cair enfermo (ficar doente) e poder recuperar-se (CANGUILHEM, 1995).

Desse modo falar sobre saúde é falar de uma polaridade dinâmica, sobre o cotidiano que demanda ininterruptamente a mobilização de corpo e alma, energia, de sangue, de ossos de músculos, de desejos, de ódio. É na prática a percepção que o doente tem do seu adoecimento, e não apenas a concepção do modelo hegemônico biologizante que define a

saúde como “o silêncio dos órgãos, ou ainda, que define a cura como o restabelecimento integral do equilíbrio orgânico, tal como antes do adoecimento (MOURA, 2011).

Os dados apresentados através dos relatos dos servidores penitenciários nos mostraram que a condição de trabalho e as exigências da organização deste trabalho são fatores que vem interferindo na saúde psíquicas destes trabalhadores.

No tópico a seguir é mostrado que diante das Condições do trabalho desenvolvido na prisão pelos servidores penitenciários, foram utilizadas estratégias defensivas para que o servidor se mantenha saudável, como forma de enfrentamento das condições adversas do seu cotidiano de trabalho.

7.4- O sofrimento psíquico e as estratégias de enfrentamento diante das condições de trabalho

Ao tratar a noção de sofrimento é importante pensar que ele é uma experiência que atravessam todos os atores envolvidos no campo da saúde: usuários, trabalhadores, gestores. Onde sofrer é experimentar algo diferente, que perturba, que incomoda porque convoca uma re-significação, uma reconfiguração relacional que nos faz sair de um “ensimesmamento”, de uma clausura das verdades postas. (MACHADO, LAVRADOR, 2009).

No âmbito do trabalho o sofrimento psíquico é constitutivo do sujeito e parte intrínseca do mundo do trabalho, não submetendo o sofrimento psíquico a uma categorização nosológica, ancorada na psicopatologia e na psiquiatria clássica, mas sim com a compreensão do sujeito que vive, relaciona-se, trabalha, reage e mantêm-se vivo; que busca manter-se no âmbito da normalidade, diante das ameaças do meio, inclusive do trabalho, o que não ocorre sem sofrimento (OLIVEIRA e MOREIRA, 2006).

Eu não tenho uma estratégia eu acho que eu não adoeci, porque deus é bom mesmo e nunca chegou a esse ponto, de eu adoecer. Saio daqui vou pra casa, vou cuidar do meu filho, vou ficar em casa, saio. Procuro escutar uma música que eu gosto, jogar um futebol; não é todas as vezes que eu faço. Ameniza um pouco porque tira o foco, o pensamento o pensamento sai da questão do presídio e você começa a pensar em outras coisas. Por exemplo eu gosto muito de músicas do passado, que faz eu lembrar da minha infância, quando meu pai escutava e isso faz eu me sentir bem (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Com certeza absoluta uma quase que total abstração daquilo que eu sou, daquilo que eu faço aqui. A partir do momento que saio do trabalho e vou para minha casa ou vou para um outro trabalho, já que tenho um segundo turno de trabalho na SEDUC, eu abstraio não lembro nome de interno, não converso na minha casa com ninguém, não digo por receio de alguma reprimenda, já que

moro em um bairro periférico, eu esqueço que trabalho no sistema Penitenciário e assim me mantenho saudável (Técnico de nível superior) (informação verbal)

A estratégia é ser profissional, eu venho pro CRCAST eu sou o profissional do CRCAST, saio daqui e não penso em cadeia, não penso em trabalho. Fora daqui do serviço eu sou um cidadão que não tenho nenhum contato com a cadeia, não falo de trabalho, de Agente Prisional, nem de preso; esse assunto eu não comento, só quando eu estou aqui no trabalho (Agente Penitenciário, masculino)

[...] quando eu saio de folga eu procuro não pensar aqui na cadeia, saio vou embora pra casa, pra faculdade. A faculdade já me ajuda também pra que eu não fique pensando no trabalho, procuro esquecer, porque aqui não é um clima bom pra gente ficar, mas a gente faz o possível, e a forma que eu faço pra que eu não adoça, tanto fisicamente quanto psicologicamente (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Esse afastamento subjetivo que coloca o servidor penitenciário a não falar e nem pensar no trabalho ao sair da casa penal, demonstrou ser uma estratégia defensiva que contribui para que estes profissionais se afastem do sofrimento psíquico gerado pela dinâmica e condição do trabalho no Centro de Recuperação de Castanhal, favorecendo a se manterem saudáveis diante das ameaças do meio.

A ideologia defensiva consiste em manter à distância o risco e afastamento do corpo ao trabalho, onde do coletivo, a ansiedade relativa à sobrevivência transformar-se-ia em problema individual. Tendo por objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, tornando-se um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular que devemos procurar uma especificidade. Neste caso, os caracteres específicos têm que ser relacionados à natureza da organização do trabalho (DEJOURS, 1980).

Dessa forma, verificou-se que fatores que compõe o processo do trabalho no Sistema penitenciário influenciam nos modos de subjetivação dos trabalhadores penitenciários do Pará e possibilitando a ocorrência de sofrimento psíquico; assim como identificar as estratégias coletivas de defesa que contribuem para que os trabalhadores do sistema Penitenciário continuem desenvolvendo o seu trabalho no âmbito da normalidade, mesmo diante das adversidades e das exigências impostas pelo trabalho.

A falta de condições de trabalho é o principal elemento de sofrimento psíquico, a falta de condições, a desorganização que existe é o principal elemento destoante da saúde mental (Técnica de nível superior). Pesquisador: Essa desorganização é em que sentido? Muitas vezes, até agente vê que há uma sobrecarga muito grande pro Agente prisional, por exemplo: se há uma tentativa de fuga, as vezes, ele fica por falta e escassez de pessoal, ele fica até o outro dia, ele dorme pouco. Então pra mim, uma das grandes dificuldades é justamente a falta de recursos humanos, são poucos funcionários, pra muitos

internos e muito trabalho, então essa organização penitenciária, ela está diretamente ligada ao adoecer do funcionário, servidor (Técnica de nível superior) (informação verbal)

Na verdade agente trabalha aqui sobre pressão, tanto de preso, quanto da direção que representa a Instituição SUSIPE. Se você for olhar a questão do preso, da pressão que o funcionário sofre do preso, porque ele oferece dinheiro pra você, lhe ameaça, vai matar sua família, vai te matar lá fora; eu já sofri várias ameaças. E o que acontece, também existe a pressão que é do lado da Instituição SUSIPE, que muita das vezes, nunca aconteceu comigo, mas já com alguns colegas nossos, que os teus superiores dizem: - Se tu não fizer assim vou passar teu nome pra tu ir pra rua. Tudo isso é uma pressão, por que no caso somos temporários. Temporário não tem segurança de nada, se você fosse de uma empresa, quando você saísse de lá, teria indenização pelo período trabalhado; mas temporário pro estado, você sai com uma mão na frente e outra atrás. Então você não tem segurança de nada, essa pressão agente sofre, sim. Troca governo e todo mundo fica tenso, porque você pode estar correndo o risco de ir pra rua. É uma pressão muito grande que a gente tem, é complicada a situação (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

[...] Se você não tem um preparo psicológico muito legal, do ambiente que você vive em casa, você finda chegando aqui e tendo a oportunidade de piorar sua saúde, tanto psíquica, quanto psicológica, enfim, até também física. O trabalho no Sistema penal não é fácil, eu acho assim no meu ponto de vista, não posso falar por todos, mas é só pra quem tem uma certa necessidade de emprego, eu acredito que as pessoas que pensarem bem, vão pensar em fazer concurso pra outras áreas (Agente Penitenciário, feminino) (informação verbal)

Segundo Seligmann e Silva (2011), o cotidiano de trabalho possibilita também defesas que correspondem principalmente à necessidades de aguentar e de sobreviver a situações penosas e perigosas. Temos nesse grupo, defesas contra o medo que assumem diferentes modalidades, podendo apresentar-se como mecanismos inconscientes (negação do perigo; repressão do medo).

O termo “defesa” no sentido de defesa contra o sofrimento, realizada através de mecanismos psicológicos de defesas inconscientes, mas também mecanismos psicológicos conscientes (SELIGMANN, SILVA, 2011).

Diante do contexto do trabalho no Sistema penitenciário, as situações de perigo são particularmente evidentes, emergem uma considerável ansiedade, em decorrência da vivência de ameaças a integridade física e a própria vida. Para Seligmann e Silva (2011), as atividades do trabalho são desenvolvidas, não que o medo não exista, mas ele é ocultado da própria consciência dos trabalhadores por mecanismos psicológicos de defesa que lhes permitem, além do convívio com o perigo, suportar outras experiências penosas.

Os relatos acima nos mostram que práticas vivenciadas ao longo da experiência profissional dos trabalhadores penitenciários levam ao sofrimento psíquico e as estratégias

defensivas individuais e coletivas estando presentes como forma de mediar esse sofrimento e manter o trabalhador saudável, mesmo diante das adversidades do trabalho.

Ao retomar a discussão a respeito do normal e do patológico em que segundo Canguilhem (1995), os fenômenos de saúde e doença são definidos a partir de um processo dinâmico, um campo de lutas, onde o indivíduo aprende a reinventar-se a cada infidelidade do meio a que está exposto.

Na realidade do Sistema Carcerário brasileiro está entre umas das maiores populações carcerárias do mundo e o Pará, segundo dados do Ministério da justiça (2011) tem a 12º maior população carcerária do Brasil e é o primeiro colocado da Região Norte. Estes dados demonstram que o problema da superlotação vem agravando--se entre outros fatores do cotidiano das prisões, em que os servidores penitenciários experienciam no trabalho.

Abaixo temos relatos de servidores penitenciários sobre sugestões de estratégias que a SUSIPE deveria tomar para o enfrentamento do sofrimento psíquico destes trabalhadores.

Que os trabalhadores fossem melhor protegidos com um programa de saúde mental, maior acesso e fluidez ao serviço de Psicologia e a um Psiquiatra da Divisão de Saúde da SUSIPE. Que ele sentisse seguro que ao sair doente ele teria um aparato Médico e Psicológico [...] (Técnica de nível superior) (informação verbal)

Acho que a SUSIPE deveria dar uma melhor infra-estrutura pro funcionário trabalhar; ter um acompanhamento com Psicólogo, Assistente Social; ter um apoio maior, saber como vai você, sua família. Deveria disponibilizar esses profissionais para fazer uma entrevista com os Agentes Prisionais, ir até a residência conversar com a família desse servidor pra ver, confirmar a mudança que sofremos no nosso comportamento. Hoje eu falo que sou um cara muito mais estressado do que eu era antes, em virtude do trabalho, dou o melhor de mim e não sou valorizado (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Eu vejo assim que a SUSIPE teria que dar um suporte maior, é ao perceber qual o funcionário que está com problema, fazer essa pesquisa nas casa penais e trabalhar, proporcionar lazer, convidar a família. Trabalhar com esporte e lazer, marcar jogos ter interatividade com pessoas de outras casa penais (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Muitas vezes a escuta atenciosa às queixas referidas poderia contribuir para a diminuição de sofrimento psíquico vivenciado pelos doentes, pois além de serem confrontadas com as questões suscitadas pelo próprio adoecimento, podem vir a ser submetidos à maior grau de sofrimento dependendo da qualidade do cuidado recebido (MOURA, 2011).

Nós temos um setor, um departamento que trabalha com isso, mas deveria ter mais coisas, tipo assim, toda empresa tem seu clube, tem o seu lazer e a SUSIPE não; faltam programas para melhora familiar, trabalhar com ele e com a família dele. Porque a questão é que o funcionário é como se fosse uma máquina, só pra que ele trabalhe, trabalhe e trabalhe. Nós temos esse setor eu sei, mas poderia ser mais atuante (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Mais um exemplo que temos para ilustrar o distanciamento da SUSIPE e a dificuldade de se estabelecer o cuidado como uma prática integrada entre os servidores penitenciários e a Divisão de Assistência ao servidor, reflete de sobremaneira no trabalho, visto que este é gerador de sofrimento psíquico. Portanto, gera uma insatisfação, servidores sentindo-se desvalorizados e a auto estima fica baixa. Como nos mostram os relatos abaixo:

A SUSIPE deveria investir em setores de saúde, investir muito mais, que fossem ao lado dos funcionários, porque o que nos temos o DAS (Divisão de Assistência ao Servidor) que atende lá na SUSIPE, mas que é uma coisa, assim, muito distante de cada casa penal, tem que trazer o corpo técnico para funcionar mais próximo dos funcionários (Agente Penitenciário, feminino) (informação verbal)

Eu acredito que a SUSIPE deveria dar mais atenção ao servidor, porque como eu falei, é um trabalho arriscado e eu acredito que eles não valorizam muito o servidor. Eu acredito que eles deveriam dar mais apoio; a própria polícia e outros órgãos tem vários benefícios como: entrada em cinema, entrada em festas; a SUSIPE deveria valorizar mais o servidor (cargo de gestão) (informação verbal)

O sentimento de abandono e desvalorização do servidor penitenciário, ainda atrela-se à estigmatização deste indivíduo, associado com a admissão a uma instituição de custódia, onde os profissionais trabalham com uma população de indivíduos já estigmatiza que segundo Goffman (1963), leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim todos estão obrigados a compartilhar um pouco do descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam.

[...] a própria sociedade hoje olha o Agente Prisional diferente; o Agente não tem privilégio, em nada! Em nada! Hoje ver o policial civil e o Policial Militar, eles tem privilégio em entrar gratuitamente em alguma instituição voltada ao lazer, e o Agente Prisional tem que arcar tudo do bolso dele, com pouco salário que ganha, mas ninguém ta vendo isso [...] (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Essa proximidade com os indivíduos estigmatizados faz parte do cotidiano do servidor penitenciário, fato observado e relatado pelos próprios servidores, ao absorverem a linguagem

dos presos, fato este que faz parte da cultura prisional, principalmente os que têm contato mais próximo com aos encarcerados como os Agentes, que fazem parte da segurança da casa Penal.

[...] no cotidiano com o preso, você absorve experiências que você leva pra sua vida, boas e não boas, por exemplo: o seu linguajá muda, sua forma de falar muda, você absorve o linguajá do preso. Pesquisador: Por que você acha que isso acontece? Eu acho que é porque você trabalha muito diretamente e não tem um trabalho voltado pro funcionário, pra tentar tirar isso de você. Porque você trabalha e Ouve: o cara, ta ligado mano, é isso irmão, já é já e tal; tudo isso é gíria de preso, então a gente absorve e acaba levando pra vida da gente coisas do presídio, acabamos falando sem se perceber, você tem que se policiar, mas se torna difícil pra gente [...] (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

[...] A SUSIPE não dá essa questão do lazer, um trabalho voltado pra tentar fazer com que as pessoas separem o trabalho da vida fora do trabalho, porque o cárcere compromete tanto a saúde do agente que o cara acaba absorvendo tudo isso do cárcere e leva pra vida dele fora. As gírias são um exemplo bem prático, o cara pega as gírias daqui aí lá fora ele ta conversando e parece que ele é o preso, então ele absorve isso, precisa trabalhar isso pra que ele consiga separar a vida profissional daqui do cárcere, da vida dele particular (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Esse distanciamento dos Servidores penitenciários com o DAS (Divisão de assistência ao Servidor) exposto através dos relatos, nos mostra que não há um programa eficaz de saúde do trabalhador na SUSIPE, para que estes profissionais possam lidar com situações como: sentimentos, medos, contato com angústias e reações diversas geradas pela condição e dinâmica do trabalho.

Segundo Ceccim; Merhy (2009), a atuação profissional, pode ocorrer em uma micropolítica que busque a interação, a relação social, a vivência em ato onde diferentes profissionais de uma mesma equipe ou instituição, podem ter atitudes diferenciadas, utilizando-se de estratégias criativas, com potência de resistência às forças de captura, estabelecendo como objetivo privilegiar o usuário, no caso, o servidor penitenciário em sua subjetividade, singularidade.

O trabalho com populações marginalizadas e excluídas em nossa sociedade, vem necessitando de eficácia das políticas para contemplar ações mais comprometidas com a inclusão social e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Neste sentido, acreditamos na necessidade de estabelecerem-se estratégias que favoreçam a promoção da auto-estima das categorias marginalizadas e estigmatizadas favorecendo a inserção no espaço social e coletivo, garantindo a sua participação nas discussões e tomadas de decisão da sociedade como um todo (SOUZA, SABATINE, MAGALHÃES (ORG), 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender o quanto é difícil e desafiador trabalhar em uma instituição penitenciária, onde traz em sua história um modelo das sociedades disciplinares e as mudanças concernentes às práticas penais na contemporaneidade, onde tecnologias disciplinares em que a lei (código penal) é disposta em mecanismos de vigilância e correção, formando um sistema de correlações com os dispositivos de segurança na atualidade. Onde os profissionais do Sistema penitenciário estão implicados em desenvolver o seu trabalho através desses dispositivos essenciais.

As análises realizadas possibilitaram a compreensão do contexto do trabalho, relacionando o sofrimento psíquico à dinâmica do trabalho no Sistema Penitenciário e as estratégias que esses trabalhadores desenvolvem para se manterem saudáveis, no âmbito da normalidade mesmo diante das exigências do trabalho.

Diante do retrato da realidade que vivemos em nosso país temos a convicção de que as condições carcerárias do passado continuam presentes na atualidade. E como nos afirma Souza (2011), que os problemas da segurança pública são reflexos da estrutura social historicamente conivente com a violência privada, desigualdade social, econômica e jurídica e os “déficits de cidadania” de grande parte da população.

No contexto geral o Brasil tem assistido um agravamento da crise já vivida pelo Sistema Penitenciário Nacional, houve um aumento expressivo da população carcerária brasileira, o que não assegurou ao país melhores indicadores em segurança pública. Pelo contrário, há razões de sobra para concluir que a política criminal praticada no país, seja uma entre as condições mais significativas para origem do crime na modernidade (RELATÓRIO CFP, 2008).

No Pará a situação carcerária não diverge do resto do país, a população carcerária é crescente, levando a superlotação. O problema agravou-se nos últimos anos, a população carcerária quase dobrou em relação ao número de vagas nos presídios do estado.

Ao analisar o contexto de trabalho do servidor penitenciário no Centro de Recuperação de Castanhal, constatou-se no momento da realização da pesquisa, uma Gestão sem apoio da SUSIPE, infra-estrutura frágil e precária da casa penal, falta de material de segurança para o desenvolvimento do trabalho, uma carga horária exaustiva e déficit de recursos humanos, que vem gerando uma sobrecarga de trabalho para os profissionais ali inseridos, visto a

superlotação da casa penal e as condições trabalhistas com uma demanda significativa de contratos temporários; são todos fatores que afetam e determinam o modo de agir em saúde.

Essa realidade reflete os desafios enfrentados, no dia a dia do servidor penitenciário, diante do exercício de suas atividades obrigando-os a recorrerem a estratégias, como por exemplo, o afastamento subjetivo que coloca o servidor penitenciário a não falar e nem pensar no trabalho ao sair da casa penal, demonstrou ser uma estratégia defensiva que contribui para que estes profissionais afastem-se do sofrimento psíquico gerado pela dinâmica e condição do trabalho, favorecendo a manterem-se saudáveis diante das ameaças do meio.

Tendo como objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, tornando-se um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular que devemos procurar uma especificidade. Neste caso, os caracteres específicos devem ser relacionados à natureza da organização do trabalho (DEJOURS, 1980).

Foi observado através dos relatos verbais dos profissionais um sentimento de abandono e desvalorização, atrelado ao estigma do local de trabalho ser um Centro de recuperação, fator este que também contribui para o sofrimento psíquico, visto que a sociedade vê todos com o mesmo descrédito dos estigmatizados, a qual estes profissionais relacionam-se.

No processo de trabalho do Sistema Penitenciário, configuram-se um enorme desafio considerando que os trabalhadores precisam questionar e reavaliar seu próprio modo de agir e fazer saúde, a partir de sua subjetividade, questionando suas crenças individuais, do que aprenderam ao longo de sua formação e o que vêm exercendo ao longo de sua vida profissional; ainda tendo que se confrontar com as pressões internas e externas já instituídas no local ao qual trabalham.

Diante de tudo que foi exposto, das dificuldades em se trabalhar no Sistema Penitenciário, foi visualizado um otimismo do servidor penitenciário quanto à possibilidade de construir-se um processo de Saúde do Trabalhador dadas às condições do Sistema Carcerário no Pará e no Brasil, como podemos observar:

Se órgãos responsáveis pelo Sistema penitenciário de maneira geral, eles unirem suas forças e estabelecerem uma política pública voltada para o trabalhador, e aí vai precisar de muitos esforços conjuntos. Eu acho que essa possibilidade, ela poderá vir sim há acontecer e a proporcionar melhoras na saúde do trabalhador (Técnico de nível superior) (informação verbal)

Na atualidade não, agora que é possível construir um processo de saúde do trabalhador, é; como eu falei se melhorar a infra-estrutura, se melhorar o local que você trabalha, se você der uma boa estrutura, boas condições de trabalho,

lógico que o funcionário dificilmente vai adoecer, porque ele vai estar satisfeito [...] (cargo de gestão) (informação verbal)

É possível construir um processo de saúde do trabalhador, é no entanto assim, se falar nas condições atualmente do sistema penitenciário, ficaria um pouco difícil, mas se houvesse algumas políticas, algum projeto voltado pra que isso acontecesse com certeza seria bem louvável, assim resolveria bastante o problema da saúde do trabalhador no sistema Penitenciário, eu não sei se não tem interesse, o que é que falta na verdade, né? Mas seria possível e seria muito bom com certeza (Técnica de Enfermagem) (informação verbal)

É possível, mais é difícil, porque as condições que nós nos encontramos em todo Brasil, as carceragens superlotadas e não tem como fazer um trabalho que não venha desde lá do começo, desde lá da família, um trabalho social. Porque pra trabalhar depois dele ta aqui dentro, do jeito que está lotado, não tem como a gente fazer um trabalho com esse preso, não tem como você trabalhar com ele aqui e isso sobrecarrega a gente (Agente Penitenciário, masculino) (informação verbal)

Percebemos o anseio, a expectativa dos trabalhadores por políticas públicas viáveis que possam contemplar ações mais comprometidas com a inclusão social e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Neste sentido faz-se necessário o estabelecimento de estratégias que favoreçam a promoção da auto-estima do Servidor penitenciário, que é uma categoria marginalizada pela sociedade, assim como, de produção do sentimento de solidariedade entre seus pares, favorecendo a inserção no espaço social e coletivo, garantindo a sua participação nas discussões e tomadas de decisão da sociedade como um todo (SOUZA, SABATINE, MAGALHÃES (ORG), 2011).

Dessa forma, a implementação de políticas públicas voltadas à segurança e saúde do trabalhador na área de segurança pública, a qual está contido o Sistema Penitenciário proporcionará ao trabalhador melhores condições de saúde contribuindo assim, para um ambiente de trabalho que tenha mais salubridade, melhor infra-estrutura, adequação da carga horária de trabalho, em especial do Agente prisional, para que haja uma diminuição do sofrimento psíquico. Observamos a necessidade, de que os serviços internos da SUSIPE oferecidos ao trabalhador como o DAS (Divisão de Assistência ao Servidor), fosse revitalizado estando mais próximo dos servidores e de suas famílias, que tem essa demanda tão grande de sofrimento, buscando estar presente de forma mais acessível e efetiva, trabalhando de forma preventiva.

Entendemos que essa dissertação nos revela a prisão, com um olhar diferenciado, porque nos mostra a realidade do contexto ao qual o servidor penitenciário, indivíduo carregado de subjetivação, atravessamentos e implicações, desenvolvem o seu trabalho, diante de um contexto que proporciona o adoecimento.

Com esta pesquisa tivemos a pretensão de mostrar a realidade do trabalho no cotidiano da prisão e a subjetividade dos Agentes penitenciários em trabalhar diante do contexto encontrado. Deste modo, essa nos fez problematizar e refletir sobre o campo de atuação dos trabalhadores ali inseridos; suprimindo nossas expectativas, visto que ao relacionarmos os pressupostos teóricos utilizados com o contexto, a condição e dinâmica do trabalho, não o prescrito, mas o real constatamos, que foi alcançado o que pretendíamos mostrar.

Este estudo traz uma série de informações e questionamentos importantes que podem ser compreendidos, discutidos e ampliados a novas pesquisas no campo da Saúde do Trabalhador do Sistema Penitenciário no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA F., COELHO N. de, T. Maria. **Normal-Patológico, Saúde-Doença: Revisando Canguilhem**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 9 (I), p.13-36. 1999.

AMADOR, F. S. **Produção de imagens, subjetivação e trabalho penitenciário: uma construção as Clínicas do trabalho. Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol.31 n. 2, Brasília 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **Comissão lança relatório sobre sistema carcerário no Pará**, 23/08/2019. Disponível em: <http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/lernoticia.php?idnoticia=4053> ASSIS. R.D. A Realidade Atual do Sistema Penitenciário Brasileiro. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n.39, p.74-78, out/dez. 2007.

AZEVEDO. S,B; BORGES. T. F. **Contrato Temporário: vantagens e desvantagens para o setor público. III Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília/ DF, Mar/2010.

BATISTA, V. M. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BENDASSOLLI, F; SOBOLL, L, Organizadores. **Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição 1988: Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94**. Ed. Atual, em 1988. Brasília: Senado Federal,Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CARVALHO, V.A; SILVA, M. R. F. **Política de segurança pública no Brasi: avanços, limites e desafios**. R. Katál, Florianópolis, V. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

CASTRO, E. Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores/Edgar Castro; tradução Ingrid Muller Chavier; revisão técnica Alfredo Veiga- Neto e Walter Omar Kohon. Belo Horizonte; Autêntica editora, 2009.

Códigos: Penal, processo penal e constituição federal/obra coletiva de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 3ª Edição- São Paulo: Saraiva 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COYLE, A. **Administração Penitenciária: Uma abordagem de Direitos Humanos- Manual para servidores penitenciários**. Londres/ Brasília: International Center for Prison Studies/Ministério da Justiça, 2002.

CRUZ, A.P.C. **O Trabalho e a Gestão do Cuidado em Saúde. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós- Graduação em Psicologia**. UFPA, Belém, 2011.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E. **Itinerário Teórico em Psicoterapia do Trabalho. In: Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e**

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do trabalho/Christophe Dejours**. 5 ed. Amp. - São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.

Trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista produção**, v. 14, n.3, p.27 – 34, set/dez 2004

DIÁRIO DO PARÁ. **Pará tem déficit de vagas nos centros de detenção**, 15/04/2012. Disponível: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-154332>, acesso em Agosto de 2012.

DIUANA, V. et al. **Prisões: Representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária. Caderno saúde pública.** Rio de Janeiro. Agosto 2008

DIUANA, V. et al. **Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária do Rio de Janeiro, Brasil.** Caderno Saúde Pública, 24(8): 1887-1896, ago, 2008 RAUTER, C. **Criminologia e Subjetividade no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

FERREIRA, M, S. Polissemia do Conceito de Instituição: diálogos entre Goffman e Foucault. R. ECOS/ Estudos Contemporâneos da Subjetividade, V. 02, n. 1, p. 74-86, Maio 2012.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as formas Jurídicas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nau,1999.

_____. **Microfísica do Poder.** 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Sexualidade, Corpo e Direito.** SOUZA, L. A. F; SEBASTINE, T.T;

_____. **Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões.** 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____, **Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1963.

GOMES. F. L.: **Cultura punitivista contribui para o aumento da violência, 21/07/2012.** Disponível em: <http://coletivodar.org/2012/07/cultura-punitivista-contribui-para-o-aumento-da-violencia>. Acesso em: 31/07/2012.

GUIMARÃES, M. A. L; GRUBITS, S. (Org). **Série Saúde Mental e Trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HELOANI, R. LANCMAN, S. **Psicodinâmica do Trabalho: o método clínico de intervenção e investigação.** Revista produção. Vol. 14. N. 3, 2004.

JORNAL O LIBERAL. **Caderno 8- atualidades.** Belém, 10 de abril de 2011

LE GOFF, J. **As doenças tem história.** Lisboa: Terramar, 1997.

LOPES, R.: **Psicologia Jurídica O Cotidiano da Violência: O trabalho do Agente de Segurança Penitenciária nas Instituições Prisionais.** *Psicologia para América Latina* Revista de la Unión Latinoamericana de Psicología, p.18.

LUZ, M. T. Saúde. In: PEREIRA, I. B. e LIMA, J. C. F. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.**

MACHADO, L. D; LAVRADOR, M. C. Por uma clínica da expansão da vida. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu*, v.13, 2009. Supl.1.

MARTINS. S.R.: **Clínica do Trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MENDES, A. M. (Org). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, R. **Patologia do trabalho/organizador.** Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

MERHY, E. E. **A Cartografia do trabalho vivo.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MERHY, E. E; FRANCO. T. B. **Por uma composição técnica do trabalho em saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves: apontando mudanças para modelos tecnoassistenciais.** *Saúde em Debate*, V. 27, N. 65, 2003.

MERHY, E. E; FRANCO, T. B; MAGALHÃES JÚNIOR, H. M. **Integralidade e transversalidade das necessidades de saúde nas linhas de cuidado.** *Movimentos*

moleculares na micropolítica do trabalho em saúde. 2003. Disponível em: WWW.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/indexados-11.pdf.

MAGALHÃES, B. R. (Org.). Marília: **Oficina Universitária**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde.** 4 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1996

MINAYO, M. C. de S. ET AL. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRABETE, J. F. **Execução penal: Comentários à lei nº7. 210, de 11-07-1984.** 11 ed. rev São Paulo: Atlas 2007.

2. Ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

MOURA, A. N. B. **O adoecimento e o cuidado hospitalar: um estudo acerca dos doentes acometidos por neoplasia gástrica em um hospital universitário.** Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós- Graduação em Psicologia. UFPA, Belém, 2011.

OLIVEIRA, P. T. R. **O sofrimento psíquico e o trabalho hospitalar:** um estudo de caso realizado em um hospital público no Pará. 1998. 146f. Dissertação (Mestrado – Escola Nacional de Saúde pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, P. T. R; MOREIRA, A. C. G. **Sofrimento psíquico e trabalho hospitalar.** Pulsional Revista de Psicanálise, São Paulo, v.19, n.185, p.52 – 65 mar. 2006.

RAUTER, C. **“Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões”.** Psicologia & Sociedade; 19 (2): 42-47, Niterói, Brasil, 2007.

RELATÓRIO. **Falando sério sobre prisões, prevenção e segurança pública. “Proposta do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para o enfrentamento da crise do sistema prisional”.** Brasília/DF, 2008.

RUIZ, V.S; Araújo. A. L. L. **Saúde e segurança e a subjetividade no trabalho: os riscos psicossociais.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. Vol.37 n 125, São Paulo Jan./jun. 2012.

RUMIN, C.R; BARROS, G. I. F; CAVALHERO. R; ATELLI, R. **O Sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões.** *Psicologia: Ciência e Profissão*. Vol 31, n.1, Brasília 2011.

SALLA, F; BALLESTEROS, P, R; Et al. **Democracia, Direitos Humanos e Condições das Prisões na América do Sul.** NEV/USP. São Paulo/Brasil, 2008.

SELIGMAN, SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado.** Rio de Janeiro: Cortez-Editora, 1994.

SELIGMANN, SILVA, E. **Psicopatologia e Psicodinâmica no Trabalho.** Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

SOUSA, C. M.; FERREIRA, J. B.; CASTRO-SILVA, L. M.; HENRIQUES, R. L. M. **O Trabalho dos Bancários em Instituição financeira Pública.** In: MENDES, A. M. (Org). **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, R. S. R. **Política de Segurança Pública: grandes desafios.** Carta Capital, 2011. Disponível em: [HTTP://www.cartacapital.com.br/politica-de-seguranca-publica](http://www.cartacapital.com.br/politica-de-seguranca-publica)

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmicas, na ciência e da pesquisa.** 4 ed. Petrópolis: Vozes. 2007

TURATO, E.G. **Tratado da metodologia de pesquisa clínico-qualitativo.** São Paulo: Vozes, 2003.

VIEIRA, J. R. **Quem cuida da saúde dos trabalhadores da saúde? Estudo sobre o processo saúde/doença no trabalho da enfermagem.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. UFPA. Belém, 2011.

WACQUANT, L. **Punir os Pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: F. Bastos, 2011, Revan, 2003.

WISNER, A. **A Inteligência no trabalho.** Fundacentro. São Paulo, 1994.

ANEXOS

ANEXO I- CONEP/ Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo Seres Humanos



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS				FR - 489939
Projeto de Pesquisa Os Servidores do Sistema Penitenciário e a Luta pela Saúde no Contexto das Instituições Prisionais no Pará				
Área de Conhecimento 7.00 - Ciências Humanas - 7.07 - Psicologia			Grupo Grupo III	Nível
Área(s) Temática(s) Especial(s)				Fase Não se Aplica
Unitermos Psicodinâmica do trabalho, Saúde do trabalhador, Sistema Prisional, Sofrimento Psíquico.				
Sujeitos na Pesquisa				
Nº de Sujeitos no Centro 10	Total Brasil 10	Nº de Sujeitos Total 10	Grupos Especiais Pessoas numa relação de dependência como presidiários, militares, alunos, funcionários, etc	
Placebo NAO	Medicamentos HIV / AIDS NÃO	Wash-out NÃO	Sem Tratamento Específico NÃO	Banco de Materiais Biológicos NÃO
Pesquisador Responsável				
Pesquisador Responsável Elainne Lobo G. de Oliveira		CPF 471.439.912-87	Identidade 2678762	
Área de Especialização RECURSOS HUMANOS		Maior Titulação ESPECIALIZAÇÃO	Nacionalidade BRASILEIRA	
Endereço AV.ALCINDO CACELA,3282 ALTOS		Bairro CREMAÇÃO	Cidade BELÉM - PA	
Código Postal 66065-205	Telefone / (91)81942216	Fax	Email elainnelobo@yahoo.com.br	
Termo de Compromisso				
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não.				
Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.				
Data: ____/____/____			Assinatura	
Instituição Proponente				
Nome Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - CEP-CCS/UFPA		CNPJ 34.621.748/0001-23	Nacional/Internacional Nacional	
Unidade/Órgão Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Social- UFPA		Participação Estrangeira NÃO	Projeto Multicêntrico NÃO	
Endereço Campus do Guamá - Rua Augusto Corrêa N° 01 - Complexo de Sala de Aula do CCS - Sala 13 - 2° Andar		Bairro Guamá	Cidade Belém - PA	
Código Postal 66055240	Telefone 091 2414066	Fax 091 2419738	Email mconci@ufpa.br	
Termo de Compromisso				
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.				
Nome: _____			Assinatura	
Data: ____/____/____				
Instituição Co-Participante				
Nome CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMENINO DO PARÁ		CNPJ 05.929.042/0001-25	Nacional/Internacional Nacional	
Unidade/Órgão Centro de Recuperação de Castanhal		Participação Estrangeira NÃO	Projeto Multicêntrico NÃO	
Endereço ROD. BR 316, ALAMEDA DO CAIXAPARÁ, PASS: JARDIM ESTRELA, S/N.		Bairro COQUEIRO	Cidade ANANINDEUA - PA	
Código Postal 67020-020	Telefone (91)3235-4455	Fax	Email	
Termo de Compromisso				
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares.				
Nome: _____			Assinatura	
Data: ____/____/____				

O Projeto deverá ser entregue no CEP em até 30 dias a partir de 11/01/2012. Não ocorrendo a entrega nesse prazo esta Folha de Rosto será INVALIDADA.

ANEXO II- Autorização da Pesquisa de Campo CEP/ CCS/UFPA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS



Carta Provisória: 005/12 CEP-ICS/UFPA

Belém, 07 de março de 2012.

Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro Oliveira.

Senhor Pesquisador,

Temos a satisfação de informar que seu projeto de pesquisa "OS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E A LUTA PELA SAÚDE NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS NO PARÁ" de CAEE nº 0263.0.073.000-12 e parecer nº 004/12 - CEP-ICS/UFPA, foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, na reunião do dia 07 de março de 2012.

Assim, Vossa Senhoria tem o compromisso de entregar a este CEP, no dia 30 de agosto de 2012, um relatório indicando qualquer alteração que possa ocorrer após a aprovação do protocolo.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Wallace Raimundo Araújo dos Santos.
Coordenador do CEP-ICS/UFPA

ANEXO III- Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) – Servidor Penitenciário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO DE PESQUISA: Os Servidores do Sistema Penitenciário e a luta pela saúde no contexto das Instituições Prisionais no Pará.

Esta pesquisa tem por objetivo principal verificar que fatores compõem o processo do trabalho no Sistema Penitenciário podem estar contribuindo para ocorrência de sofrimento Psíquico ou doenças Psicopatológicas nos trabalhadores. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Professor Dr. Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira.

A sua participação neste estudo é voluntária. Mesmo que decida participar, você tem plena liberdade para sair do estudo a qualquer momento sem incorrer em nenhuma penalidade. Você poderá fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo ou qualquer momento do mesmo.

A sua identidade será mantida como informação confidencial. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados, mas sua identidade não será revelada sem seu consentimento por escrito.

A coleta de informações ocorrerá através de entrevista. A entrevista será gravada, para posterior transcrição, que serão arquivadas por um período não inferior a cinco anos.

Declaro que li e entendi todas as informações sobre esta pesquisa, me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma e todas as minhas perguntas foram respondidas a contento. Portanto, consinto voluntariamente em participar.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Local e Data: _____

Pesquisador: _____

Responsável pela pesquisa: **Elainne Lobo Gonçalves de Oliveira**

Caso necessite de algum esclarecimento sobre sua participação no estudo, poderá contactar com o responsável pela pesquisa no telefone (91) 8194-2216 ou 8860-7056. Também poderá solicitar informações na secretaria do Programa de Pós-graduação em

Psicologia da Universidade Federal do Pará telefone (91) 3201-7782 ou no CEP-CCS- Sala 13- 2ºandar telefone (91) 3201-7735, Email: cepccs@ufpa.br, situada no Campus Universitário do Guamá, na Rua Augusto Correa, n. 1, Guamá, CEP 660552400, Belém,Pará.

Superintendência do
Sistema Penitenciário do
Estado do Pará
Gabinete da Superintendência



OFÍCIO Nº 926/2012 – GAB./SUSIPE

Belém, 27 de abril de 2012.

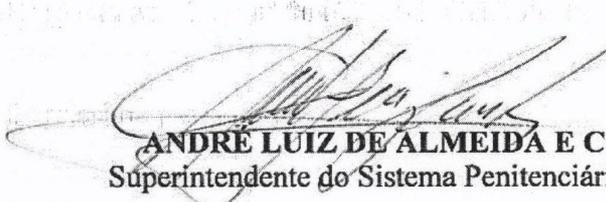
A Sua Ilustríssima a Senhora
PROF. DRA. FLÁVIA CRISTINA S. LEMOS
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia
Av. Augusto Correa, nº 01 – Belém-PA
Cep: 66.075-900 Fone: 3201-7782

Assunto: **Resposta ao ofício nº 064/2012-IFCH/PPGP, datado de 24/04/2012.**

Ilustríssima professora,

1. Cumprimento Vossa Senhora, acuso o recebimento do ofício nº064/2012-IFCH/PPGP, datado de 24/04/2012, protocolado nesta Autarquia sob o nº. 2012/192162.
2. Acerca do pedido, informo que nada temos a opor em relação à entrevista com servidores do Centro de Recuperação de Castanhal.
3. Contudo, quanto ao acesso ao banco de dados dos servidores desta Instituição, informamos que por questão de impedimentos legais, em razão de sigilo dos dados pessoais de servidores, não é possível permitir o acesso. No entanto, solicitamos melhores detalhamentos acerca das informações pretendidas a fim de verificarmos a possibilidade jurídica em fornecê-las.
4. Na oportunidade, coloco o Gabinete desta Superintendência para os esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio dos telefones (91) 3230-2214/3222-9096.

Atenciosamente,


ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Superintendente do Sistema Penitenciário do Pará

Maura Faria
03/05/12

E. PROTOCOLO
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO

Nº 2012 / 399142
30/04/12
Jelli
Protocolista

GAB

ANEXO IV- Autorização da SUSIPE para realização da Pesquisa no CRCAS
ANEXO V- Roteiro de Entrevista Semi- Estruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome (Iniciais):

Idade:

Escolaridade:

Cargo

Tempo de serviço na SUSIPE:

QUESTÕES:

1-Como você avalia o seu trabalho dentro do Sistema Penitenciário do Pará?

2-As condições gerais de infra-estrutura e organização do trabalho são favoráveis para o desenvolvimento do trabalho?

3- Por que os Servidores Penitenciários que trabalham nas casas penais estão adoecendo?

4-Você considera que o trabalho desenvolvido nas prisões, dado o cotidiano experienciado pelo trabalhador penitenciário pode estar influenciando na qualidade do desempenho do trabalho?

5-Que estratégias você utiliza para não adoecer, diante das condições de trabalho que você enfrenta no seu cotidiano?

6-De que forma as condições de trabalho e as exigências da organização penitenciária interferem na saúde psíquica dos trabalhadores que atuam no Sistema Penitenciário?

7-Que estratégias você acha que a SUSIPE deveria tomar para solucionar / reduzir o sofrimento psíquico destes trabalhadores?

8-É possível construir um processo de saúde do trabalhador dada às condições do Sistema Carcerário na atualidade do Pará e do Brasil?